

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Léa Gomes da Cruz Soares

**Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na
cidade de Santo André: Estratégia de Enfrentamento**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2018

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Léa Gomes da Cruz Soares

**Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na
cidade de Santo André: Estratégia de Enfrentamento**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides.

**São Paulo
2018**

BANCA EXAMINADORA

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: 29/01/2018

E-mail: leagsoares@yahoo.com.br

S676 Soares, Léa Gomes da Cruz

Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento/ Léa Gomes da Cruz. – São Paulo: [s.n.], 2018.
170 p. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2018.

1. Violência. 2. Trabalho. 3. Feminismo. 4. LGBT. I. Soares, Léa Gomes da Cruz. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD 361.3

Dedico este trabalho a todas as mulheres, mulheres trans e travestis, em especial a minha mãe que apesar de ter feito uma viagem na fase da minha adolescência me proporcionou grande evolução, sendo uma referência enquanto mulher de luta.

**À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),
pela bolsa que me foi concedida.**

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides, pelo apoio, dedicação, paciência, motivação, amizade, companheirismo em todas as horas, principalmente nas mais difíceis, encorajando-me e não me deixando fugir à luta, pessoa maravilhosa, meu muito obrigada.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social, na pessoa do Prof. Dr. Ademir Alves Silva.

A todas as Professoras e Professores do Programa de Pós Graduação da PUC-SP, pela dedicação e por terem dispensado seu precioso tempo e intelecto, para compartilhar conhecimento, momento ímpar no processo do mestrado.

Ao Professor Dr. Ademir Alves Silva, às Professoras Doutoras Maria Carmelita Yasbek, Damares Vicente, que muito contribuíram na Banca de Qualificação, meu muito obrigada.

Não poderia deixar de agradecer à Profa. Dra. Jaqueline de Jesus, da UERJ, pelo apoio e solidariedade a minha pessoa.

À Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli, por sua contribuição e apoio, gratidão.

À Profa. Dra. Carla Cristina Garcia, por sua grande contribuição e por ter me acolhido de braços abertos, em sua disciplina, muito obrigada.

À Profa. Dra. Mirla Cisne, por sua rica contribuição e solidariedade a minha pessoa.

A Silmara Conchão, Secretária de Políticas para as Mulheres na cidade de Santo André, na gestão 2013/2016 e Cristina Pache Pechettol, pelo incentivo, motivação e apoio.

Às minhas amigas que juntas compartilhamos momentos maravilhosos, em especial a Claudia Cristina Gois, pela amizade, cumplicidade e carinho, presente em todos os momentos, meu muito obrigada.

Ao meu amigo Henrique que juntos lutamos e não desistimos.

À minha amiga de trabalho, Sílvia Nogueira, pela força e incentivo.

À querida Roberta Frida Silva, que juntas também lutamos e resistimos.

À minha família que tanto amo, esposo Elias, filho Léo, filha Ellen e neta Maria Eduarda, pelo apoio e renúncia de seu tempo, para garantir o resultado final desse processo, meu muito obrigada.

Aos meus irmãos e irmãs, Valter, Lucas, Laudiceia e Lélia, pelo carinho de sempre.

Às minhas tias Maria Hermínia e Rachel, pelo carinho e dedicação a minha pessoa, muito obrigada.

Em especial à minha estagiária Conceição De Maria da Silva Machado, pelo compromisso ético político, companheirismo, por sua rica contribuição em momentos importantes do exercício profissional.

A Camila Renata Alves Pinheiro, estagiária de psicologia, que juntas trocamos momentos riquíssimos de aprendizado.

Agradeço a todas as sujeitas desta pesquisa, com carinho e forte apreço às mulheres, mulheres trans e travestis, por terem feito parte desta pesquisa e propiciado esse momento de aprendizado.

As colegas de trabalho, pelo carinho.

Ao CEP da PUC-SP, na pessoa de Marcos Aurélio de Oliveira.

Ao CEP da Prefeitura de Santo André, na pessoa da Dra. Eliane L. G. Nunes.

A Andréia Fazekas Canhetti, por sua dedicação, compromisso e paciência.

As funcionárias da Secretaria da Pós-Graduação, sempre disponíveis.

A Rosana Portela, pela revisão desse trabalho, gratidão.

E, por último, mas não menos importante, a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse possível.

LISTA DE SIGLAS

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social –
CT	Conselho Tutelar
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CR	Centro de Referência da Mulher
US	Unidade de Saúde
DC	Delegacia Comum
DF	Defensoria Pública
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
POP	População em Situação de Rua
SIM	Sistema de Informação sobre mortalidade, do Ministério da Saúde
SOS	Um sinal de socorro

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Medida de força entre os gêneros
- Figura 2:** Ciclo da Violência
- Figura 3:** Representação do ciclo da violência
- Figura 4:** Variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação - Brasil, 2005 a 2015
- Figura 5:** Bandeira LGBT
- Figura 6:** Símbolo da teoria Queer
- Figura 7:** Um dos símbolos LGBT
- Figura 8:** Campanha CEFSS – Contra Homofobia
- Figura 9:** Mulheres trabalhadoras da construção civil
- Figura 10:** Representação dos movimentos sociais
- Figura 11:** Representa a liberdade da mulher
- Figura 12:** Mulheres resistindo contra o preconceito e as desigualdades
- Figura 13:** Voto Feminino no Brasil
- Figura 14:** 1ª mulher no Legislativo
- Figura 15:** Foto da Gestapo – Polícia Secreta Alemã em ação
- Figura 16:** Representa a mulher negra trabalhadora
- Figura 17:** Trabalhadoras nas oficinas de costuras no Estado de São Paulo
- Figura 18:** Ação da Polícia Federal em Oficina de Costura
- Figura 19:** Representa as mortes de mulheres trans e travestis em um cenário de homofobia
- Figura: 20:** Mapa da cidade Santo André - SP

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição da População por sexo no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana, Região do ABC e Santo André.

Quadro 2: Convergência e Divergências entre antiga visão Feminista do gênero e a nova versão que saiu da Política/Teoria Queer nos anos de 1990.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Número de homicídios por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015.
- Tabela 2:** Taxa de homicídio de mulheres negras por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015.
- Tabela 3:** Número de homicídios de mulheres – Brasil, 2005 a 2015.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da população por responsável pelo domicílio por faixa etária e sexo, Santo André, 2013.

Gráfico 2: População de mulheres e homens, segundo cor/raça, Brasil, 2013.

SOARES, Léa Gomes da Cruz. *Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade de Santo André: Estratégia de Enfrentamento*. 2018. 170 p. Dissertação de (Mestrado em Serviço social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Estudo Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, 2018.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo as mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento. Consiste nos fundamentos do materialismo histórico dialético e nos fundamentos feministas, será realizada uma interlocução com a teoria “pós-estruturalista”, discussão de gênero, de diversidade sexual, para atender as necessidades do próprio objeto. Sendo que estudar a questão da mulher e a população LGBT, em especial as mulheres trans e as travestis em situação de violência, implica diretamente na negação dos seus direitos, uma vez que não têm suas necessidades atendidas. O objetivo geral dessa pesquisa será verificar os motivos que distanciam as mulheres em situação de violência doméstica, as Mulheres Trans e as Travestis do mundo do trabalho. Tem como objetivo específico: caracterizar Gênero, Trabalho, Violência e Movimento Social; identificar e caracterizar as Mulheres em Situação de Violência Doméstica, as Mulheres Trans e as travestis e mapear os serviços existentes. Os procedimentos metodológicos na pesquisa terão como proposta trabalhar o método descritivo e qualitativo, utilizando entrevistas semiestruturadas. Com o objetivo de apresentar as relações entre a cotidianidade e as relações de gênero, essa reflexão será desenvolvida a partir de conceitos referenciados, no tocante às questões debatidas em nosso cotidiano da prática, uma vez que atendemos diretamente as mulheres e as mulheres trans e as travestis em situação de violência, num contexto de lutas e enfrentamentos.

Palavras-chave: violência; trabalho; feminismo; LGBT.

SOARES, Léa Gomes da Cruz. *Women, Trans Women and Transvestites in Situation of Violence, in the city of Santo André: Coping Strategy*. 2018. 170 s. Dissertation of (Master's) - Pontifical Catholic University of São Paulo - Graduate Program in Social Work. Sao Paulo, 2018.

ABSTRACT

The present dissertation has as an object of study the women, trans women and transvestites in the situation of violence in the city of Santo André: coping strategy. It consists of the foundations of dialectical historical materialism and the feminist foundations, will be held an interlocution with the poststructuralist theory of gender, sexual diversity, itself. Being that studying the issue of women and the LGBT population, especially transgender women and transvestites in the situation of violence, implies directly the denial of rights since it does not have their needs met. The general objective of this research will be to verify the reasons that distance women from domestic violence, Trans Women, and Transvestites from the world of work. Its specific objective is to characterize Gender, Work, Violence and social movement; identify and characterize Women in Situation of Domestic Violence, Trans Women, and transvestites and map out existing services. The methodological procedures in the research will have as a proposal to work the descriptive and qualitative method will use semi-structured interviews. In order to present the relations between everyday life and gender relations, this reflection will be developed from referenced concepts, in relation to the issues raised in our daily practice, since we directly serve women and Trans women and transvestites in a situation of violence, in a context of struggles and confrontations.

Keywords: Gender; violence; job; feminism; LGBT.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I - GÊNERO, PATRIARCADO E AS RELAÇÕES DE CLASSE.....	24
1.1 Expressões da Violência Doméstica e a relação com o Patriarcado.....	24
1.2 Mulheres, Mulheres Trans e Travestis na construção do cotidiano.....	33
1.3 As particularidades da Violência Doméstica contra a Mulher e o Patriarcado.....	34
1.4 O Patriarcado, as Relações de Gênero e a Violência Contra as Mulheres Trans e Travestis à Negação de Direitos.....	51
1.5 - Identidade de Gênero, orientações, conceitos e termos: uma questão de direitos.....	58
CAPÍTULO II – FEMINISMO E TRANSFEMINISMO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL	
.....	63
2.1 A Teoria Queer e a Política Identitária - Movimento da Segunda Onda do Feminismo.....	68
2.2 Quem são essas mulheres trans e travestis: como vivem, quais são as suas expectativas, subjetividade e objetividade.....	79
2.3 O Serviço Social frente à questão LGBT: o assistente social e a relação com o preconceito no processo de atendimentos, encaminhamentos no exercício profissional.....	83
2.4 O trabalho e suas transformações em tempos de Neoliberalismo.....	88
2.5 O Trabalho Feminino e sua Expressão na Sociedade Capitalista.....	94
CAPÍTULO III – OS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE À RESISTÊNCIA: ALTERNATIVAS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO.....	101
3.1 O Feminismo no Brasil: uma breve história.....	104
3.2 A Primeira Onda do Feminismo – entre as Ideias e a Revolução Francesa.....	115
3.3 A Segunda Onda do Feminismo – O Feminismo do séc. XIX.....	117
3.4 A Terceira Onda do Feminismo – Pós-Guerra.....	120
3.5 A Trajetória de Luta do Movimento LGBT no Brasil.....	121
3.6 A primeira Onda do Movimento LGBT – 1978 -1983.....	124
3.7 A segunda Onda do Movimento LGBT – 1984 -1992.....	126
3.8 A terceira Onda do Movimento LGBT – 1992 até o presente.....	127
3.9 Caracterização da cidade de Santo André.....	128
3.10 Caracterização das sujeitas da pesquisa.....	136
3.11 Identificação das Entrevistadas.....	137
3.11.1 Participação Política.....	138

3.11.2 Questão de Classe.....	138
3.11.3 Questão do Trabalho.....	139
3.11.4. Questão da Violência.....	141
3.11.5 Histórias de Vidas e História Contadas: Quem são e de onde vêm essas mulheres: Possibilidade de Resistência.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
APÊNDICES	160

INTRODUÇÃO

Um dos motivos que me levou a ter interesse pela temática foi justamente meu percurso profissional. Iniciei minhas atividades como assistente social, na área da saúde e, em paralelo, trabalhei com População em Situação de Rua, posteriormente, passei a integrar um projeto com Famílias, desenvolvido no Programa de Transferência de Renda “Renda Mínima” nos Núcleos de Favelas do Município de Santo André, que faziam parte do Projeto Integrado de cidadania, sendo que compunham esse Projeto as seguintes áreas: Habitação, Assistência Social, Educação, Saúde e Meio Ambiente. Fui encarregada do Plantão Social no início de 2005, sendo que no final desse mesmo ano, iniciei minha experiência junto às mulheres em situação de violência doméstica, coordenando o Centro de Referência a Mulher “Vem Maria”, na cidade de Santo André, totalizando nove anos de atividades na área de gênero e violência contra a mulher, somando a minha experiência na área da política de assistência social e no atual momento, especificamente na proteção especial, trabalhando com a população em situação de rua. Nesse período, várias foram as minhas inquietações, inclusive com a temática voltada às questões da empregabilidade e da autonomia das mulheres que sofrem violência doméstica e/ou estão em risco de morte e às Mulheres Trans e Travestis, pela vulnerabilidade extrema que vivem em seu cotidiano.

Essa temática da violência contra as Mulheres, Mulheres Trans e Travestis me chama atenção por sua emblemática trajetória, no que se refere à dinâmica vivenciada no cotidiano dessas sujeitas, trazendo um olhar sobre o que está oculto, invisível. Portanto, existe apenas uma maneira de saber se encontraremos essas respostas, pesquisando sobre o objeto e, a partir desse momento, desenharmos o caminho a ser percorrido no campo da pesquisa, além de estabelecer a escolha do método, que é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa.

O sujeito da pesquisa “Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade de Santo André: Estratégia de enfrentamento” se baseia nos fundamentos do materialismo histórico dialético e nos fundamentos feministas. A partir desse recorte, será realizada uma interlocução crítica com a teoria “pós-

estruturalista”¹, discussão de gênero de diversidade sexual, sendo que estudar a questão da mulher e a população LGBT, em especial as mulheres trans e as travestis em situação de violência, implica diretamente na negação dos seus direitos, uma vez que não têm suas necessidades atendidas. O estudo será realizado a partir dos referenciais teóricos, metodológicos e documental, com entrevista individual semiestruturada e a história de vida das sujeitas². O objetivo geral desta pesquisa será verificar os motivos que distanciam as mulheres em situação de violência doméstica, as Mulheres Trans e as Travestis do mundo do trabalho. Ainda, tem como objetivo específico: caracterizar Gênero, Trabalho, Violência e Movimento social; identificar e caracterizar as Mulheres em Situação de Violência Doméstica, as Mulheres Trans e as Travestis e, por fim, mapear os serviços existentes.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para análise são descritivos e qualitativos; as entrevistas foram semiestruturadas, permitindo ao pesquisador a apreensão de vários ângulos do objeto estudado e da pesquisa bibliográfica.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Entrevistamos duas mulheres trans, duas travestis e duas mulheres em situação de violência doméstica. O critério utilizado para a escolha dessas mulheres foi o fato de as mulheres estarem vinculadas ao Centro de Referência de Atenção à Mulher, o “Vem Maria”, e terem rompido com o ciclo de violência; e as Mulheres Trans e as Travestis estarem em Situação de Vulnerabilidade Social e/ou em situação de rua, atendidas pelo Centro POP.

Com o objetivo de apresentar as relações entre a cotidianidade e as relações de gênero, essa reflexão será desenvolvida a partir de conceitos referenciados, no tocante às questões debatidas em nosso cotidiano da prática, uma vez que atendemos diretamente as mulheres e as mulheres Trans e as travestis em situação de violência, num contexto de lutas e enfrentamentos.

¹ Há a interlocução crítica com a teoria pós-estruturalista para atender necessidades do próprio objeto, uma vez que a questão LGBT, principalmente a teoria queer, foi pensada a partir dessa teoria com Judith Butler, sua maior pensadora. Essa pesquisa vem dialogar com o sujeito que são as mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência. No capítulo II, traremos a questão do Feminismo e Transfeminismo, além de trazer a Teoria Queer e a Política Identitária como Movimento da Segunda Onda do Feminismo.

² Utilizaremos “sujeitas” no decorrer da dissertação por ser nosso objeto de estudo, assim como fazer o uso da linguagem inclusiva.

Nesse sentido, ser mulher é, acima de tudo, ultrapassar a própria existência, mergulhar em seu interior, pois, a mulher se constrói cotidianamente, em suas escolhas, suas lutas, seus ganhos e em suas perdas.

Para que seja possível estudarmos o sujeito proposto “Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade de Santo André: Estratégia de Enfrentamento” será preciso percorrer o caminho teórico metodológico a ser trabalhado, por outro lado, caracterizar o movimento de mulheres na cidade de Santo André, o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e de Gênero, e o Centro de Referência à População em Situação de Rua – Centro POP e, ainda, as múltiplas determinações sociais, trazendo as estratégias de enfrentamento. Por outro lado, temos de pensar quem são essas mulheres, de onde elas vêm, se participam do movimento social, quais as possibilidades de resistência, ver qual o objeto e a relação social com a subjetividade, como menciona Calvino³, “eu vi até o farfalhar das folhas”.

Fazer uma análise das Mulheres, Mulheres Trans e Travestis, em situação de violência, terá a contribuição da teoria empírica que vai dizer quem são essas sujeitas da pesquisa. Conceituar o objeto da pesquisa é de fundamental importância, uma vez que elas foram escolhidas a partir desses critérios: Mulheres em Situação de Violência Doméstica atendidas no Centro de Referência à Mulher, que romperam com o ciclo da violência e conseguiram inserção no mercado de trabalho, Mulheres Trans e Travestis, em Situação de vulnerabilidade social e/ou Situação de Rua, atendidas no Centro Pop – Centro de Referência à População em Situação de Rua da Prefeitura de Santo André.

Foram escolhidas cinco categorias a partir dos critérios estabelecidos, sendo: Violência, Trabalho; Classe Social; Movimento Social e Políticas Públicas.

Passando por essas categorias, vamos trabalhar o porquê as mulheres buscam o Centro de Referência e os apoios que lhes são ofertados nos serviços existentes. Caracterizar as mulheres, mulheres trans e Travestis em situação de violência, trazer o processo de lutas e quais as reivindicações do movimento, suas singularidades, objetividades e subjetividades.

Os dados empíricos, ou seja, o que se entende por violência e o que as mulheres sofrem, são partes integrantes do movimento da realidade das múltiplas

³ CALVINO, Ítalo. *As cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 95.

situações que acometem as mulheres, as mulheres trans e as travestis. As expressões do cotidiano e as estratégias são trabalhadas como resistências, além das respostas do movimento e de que maneira essas respostas vão interferir na vida dessas mulheres. Outro ponto a ser destacado são as contradições e os conflitos nas lutas dos movimentos e na realidade dessas mulheres, o conflito de classes e a questão do trabalho como fundante do ser social.

As entrevistas foram gravadas com a autorização das sujeitas desta pesquisa, sendo que as mesmas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), por se tratar dos aspectos éticos da pesquisa que envolve seres humanos.

A análise dos dados será feita com as entrevistas transcritas e, a partir dessa etapa, serão avaliados os dados coletados com base na metodologia qualitativa.

Foram apresentados os objetivos da pesquisa e o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo, e o Termo de Compromisso do Pesquisado, para que os cuidados éticos na consecução das entrevistas fossem respeitados.

Levando-se em conta o contexto histórico, várias inquietações nos são causadas, principalmente quando trabalhamos com as aproximações conceituais sobre a violência contra as mulheres, mulheres trans e as travestis e suas várias faces, em que é considerado o que nos foi passado de geração a geração, tanto os valores, quanto as questões culturais, podem ser elementos que contribuem com a questão da violência contra a mulher.

Serão contemplados no primeiro Capítulo - gênero, patriarcado e as relações de classe, expressões da violência doméstica e a relação com o patriarcado, as questões inerentes às mulheres, as mulheres trans e as travestis na construção do cotidiano. Traremos as particularidades da violência doméstica contra a mulher e o patriarcado. Serão elencados o patriarcado e as relações de gênero, além da violência contra as mulheres trans e travestis no que tange à negação dos seus direitos. Finalizaremos o primeiro capítulo com a identidade de gênero e a questão dos direitos.

O segundo capítulo será tecido sobre o Feminismo e o Transfeminismo: Uma Construção Social, avançando na discussão e caracterizando essas mulheres, quem são elas, as mulheres trans e travestis: como vivem, quais são suas expectativas; subjetividade e objetividade; grau de consciência. Traremos à luz o processo transexualizador e a resignação sexual. Teremos um olhar sobre o Serviço Social frente a questão LGBT: O Assistente Social e a relação com o preconceito no

processo de atendimentos, encaminhamentos no exercício profissional e a questão do trabalho.

No terceiro capítulo, faremos um resgate histórico da luta dos movimentos sociais, dentre eles e, prioritariamente, o movimento feminista e o movimento LGBT, cujos desdobramentos serão: Os movimentos sociais frente à resistência: Alternativas e Estratégias de Enfrentamento. A primeira Onda do Feminismo – entre o pensamento e a revolução Francesa. Referente à Segunda Onda do Feminismo, falaremos sobre o feminismo do século XIX. Na terceira Onda do Feminismo, será focado o Pós-Guerra. Na sequência dos itens, o movimento LGBT será apresentado da seguinte forma: A trajetória de luta do movimento LGBT no Brasil, que aparece como a primeira onda do movimento LGBT – 1978-1983; a Segunda Onda do movimento LGBT, que compreende de 1984-1992; e a Terceira Onda do movimento LGBT, que parte de 1992 até o presente momento. E para falar das lutas e das conquistas, é preciso dizer sobre as Políticas Públicas, como alternativa de enfrentamento e combate à violência contra a mulher, mulheres trans e travestis e a Rede de Serviços.

Sendo assim, recorreremos aos registros históricos dos movimentos sociais, bibliografias específicas, dados das entrevistas, resultado publicado no Mapa da Violência da cidade de Santo André, além dos dados contidos no IBGE e Institutos de Pesquisas de fomento às questões de gênero.

No decorrer da dissertação, daremos voz e vida para as falas das sujeitas da pesquisa, momento este em que as Histórias de vidas e Histórias contadas terão o direito de dizer, quem são e de onde vem essas mulheres. Será feita uma análise das entrevistas e das transcrições das falas, no processo de construção deste trabalho.

Ainda, verificar-se-á de que maneira a divisão de classe reflete na condição das mulheres e mulheres trans e das travestis, de que forma a orientação sexual é vista nesse contexto e como se dá o Transfeminismo. Os pontos de reflexão que irão construir o processo desta pesquisa serão: feminismo e transfeminismo: uma construção social; lutas das mulheres; conquistas; resistências; estratégias.

Também serão destacadas as Políticas Públicas de Gênero, desenvolvidas na cidade de Santo André, como ferramenta ao enfrentamento e combate à violência contra as mulheres, as trans e as travestis.

Na perspectiva feminista, a reflexão e a politização das mulheres como sujeitas de sua própria vida são caracterizadas como a bandeira levantada por todas nós do

movimento de mulheres. A administração pública municipal inovou no momento em que criou a Secretaria de Política para as Mulheres, atendendo à reivindicação do Movimento de Mulheres e respeitando uma diretriz da IV Conferência de Mulheres da cidade de Santo André.

Diante desse contexto, a Secretaria de Políticas para as Mulheres atuou com um diagnóstico sobre as condições das mulheres em Santo André e desenvolveu ações condizentes com esse mapa, para garantir autonomia e direitos de cidadania das mulheres, considerando gênero, classe, raça e etnia, geração, deficiência, orientação sexual/identidade de gênero e diversidade regional⁴.

Pretende-se verificar a história de vida dessas mulheres, as mulheres trans e as travestis, e suas relações com a violência, a questão das relações de classe e o trabalho, inserida nas desigualdades sociais do sistema capitalista. Vivenciam-se as transformações da sociedade e dentre elas destacam-se as desigualdades entre homens e mulheres. Com este cenário, indaga-se: temos desafios a serem enfrentados? Ou, pode-se afirmar que existe uma causa para o distanciamento das mulheres em situação de violência, as mulheres trans e as travestis ao mercado de trabalho?

Espera-se que essa pesquisa seja importante para pensar políticas públicas voltadas à população LGBT, em destaque as mulheres trans e as travestis, e as mulheres em situação de violência doméstica, no que tange ao mundo do trabalho, uma vez que a garantia de tais políticas urge no cotidiano dessas sujeitas.

Como descrito no pensamento de Frida Kahlo “Cada tic-tac é um segundo de vida que passa e não se repete. Há nele tanta intensidade, tanto interesse que o único problema é como vivê-lo [...]”⁵.

⁴ (Mulheres de Santo André em Pauta – Perfil socioeconômico e o Mapa da Violência, 2015).

⁵ Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CAPÍTULO I - GÊNERO, PATRIARCADO E AS RELAÇÕES DE CLASSE

Figura 1 - Medida de força entre os gêneros



Fonte: <<http://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/violencia-contra-mulher-ainda-se-origina-na-desigualdade-de-genero>>.

1.1 Expressões da Violência Doméstica e a relação com o Patriarcado

Para dar início a este capítulo, foram trabalhadas as categorias gênero, violência, patriarcado e relações de classe, posto que vamos tratar sobre um tema que exige o entendimento da importância e a relação entre essas categorias, uma vez que as mulheres, as mulheres trans⁶ e as travestis também são exploradas nas relações de classe e nas relações sociais, não podendo deixar de ponderar as dimensões correlatas (raça e etnia), já que o tema tem obtido destaque nos estudos e pesquisas acadêmicas, no discurso de diversos profissionais e inclusive na mídia. As categorias são modos de ser, são ontológicas, o método materialista histórico-dialético utiliza categorias como totalidade, mediação e contradição, sendo elementos fundamentais.

⁶ Considerar nesse contexto as Mulheres Trans e as Travestis por sua identidade de gênero.

De acordo com Chauí (1985, p. 35)⁷, “as desigualdades sociais e de gênero vão se solidificando cada vez mais no contexto neoliberal”, assim, o processo de transformação da sociedade fica ainda mais complicado, uma vez que há a intensificação do não direito e das desigualdades.

Portanto, nos deparamos com a negação dos direitos a todo o momento, frente à conjuntura atual em que o conservadorismo impera e as violações de direitos são cada vez mais presentes, principalmente no que tange à população trans. No parlamento brasileiro, podemos ver que a bancada “BBB” da bíblia, do boi e da bala, com seu reacionarismo tem-se voltado ao conservadorismo e ao fundamentalismo, contexto esse ligado diretamente ao universo trans, a que estão submetidas essas sujeitas. Com isso, as mulheres trans e as travestis ficam expostas à prostituição devido às desigualdades sociais, como elucida Iamamoto (2000, p. 49): “[...] é livre para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais”, lembrando aqui, que a falta de acesso a bens e serviços dessas minorias, em destaque no que se refere à formação profissional, à moradia com qualidade, à escolarização e ao mercado de trabalho, além do preconceito vivido e experienciado por todas as sujeitas desta pesquisa, nas escolas, faculdades e empresas de um modo geral (OLIVEIRA, 2016, p. 29).

No âmbito da “pós-modernidade”, do “pós-estruturalismo” e do marxismo, o conceito de “gênero” tem suas disputas ideológicas. Algumas correntes estruturalistas defendem o aprofundamento dessa categoria e outro segmento defende a desconstrução de “gênero”. Alguns autores defendem o conceito de “gênero” que tem suas disputas ideológicas no âmbito da “pós-modernidade”, do “pós-estruturalismo” e do marxismo, bem como por críticas das autoras francófonas⁸, que defendem o emprego do conceito de “relações sociais de sexo”.

O conceito gênero no seio do feminismo materialista francófono tem sido pensado criticamente pela maioria de suas integrantes, utilizando e fazendo a defesa das relações sociais de sexo e não de gênero. Cisne (2014) vai dizer que:

⁷ CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, Ruth et. al. *Perspectivas antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 35.

⁸ Francófonas: A francofonia é a região linguística descontínua e que corresponde à comunidade linguística que envolve todas as pessoas que têm em comum a língua francesa, chamadas de “francófonas” (“francoparlantes”) e “francofalantes” são grafias.

Fran-có-fo-no (franco+fono) adjetivo e substantivo masculino 1. Que ou Quem fala francês. Adjetivo 2. Que tem o francês como língua ou dominante (ex: país francófono). Disponível em: <<http://priberam.pt/dlpo/> e www.wikipedia.org>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Gênero e relações sociais de sexo são distintos, embora, muitas vezes, encontremos textos que os tratam como sinônimos. Para entendermos o segundo, é fundamental que se localizem a sua origem e o seu significado. Advindo da escola feminista francesa, na língua original é chamado *rappports sociaux de sexe*. Observemos que na língua francesa esse conceito não é denominado *relations sociales de sexe*. Expliquemos melhor. No francês, existem duas palavras para uma única tradução, no português: relações. *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes. Nas palavras esclarecedoras de Kergoat, com base no pensamento de Goldelier: Uma *rapport* social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, construída em torno de uma problemática. É uma relação de produção material e ideal. (CISNE, 2014, p. 136)

Conforme vemos nas reflexões da autora, há uma diferenciação entre os conceitos, pois *rapport* designa relações mais amplas, enquanto que *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. Sendo que o conceito de *rappports sociaux de sexe* está diretamente fundamentado nas relações sociais de classe. Segundo a autora, “uma relação *rapport* social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Todavia atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes” (CISNE, 2014, p.136).

Com o objetivo de trazer gênero enquanto conceito relacional e categoria analítica, pois a opressão de gênero por si só não se segura, vamos trabalhar com o pensamento de Saffioti (1992), que afirma:

Como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social, o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual as relações de gênero têm lugar. (SAFFIOTI, 1992, p. 210)

A autora nos faz pensar o quanto as relações sociais estão ligadas às relações de gênero e às suas tramas, seja enquanto categoria analítica ou processo social. A violência contra a mulher, mulheres trans e travestis é vista como um fator de grande complexidade na cidade de Santo André, portanto, é motivo de atenção. A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, na gestão (2013-2016), apresentou um olhar voltado a essas questões de gênero e violência no enfrentamento direto aos

fenômenos causais, uma vez que tal complexidade nos leva ao entendimento de que a violência doméstica contra as mulheres, mulheres trans e travestis faz parte da expressão da questão social, e de certa forma tem influência na vida das pessoas, em especial na vida das mulheres, que precisam ter garantidos seus direitos, principalmente no que tange à liberdade, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, dentre outros.

Nessa perspectiva, buscaremos entender a história dessas sujeitas e sua relação com a violência, tendo como partida a compreensão da questão social como consequência do sistema capitalista.

Vemos que relacionar essas categorias com os serviços ofertados na cidade de Santo André se faz necessário, uma vez que são expressões da questão social e que vem ao encontro do desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esse objeto de estudo, ou a falta das políticas sociais que deveriam abarcar essa demanda, principalmente no que se refere ao segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans - LGBT. Outra questão que se torna um desafio diante do enfrentamento à violência é a empregabilidade das mulheres, mulheres trans e as travestis, as quais encontram muitas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, por conta de vários fatores, dentre eles, a negação de direitos, o preconceito, a não aceitação da identidade de gênero feminino, ou seja, a compreensão das questões que envolvem essas categorias requer uma breve análise histórica relacionada aos movimentos que impulsionaram os estudos, não só de gênero, mas também sobre as temáticas mencionadas. Nesse sentido, foi necessário sistematizar aspectos relacionados ao movimento feminista e ao movimento de mulheres, para a construção desta pesquisa.

Pretende-se discutir o conceito de gênero, patriarcado e as relações de classe com suas vertentes na sociedade, partindo-se da premissa enunciada por Beauvoir (1980, p. 9): “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para a autora, “nenhum destino biológico psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Portanto, para ela, é o conjunto articulado da civilização que elabora o que se qualifica e de forma ainda pejorativa como é o feminino na cultura. A partir dessa reflexão, vemos que nos anos 1980, as (os) intelectuais das ciências sociais, buscando compreender o processo histórico sobre o papel da mulher e sua relação com a vida social, trazendo alguns aspectos históricos, críticos e de transformação, iniciam os primeiros estudos sobre gênero.

Assim, pode-se compreender que o gênero se realiza culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas e culturais, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados.

A partir da década de 1980, o movimento feminista brasileiro trouxe à baila a questão da violência contra a mulher, e o II Congresso da Mulher Paulista constituiu um cenário importante para essa iniciativa. Assim, o SOS Mulher, em São Paulo, foi criado após o Encontro de Valinhos. Na sequência, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. No Estado de Minas Gerais houve a criação do Centro de Defesa da Mulher, sendo essas entidades autônomas com o propósito de realizar atendimento à mulher em situação de violência. As profissionais eram voluntárias, faziam grupos socioeducativos para a reflexão sobre a questão da violência e buscavam a mídia para alcançar a opinião pública e o debate sobre a temática.

Naquele momento, as feministas faziam a denúncia da violência doméstica e sexual, sem ter casos concretos para mostrar, como os assassinatos, por exemplo. Com a criação do SOS, no mês de outubro de 1980, foi possível registrar, dentro de um ano, setecentos casos de violência contra a mulher.

Os assassinos de mulheres no Brasil sempre acabavam sendo absolvidos, pelos crimes de feminicídios, pois estes eram considerados crimes em defesa da honra, reforçando o papel do homem no patriarcado. Com a condenação de Doca Street, pelo assassinato de Ângela Diniz, houve um momento novo na luta contra a violência, pois quando o milionário Doca Street matou sua mulher, na cidade de Cabo Frio – Litoral do Rio de Janeiro, as feministas marcaram presença nas ruas, exigindo a punição e condenação do criminoso.

As feministas cariocas tiveram um papel fundamental nesse caso, pois sua luta fez com que a justiça carioca condenasse Doca Street, representando um novo passo nessa luta contra a violência. A partir desse caso, outros grupos feministas passaram a pressionar o poder judiciário na condenação de homens assassinos de mulheres, principalmente os da classe alta.

Há dados que apontam um número elevado de mulheres que sofrem violência, sendo que oito mulheres são agredidas por hora no Estado de São Paulo; dez

assassinadas por dia; três estupradas por hora, só na capital, e mais de noventa e um mil assassinadas no Brasil nos últimos trinta anos⁹.

A partir das relações violentas, as mulheres ficam sujeitas a todos os tipos de violência, desde a física, a psicológica, a sexual, a moral, além da patrimonial. A sociedade patriarcal propicia ao homem poder absoluto sobre as mulheres, poder este que determina o que deve ou não ser feito e obedecido.

Segundo o depoimento de Catarina¹⁰:

Mas eu acho que eu era muito besta, e como eu tenho uma questão, um sentimento, como eu vou te explicar, ser sozinha, assim a gente não percebe, a gente é besta né, sentimento bobo né, principalmente mulheres que sofrem quando criança, que hoje em dia eu vejo pelo meu contato, teve aquela carência de pai e de mãe, quando encontra o primeiro camarada sabe, sabe aquela mulher, hoje em dia eu estou até fria, não saberia explicar hoje, sabe aquela carência e aí você encontra o primeiro panaca e parece que você vai ter tudo aquilo e não consegue enxergar¹¹.

Em prol desta carga de opressão é que as mulheres são cada vez mais envolvidas e sujeitas a uma relação violenta e, por conta desse contexto, não se dão conta da dependência social, emocional e econômica, dificultando o rompimento do ciclo da violência doméstica.

Para entendermos essa questão, nos apoiamos no pensamento de Saffioti (2001) que destaca:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social **homens** exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das

⁹ (Mapa da Violência 2012).

¹⁰ Catarina mulher CIS participante da pesquisa. Cis significa: “uma pessoa cis é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero, estão ‘alinhados’ ou ‘deste mesmo lado’ – o prefixo cis em latim significa “deste lado” (e não do outro), uma pessoa cis pode ser tanto cissexual e cisgênera, mas nem sempre, porém, em geral ambos”. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/17/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

¹¹ As travestis Leticia, Shayane e as mulheres trans Melissa e a Heloisa, sujeitas da pesquisa, fizeram opção por utilizarem o nome social, enquanto que as mulheres CIS Catarina e Valentina, optaram pelo nome fictício, para garantir a integridade e segurança. Essa questão será tratada na página 138, caracterização das entrevistadas.

vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. (SAFFIOTI, 2001, p. 10)

Assim, pode-se ver que o homem, para manter sua forma viril de poder, se apoia na violência como dominação e exploração, com o apoio e autorização dessa sociedade patriarcal, como bem afirma a autora.

As relações de gênero têm sido marcadas pela violência, ou seja, por atos de violação da liberdade e do direito de alguém (geralmente das mulheres) ser sujeito constituinte de sua própria história. Na ação violenta, o sujeito é tratado como coisa, caracterizando-se pela inércia, pela passividade e silêncio. Silêncio que oculta o medo e a culpa (CHAUI, 1985, p. 35-36)¹².

No depoimento de uma das sujeitas desta pesquisa, quando lhe foi perguntado: você considera que a violência doméstica atrapalha a mulher para conseguir inserção no mercado de trabalho e qual a maior dificuldade nesse sentido? Sua resposta foi: “É falar, porque a mulher não quer falar, as pessoas quando sofrem violência não quer falar sobre o assunto, machuca muito”¹³. Observa-se o quanto fica evidente nessa fala a questão do “silêncio” que acaba ocultando o medo e a culpa, e vem ao encontro da reflexão efetuada por Chauí (1985), quando trata a questão da violência, como traduz a realidade vivida pelas mulheres vítimas da violência doméstica, do machismo e do patriarcado.

No caso da violência de gênero, estão presentes aqueles atos de agressão física ou psicológica baseados nas concepções de gênero. Podemos incluir também as ameaças, a coerção ou a privação de liberdade, tanto as que ocorrem na vida pública como na vida privada.

Simone de Beauvoir¹⁴ e Joan Scott¹⁵ tiveram uma preocupação fundamental em estudar essa questão. Saffioti foi outra intelectual que discorreu sobre a temática de gênero, dentro de um contexto difícil e de grande resistência¹⁶.

¹² CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, Ruth et. al. *Perspectivas antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 35-36.

¹³ CATARINA, mulher CIS, sujeita da pesquisa.

¹⁴ **Simone de Beauvoir**, Simone Lucie-Ernestine-Marie-Bertrand de Beauvoir nasceu em Paris, em 1908. Forma-se em filosofia, em 1929, com uma tese sobre Leibniz. É nessa época que conhece o filósofo Jean-Paul Sartre, que será seu companheiro de toda a vida.

¹⁵ Joan W. Scott, historiadora norte-americana, é professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Altos Estudos de Princeton, Nova Jersey.

¹⁶ A opressão naquele momento falava mais alto, aqui no Brasil e em alguns países do mundo. Este período foi marcado com o desenvolvimento do capitalismo num contexto de dominação total, o qual fazia outras vítimas do seu domínio. O Brasil passou por um regime Militar que podemos comparar com

Vale destacar, que a opressão de gênero se constrói por ter bases estruturais, adquirindo, portanto, relativa independência, passando a interagir, de maneira própria, com a opressão de classes e as demais formas de opressão da sociedade, como a de raça, por exemplo. Há a compreensão da necessidade de que a luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os tipos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem discriminação de sexo, gênero, raça e classe.

Assim, pode-se ver na fala de uma mulher trans: “uma vez na escola me chamaram de “Negro” e “cara queimada”¹⁷. Sendo assim, a forma de expressar o preconceito está impregnada no seio da sociedade e está reproduzida dentro das escolas.

Somando-se a essa reflexão, vemos no pensamento de Marx uma aproximação conceitual sobre a questão de gênero que é percebida quando questiona: O que é um escravo negro? Um homem de raça negra. Esta explicação é tão boa quanto a outra: um negro é um negro. Ele se torna um escravo somente em certas relações.

Gayle Rubin¹⁸ (1993), parafraseando Marx, elucida que:

Poderíamos então parafrasear: O que é uma mulher subordinada? Uma fêmea da espécie humana. Esta explicação é tão boa quanto a outra: a mulher é uma mulher. Ela se torna uma doméstica, uma esposa, um objeto, uma coelhinha, uma prostituta, ou um ditafone humano somente em certas relações. (RUBIN, 1993, p.2)

A partir do exposto, compreende-se que gênero se realiza culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas

o regime totalitário acontecido na Alemanha, esta época amarga aconteceu no período de 1964 a 1985 e caracterizou-se pela falta de democracia, suspensão dos direitos constitucionais, censura, concentração de renda, pensamentos capitalistas, perseguição política e repressão a todos que eram contra o regime militar. Faz-se necessário voltar à história no que tange 1964, quando o então Presidente João Goulart apresentou um projeto de reformas econômicas e sociais, o que aborreceu os conservadores capitalistas, pois os mesmos tinham medo que a nação vivenciasse um regime socialista e assim providenciaram a derrubada de João Goulart por meio de um golpe militar, naquele momento as eleições foram suspensas, assim como muitas liberdades individuais, tendo início um longo período da ditadura militar que é considerado um dos acontecimentos mais marcantes da história recente do Brasil. Neste contexto, muitas pessoas foram presas, torturadas e assassinadas, casas eram invadidas, entre muitas outras violações de direitos humanos. Ainda nos dias atuais existem muitos brasileiros que não sabem os destinos de seus filhos e familiares desaparecidos nesta época por ousarem se opor aos pensamentos egoístas que geraram a Ditadura Militar. Disponível em: <<http://www.wp://www.suapesquisa.com/ditadura/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

¹⁷ Fala de Melissa, sujeita da pesquisa.

¹⁸ Rubin Gayle antropó loga feminista norte-americana, 1993, p.2.

estão associadas a apropriações político-econômicas e culturais, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados. Este último enfoque foi uma contribuição de autores marxistas no sentido de tirar o feminismo do plano idealista, negando-se que as discriminações se reproduzem pela perversidade natural dos homens, e chamando a atenção para um sistema de relações que se perpetua porque serve a interesses, ainda que não tenham sido diretamente engendrados para tal fim.

A autora traz uma reflexão analítica quanto ao processo social e como o conceito deve ter condições de trazer as tramas das relações sociais e, por outro lado, por meio de vários processos sociais que se transformam historicamente, e que as relações de gênero têm seu espaço.

Para Scott (1990):

Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder, o olhar de gênero clareia a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres. (SCOTT, 1990, p. 16)

Enquanto a biologia prioriza a visão naturalizada do homem e da mulher, baseada nas diferenças anatômicas, o gênero fundamenta-se justamente na construção social, cultural e relativa, que define homens e mulheres uns em relação aos outros.

Pode-se afirmar que, na perspectiva feminista, a reflexão e a politização das mulheres como sujeitas de sua própria vida são a bandeira levantada pelo movimento de mulheres, sendo que as desigualdades de gênero atingem a todas e todos, mesmo que sejam em dosagens diferentes, refletindo diretamente no cotidiano dessas mulheres.

Como exposto anteriormente, compreende-se que gênero se realiza culturalmente, por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas e culturais, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados. A partir da construção do cotidiano é que tecemos a realidade e fazemos escolhas.

1.2 Mulheres, Mulheres Trans e Travestis na construção do cotidiano.

A vida cotidiana é acima de tudo o nosso fazer, o ser, o estar, é na cotidianidade que estabelecemos todo o processo de construção das relações sociais e o desenho das coisas que fazemos e tecemos no fio condutor de nossas escolhas, acertos e desacertos, enfim, é nesse contexto que nossas sujeitas da pesquisa se inserem, com suas particularidades e significados, muitas vezes, redesenhando e resignificando o sentido da vida.

Agnes Heller (2008) considera que o homem e a mulher participam na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Ser mulher, neste contexto, é, acima de tudo, ultrapassar a própria existência, mergulhar em seu interior, ou seja, a mulher se constrói cotidianamente, em suas escolhas, suas lutas, seus ganhos e em suas perdas.

De acordo com Heller¹⁹ (1970): “a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção”. Portanto, a fim de entender o contexto dessas mulheres, compartilhamos o pensamento de Heller (2008, p. 37), que define o indivíduo enquanto um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria vida humana, e nela, tornam-se conscientes de ambos os elementos, pois a vida cotidiana está carregada de alternativas e de escolhas.

Como o homem é fruto de suas relações, vimos que a cotidianidade propicia ao homem e à mulher passar por todo o processo de transformação, se adequando a cada momento passível de mudança. No campo ocupacional, é o trabalho um enfoque crítico, pois temos a Divisão Sexual do Trabalho, a representação social e a dimensão social. Portanto, o homem é filho de sua práxis.

A vida cotidiana aproxima o indivíduo e dá respostas as suas demandas, acaba reproduzindo essas necessidades, muitas vezes, sem crítica. Sendo que o comportamento na cotidianidade desemboca na ação imediatizada, ou seja, o ser humano já nasce inserido na vida cotidiana; as relações que são construídas pelo trabalho são históricas, contraditórias e estão em movimento (NETTO, 2011, p. 67).

Assim, os indivíduos se reproduzem socialmente em suas relações, no trabalho, na família, na escola, na sociedade de modo geral, nas instituições sindicais,

¹⁹ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

religiosas, enfim, nos seus valores, nas suas crenças, nos seus conceitos e preconceitos.

Como podemos observar na fala de uma das sujeitas de nossa pesquisa: “[...] Todas nós sofremos, a sociedade ainda tem um equívoco de julgar antes de conhecer”²⁰. Percebe-se na fala de Mel que há um toque de insatisfação em relação ao preconceito que sofreu por parte da sociedade, destacando o léxico “equívoco”. Até que ponto pode-se considerar um equívoco o que, muitas vezes, está subliminarmente explícito? Ou seja, o preconceito tem várias máscaras e roupagens, além da violência sofrida, que está ali presente no cotidiano dessas sujeitas.

Diante do exposto, Heller traz uma contribuição referente ao preconceito que a sociedade produz e reproduz com aparências do cotidiano.

Segundo Heller (1992):

[...] a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 1992, p. 17)

Dialogando com Heller, percebe-se que a vida cotidiana traz uma importante contribuição de análise quanto ao preconceito e à violência praticada contra as mulheres. Para tanto, temos as particularidades da violência doméstica e a relação com o patriarcado, que vamos elucidar no próximo tópico, trazendo à luz uma reflexão sobre essa temática.

1.3 As particularidades da Violência Doméstica contra a Mulher e o Patriarcado

A violência doméstica é considerada uma das mais cruéis e penosas diante de todos os tipos de violência contra a mulher existentes no mundo, pois, o lar é considerado um lugar que acolhe e proporciona um bem-estar e, por conta da violência doméstica, se transforma em local de risco constante, trazendo o medo e deixando a mulher em estado de ansiedade permanente. Além disso, esse ambiente está envolto por várias emoções e sentimentos afetivos, lembrando que a maioria das casas tem em sua porta um tapete dizendo: “Seja Bem-vindo”. Isso denota uma simbologia e um contraste muito grande da violência, uma vez que os autores de

²⁰ Melissa mulher trans, sujeita da pesquisa.

agressão têm um perfil bem sociável, se mostrando à sociedade, à família e aos amigos como um grande homem, a melhor pessoa do mundo, ao mesmo tempo que aquele ambiente se transforma em palco de horrores, além disso, há outros objetos na casa que denunciam a violência, como pedaços de madeiras, armas de fogo, armas brancas, tesouras, facas, estiletes, facões, ataduras, dentre outros.

Nesse sentido, pode-se observar na fala de Catarina:

Eu comecei a Faculdade na época, fui fazer pedagogia na Fundação Santo André, com três meses que eu estava cursando, fui morar em uma república, foi quando eu conheci ele, que saí da república e fui alugar uma casa, ele continuou os estudos e eu parei. Enquanto ele estudava eu passava, lavava e cozinhava, eu lembro de uma surra que ele me deu, esses dias eu encontrei essa caixa de sabão POP e quando a gente é nova não sabe muita coisa de serviço de casa; eu deixei uma calça dele de sarja de molho, ele torceu essa calça e me deu tanto nas costas, esses dias eu vi no mercado, me deu um negócio. (CATARINA, mulher CIS sujeita da pesquisa)

Quando alguém se depara com a realidade no cotidiano da violência doméstica, vê-se que realmente é no lar o local de risco constante, na fala de Catarina fica bem nítido o quanto o ambiente doméstico é violento e perigoso, cheio de armadilhas.

Se considerarmos os tipos de violência, pode-se ver que a violência sexual aparece como a mais grave, segundo pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social – Subsecretaria de Pesquisa e Opiniões Públicas (2005). A violência física torna-se mais grave para as mulheres que trabalham fora de casa. Já a violência patrimonial é percebida de forma mais intensa por mulheres com rendimento até dois salários mínimos. Nesse sentido, 60% das mulheres afirmaram que o abuso se dava contra os seus rendimentos que se encontravam nessa faixa de renda.

A violência de gênero tem sua origem na sociedade privada, as mulheres são oprimidas na sociedade patriarcal, ou seja, as violências sofridas podem ser físicas, sexuais, emocionais, patrimoniais e morais. As mulheres são as vítimas da violência e, com esse entendimento, a relação de gênero não é vista como uma relação interpessoal, pois seria como se estivéssemos “singularizando os casais, perdendo de vista a estrutura social e tornando cada homem um inimigo das mulheres”. Nesta concepção, “o encontro amoroso seria impossível” (SAFFIOTI, 1999, p. 86). Sendo

assim, quando não é o macho que agride, alguém assume esse papel (SAFFIOTI, 2001).

Um exemplo de violência sofrida por uma das mulheres participante da pesquisa vem ao encontro desse pensamento da autora:

Quando a Delegacia da Mulher – DDM era na Rua Adolfo Bastos, eu cheguei ir lá umas três vezes, que uma “filha da puta” da Delegada brigou comigo e eu desisti de tudo, depois eu fui embora, fora o chá de cadeira que a gente fica o dia inteiro esperando alguém para te atender, a escritã demorou atender, eu fui a pé, uma vez que ele²¹ estava trabalhando, cheguei ir e voltei, me deu uma raiva, voltei pra trás como se nada tivesse acontecido, não que eu estou me vitimizando, não é isso, mas que é muito revoltante ser tratada como um lixo muitas vezes, e não é só homem não, mulher também, uma vez que eu fui atrás, não vou desistir não, a gente espera o maior tempão e ainda leva um “esporro”. Algumas mulheres falam você não tomou providência porque não quis ou então você gosta de apanhar, um exemplo, eu já escutei isso de uma Delegada na Rua Adolfo Bastos – Santo André; eu não acho isso certo, mas, às vezes, pode ser uma lavada que a mulher precisa para acordar, assim, mas eu sou contra, tá certo que, às vezes, você precisa de umas sacolejadas né, mas você tá muito vulnerável, acaba de levar uns esporros aí vem outro e faz isso entendeu. (CATARINA, sujeita da pesquisa).

Percebe-se nessa fala o quanto ela está carregada de violência através do ato vivido por essa sujeita. O próprio Estado representado na pessoa da Delegada de Polícia revitimiza, inibe essa mulher, na tomada de decisão, colocando-a na condição inicial de subalternização e inércia, como dito anteriormente, desencorajando a mulher e reforçando o estado machista e patriarcal.

Lessa (2010, p. 9), ao apresentar o livro de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, refere que na “Tese central: o desenvolvimento das forças produtivas resultante da Revolução Neolítica é o fundamento histórico para a gênese e desenvolvimento da exploração da família monogâmica”. Nesse aspecto, a família monogâmica corrobora o patriarcado que dá plenos poderes ao homem e coloca a mulher num segundo plano, ou seja, num estado de submissão.

Nesse sentido, dialogando com Saffiotti, (1987, p.18), temos o seguinte pensamento:

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela as relações sexuais, provando, assim, que sua capacidade de submeter à outra parte, ou seja, aquela que,

²¹ “Ele” refere-se ao ex-companheiro.

segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha. (SAFFIOTTI, 1987, p. 18)

A autora traz o poder extremo do homem, que nesse contexto, trata-se da violência sexual, o estupro como abuso de poder, fazendo com que a mulher fique sob o seu jugo e sob seu domínio, desenvolvendo-se ainda mais o papel do macho na sociedade.

Lessa (2010) vai dizer que como “consequência inevitável, a superação da sociedade de classes é também a superação da família monogâmica, do Estado e da Propriedade Privada e que Engels reafirma que o trabalho é o Programa da revolução proletária”.

Segundo o autor, Engels (2010) reafirma “que não há possibilidade de se converter o patriarcalismo em uma relação emancipada entre duas pessoas que se amam”, ou seja, pela relação de poder que o homem exerce sobre a mulher, fica impossível haver essa emancipação.

De acordo com Lessa (2010):

Aproximou-se do marxismo para realizar uma pesquisa a qual investigou a vida do povo Montaignais – Naskapi, da península do Labrador, sendo que este estudo a convenceu da falsidade científica das teses conservadoras acerca da superioridade masculina e lhe deu elementos para perceber o quanto essa superioridade tem seu fundamento na propriedade privada. (LESSA, 2010, p. 14)

O autor afirma que a superioridade do homem está relacionada à questão da propriedade privada, pois, nesse caso, a mulher se torna propriedade do homem, de acordo com o que é preconizado no estado patriarcal.

Para Engels, a monogamia surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Enquanto Engels e Marx vão dizer no manuscrito inédito em 1846,²² “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Assim, a mulher torna-se propriedade do homem para servi-lo e procriar ao mero prazer e mando do homem.

Com o objetivo de entendermos o processo da violência de gênero, temos o chamado ciclo da violência, que pode ser representado em três fases, que serão

²² [Trata-se da Ideologia Alemã,] Engels. (2012, p. 87). Tradução de Leandro Konder. 3 ed. Expressão Popular, 2012.

explicadas. Walker²³ (1979, p. 85) apresentou um modelo de “ciclo da violência”, o qual procura explicar como ocorre a violência entre homens e mulheres em suas relações de tensões no relacionamento. A partir desse estudo, a autora chega a algumas conclusões, dentre elas, as fases da violência doméstica, em que as mulheres estão sujeitas aos homens, dentro de um relacionamento violento e conturbado.

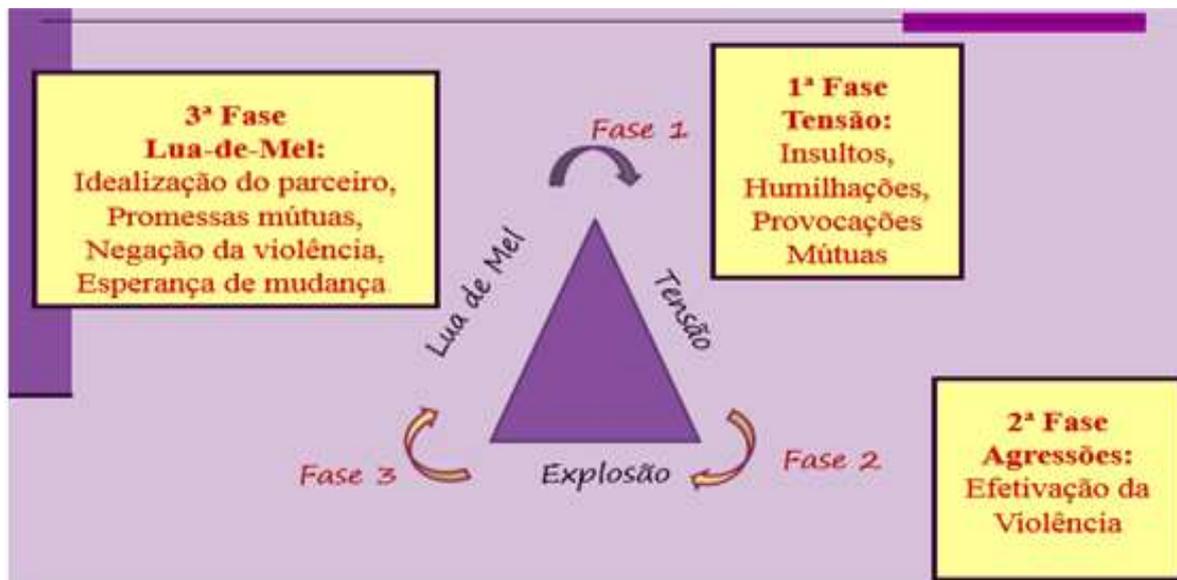
A seguir, iremos representar as três fases do ciclo da violência na figura 1, conforme segue, para visualizarmos como ocorre esse fenômeno.

²³ Lenore Edna Walker nasceu em Nova York, em 3 de outubro de 1942. Leonor Walker desarrolló la teoría del “ciclo de la violencia” en 1979 y la expuso en su trabajo *The Battered Women (Las mujeres maltratadas)*. Leonor Walker aportó un instrumento muy útil para entender el mantenimiento de las mujeres víctimas en la relación violenta y sus dificultades para romper con su agresor. Hoy sabemos que no salir del ciclo de la violencia agrava las consecuencias de la violencia y abre el camino a consecuencias fatales.

Líder no campo da violência doméstica, foi presidenta e diretora executiva da Walker & Associates. Para pesquisar violência familiar, Walker fundou o Instituto de Violência Doméstica. Testemunhou como perita em julgamentos envolvendo abuso doméstico e desenvolveu programas de treinamento em violência doméstica, redigiu reformas legislativas. Walker entrevistou 1.500 mulheres que sofreram violência doméstica e descobriram que havia um padrão de abuso similar chamado “ciclo de abuso”. Ela escreveu o livro *The Battered Woman* para o qual ganhou o Distinguished Media Award no mesmo ano.

En los 70, Leonore Walker era una psicóloga recién recibida que trabajaba en una Facultad de Medicina. Allí comenzó a notar que muchas de sus pacientes con las que no hacía psicoanálisis sino un tipo de terapia que se centraba en el debate sobre cuestiones relacionadas con el poder la iban a ver con hematomas y le contaban sobre lo crueles que eran sus maridos con ellas. —Me sorprendió muchísimo porque, claro, eso no lo habíamos estudiado en la facultad, le dijo Walker a PERFIL, en su paso por Buenos Aires para participar del I Congreso Internacional de Violencia, Maltrato y Abuso, que empezó ayer y termina mañana en el Paseo La Plaza y el Colegio La Salle (ver recuadro). Fue así como Walker decidió investigar el tema de la violencia doméstica y en 1979 acuñó el concepto de —síndrome de la mujer maltratada, que engloba los síntomas físicos y psíquicos que padecen esas mujeres. Autora de 12 libros y coordinadora de la *Clinical Forensic Psychology Concentration* de la Nova Southeastern University (NSU), la psicóloga adelantó a PERFIL su presentación de hoy. Disponible en: <<http://angelesalvarez.com/2009/07/31/con-la-antropologa-leonor-walker>>. Acceso em: 08 out. 2017.

Figura 2 – Ciclo da Violência



Fonte: Própria autora. (Elaborado para trabalhos educativos em palestras, a partir dos conceitos).

Observa-se que no ciclo da violência temos três fatores primordiais, sendo que, na primeira fase, a violência é vivenciada de forma menos perceptível, aqui se inicia a violência psicológica. Esse período é entendido e incorporado de forma natural, ou seja, as pessoas não se percebem em uma situação de violência quando estão nesse estágio. Na segunda fase, a violência se efetiva por conta das agressões físicas, em que deixam as lesões aparentes. Na terceira e última fase do ciclo da violência, acontece o fenômeno que chamamos de Lua de Mel, é nesse momento específico que acontecem as famosas desculpas, o arrependimento, as juras de amor, as grandes promessas mútuas, a negação da violência e as esperanças de mudanças, assim, a violência doméstica funciona como um sistema circular.

Figura 3 - Representação do ciclo da violência.



F

Fonte: APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

1. **Aumento de tensão:** as tensões acumuladas no cotidiano, as injúrias e as ameaças tecidas pelo agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo iminente;
2. **Ataque violento:** o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima; esses maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade;
3. **Lua-de-mel:** o agressor envolve agora a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pelas agressões e prometendo mudar (nunca mais voltará a exercer violência).

Esse ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, ou seja, meses ou anos, que por sua “repetição sucessiva” pode terminar com o feminicídio²⁴, cada vez

²⁴ Feminicídio significa a perseguição e morte intencional de pessoas do sexo feminino, classificado como um crime hediondo no Brasil. O Feminicídio se configura quando são comprovadas as causas do assassinato, devendo este ser exclusivamente por questões de gênero, ou seja, quando uma mulher é morta simplesmente por ser mulher. De modo geral, o feminicídio pode ser considerado uma forma de misoginia, ou seja, ódio e repulsa às mulheres ou contra tudo o que seja ligado ao feminino. Por conta das agressões físicas e psicológicas, como o abuso ou assédio sexual, estupro, escravidão sexual, tortura, mutilação genital, negação de alimentos e maternidade, espancamentos, entre outras formas de violência que geram a morte da mulher, podem configurar o feminicídio. O feminicídio pode ser classificado em três situações. Feminicídio íntimo: quando há uma relação de afeto ou de parentesco entre a vítima e o agressor. Feminicídio não íntimo: quando não há uma relação de afeto ou de parentesco entre a vítima e o agressor, mas o crime é caracterizado por haver violência ou abuso sexual. Feminicídio por conexão: quando uma mulher, na tentativa de intervir, é morta por um homem que desejava assassinar outra mulher. ALMEIDA, Suely Souza de. *Feminicídio*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

mais frequente, por períodos menores, entre as fases de tensão e apaziguamento e aumento dos ataques violentos, em situações limite. O desfecho desses episódios poderá ser o homicídio, como mencionado anteriormente.

Empiricamente, observa-se que as mulheres vivenciam esse ciclo em seu cotidiano doméstico, mesmo com os atendimentos e acompanhamentos social, psicológico e jurídico, além do apoio em todos os aspectos da violência doméstica, incluindo aqui, casa, abrigo de endereço sigiloso, aluguel social e possibilidades de retorno à cidade de origem, trabalho com a rede sociofamiliar, dentre outros. Muitas mulheres voltam para suas casas e continuam em companhia de seus algozes, ou seja, a violência acaba deixando a mulher em “estado de inércia”, como já mencionado no item anterior.

Pode-se observar na fala de Catarina quando perguntamos qual era a sua maior dificuldade:

É o medo, você não sabe, você pisa em ovos. Quando eu estava fazendo faculdade é um exemplo que eu vou te dar, eu dava banho nos meus filhos, dava banho e ia na hora da volta eu vinha pela Perimetral, com um sentimento, será que ele me pega aqui e faz alguma coisa, ou pega os meninos sozinhos e faz alguma maldade e fala alguma coisa, a gente pensa de tudo. (Catarina)

De acordo com dados do Atlas da Violência (2017), temos um quadro que aponta o número de homicídio de mulheres no Brasil, de 2005 a 2015, em que há um índice de homicídio muito alto. A Lei Maria da Penha ficou conhecida como a Lei do Femicídio, posto que torna o assassinato de mulheres um crime hediondo, principalmente por envolver a violência doméstica e familiar. A alteração do artigo 121 do Código Penal teve importância no que se refere aos registros oficiais, sendo que, no Brasil, 4.621 mulheres foram assassinadas em 2015, ou seja, 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres, como aponta a pesquisa do IPEA (2017). Ainda assim, pelos dados do Sistema de Informação sobre mortalidade, do Ministério da Saúde – SIM, não é possível identificar as vítimas do feminicídio, pois essas informações não são fornecidas pela base de dados desse sistema.

A tabela abaixo mostra o crescimento de 7,5% na taxa de homicídio de mulheres entre os anos de 2005 e 2015. Em São Paulo, observa-se que houve uma diminuição de 34,1% nos últimos 11 anos, contudo, tem-se no Estado do Maranhão um dado de 124,4%, mostrando um grande aumento no número de mortes de mulheres naquele Estado.

Importante destacar que nos últimos anos houve diminuição de homicídios em dezoito Estados brasileiros, portanto, pode-se apontar que o efeito da Lei Maria da Penha veio inibir a violência contra a mulher. A pesquisa nos mostra que São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal tiveram as menores taxas em 2015; Roraima, Goiás e Mato Grosso se destacaram enquanto estados com maior número de homicídios contra mulheres.

Tabela 1 – Número de homicídios por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015.

	Números de Homicídios											Variação %	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015
Brasil	48136	49704	48219	50659	52043	53016	52807	57045	57396	60474	59080	22,70%	2,30%
Acre	124	158	137	133	153	165	164	208	234	232	217	75,0%	-6,5%
Alagoas	1203	1620	1836	1887	1873	2087	2244	2046	2148	2085	1748	45,3%	-16%
Amapá	196	202	172	210	190	260	209	253	225	256	293	47,5%	14,2%
Amazonas	599	699	715	830	916	1082	1292	1344	1191	1240	1472	145,7%	18,7%
Bahia	2881	3311	3659	4819	5432	5844	5549	6148	5694	6052	6012	108,7%	-0,7%
Ceará	1699	1792	1933	2019	2165	2688	2792	3841	4473	4626	4163	145,0%	-10,0%
Distrito Federal	657	660	711	812	882	786	902	954	817	843	742	12,9%	-12,0%
Espírito Santo	1602	1762	1877	1947	1985	1792	1672	1667	1622	1609	1450	-9,5%	-9,9%
Goiás	1468	1509	1521	1792	1902	1979	2272	2793	2975	2887	2997	104,2%	3,8%
Maranhão	935	969	1127	1277	1398	1519	1591	1777	2163	2462	2438	160,7%	-1,0%
Mato Grosso	907	896	889	937	1000	972	1009	1074	1158	1358	1203	32,6%	-11,4%
Mato Grosso do Sul	631	683	710	699	725	686	673	683	630	700	634	0,5%	-9,4%
Minas Gerais	4223	4177	4125	3889	3742	3646	4262	4562	4717	4727	4532	7,3%	-4,1%
Pará	1926	2073	2194	2860	2989	3521	3073	3236	3405	3416	3675	90,8%	6,6%
Paraíba	745	825	864	1029	1263	1455	1614	1525	1551	1551	1522	104,3%	-1,9%
Paraná	2977	3098	3105	3445	3698	3586	3376	3489	2936	2980	2936	-1,4%	-1,5%
Pernambuco	4330	4472	4557	4446	3963	3473	3471	327	3124	3358	3847	-11,2%	14,6%
Piauí	368	418	383	361	385	411	440	525	598	717	650	76,6%	-9,3%
Rio de Janeiro	7408	7389	6551	5662	5365	5667	4781	4772	5111	5718	5067	-31,6%	-11,4%
Rio Grande do Norte	406	455	589	714	800	810	1054	1124	1447	1602	1545	280,5%	-3,6%
Rio Grande do Sul	2021	1983	2199	2380	2242	2085	2077	2382	2322	2724	2944	45,7%	8,1%
Rondônia	555	585	432	480	538	546	450	526	483	578	600	8,1%	3,8%
Roraima	96	111	116	105	118	121	96	141	214	158	203	113,7%	28,5%
Santa Catarina	633	666	632	802	820	823	811	821	789	905	957	51,2%	5,7%
São Paulo	8870	8377	6437	6332	6557	6039	5842	6566	6035	6185	5427	-38,8%	-12,3%
Sergipe	487	585	522	555	653	676	731	879	965	1097	1303	167,6%	18,8%
Tocantins	190	229	226	237	289	327	361	379	349	381	503	164,7%	32,2%

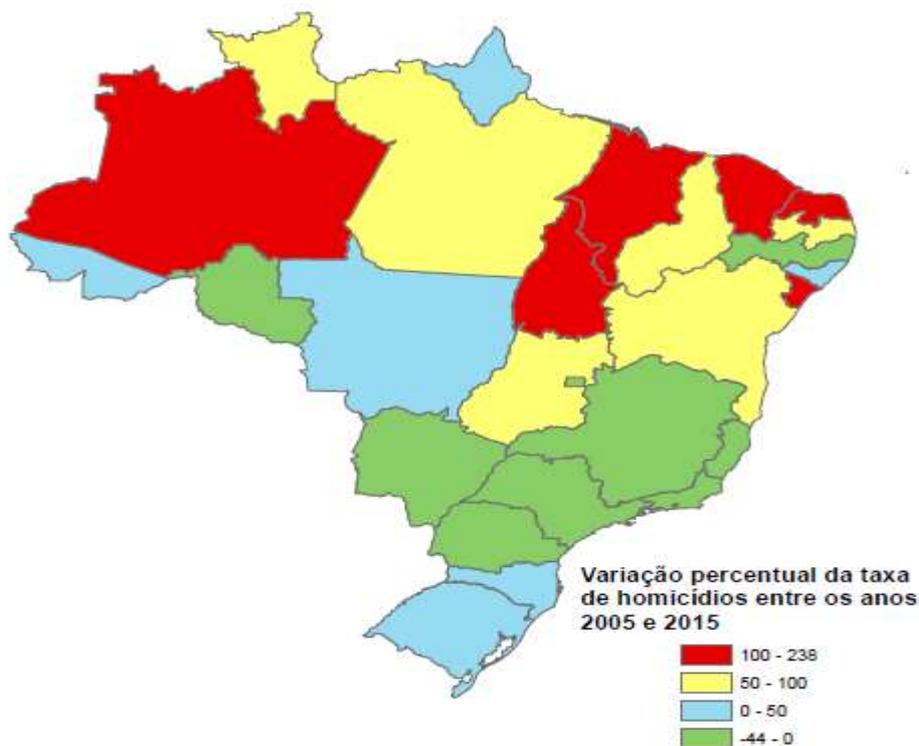
Fonte: IBGE - MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM²⁵. Elaborado pela autora.

Não podemos deixar de destacar os homicídios das mulheres negras que, de forma bastante desigual, contribuiu com um aumento significativo quando comparado às mortes das mulheres brancas. Observa-se que enquanto houve redução nas mortes de mulheres brancas, ficando em torno de 7,4%, entre 2005 e 2015 (IPEA, 2017), houve abrangência de 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres não negras. Esse índice está abaixo da média nacional, por outro lado, o índice de morte das mulheres negras teve um aumento de 22% no mesmo período, alcançando uma taxa

²⁵ O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea. Ano de 2017, p. 12. Elaborada pela autora.

de 5,2 mortes para cada 100 mulheres negras, bem acima da média nacional. A seguir apresentamos a variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação, no Brasil, de 2005-2015.

Figura 4 - Variação nas taxas de homicídios por Unidade da Federação - Brasil, 2005 a 2015.



Fonte: Ipea e FBSP²⁶

Observa-se que as taxas mais altas de crescimento dos homicídios estão no Norte e Nordeste. Em contrapartida, temos entre as Unidades Federativas os Estados que apresentaram queda nas taxas de homicídios entre 2005 e 2015; há representantes de todas as regiões brasileiras, incluídos aqui os Estados do Sudeste.

O Estado de Pernambuco merece destaque posto que nesses onze anos, em que os Estados foram analisados, teve considerável diminuição no número de homicídios, entre os anos de 2007 e 2013, mostrando queda de 36% da taxa de homicídio no período. Quando da implantação do programa “Pacto pela Vida”²⁷, o

²⁶ IPEA - Instituto de Pesquisa e FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Atlas da Violência 2017 p.10.

²⁷ “Pacto pela Vida” O “Pacto pela Vida” é compromisso entre gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a atuação de saúde da população brasileira. Disponível em:

número de homicídios subiu uma média de 13,7% no ano de 2014, voltando, assim, ao índice de homicídios apresentados nos anos de 2009 e 2010.

A tabela abaixo mostrará essa gritante diferença no índice de mortalidade das mulheres negras, reforçando a questão de raça/classe/gênero. Traduzindo, essa tabela vem mostrar que a violência contra a mulher, principalmente contra a mulher negra, tem raça, classe, gênero e patriarcado. Para mostrar que essa afirmação é verdadeira, *O Atlas da Violência*, desenvolvido pelo IPEA, afirma que o número entre o total de mulheres vítimas de morte por agressão passou de 54,8%, em 2005, para 65,3%, em 2015; do total de 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil, no último ano, a maioria era negra, esse resultado mostra mais uma contradição da sociedade brasileira, entre a desigualdade de gênero e racismo, chegando a ser perversa. Vejamos a tabela a seguir que vai mostrar o tecido de uma dura realidade e afirmar o que foi mencionado anteriormente.

Tabela 2 – Taxa de homicídio de mulheres negras por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015.

	Taxa de Homicídio por 100 Mil Mulheres											Variação %		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 - 2015	2014 - 2015	2010 - 2015
Brasil	4,3	4,6	4,3	4,6	4,9	5,2	5,3	5,5	5,4	5,4	5,2	22,0%	-4,1%	0,5%
Acre	3,2	3,3	3,7	1,9	2,4	5,0	4,1	5,2	10,4	5,4	4,7	45,5%	-13,1%	-5,7%
Alagoas	4,5	6,6	6,2	6,4	8,1	8,8	9,7	9,7	9,5	9,8	7,2	59,9%	-27,0%	-18,7%
Amapá	5,6	4,3	3,6	5,1	4,2	5,5	6,0	5,2	5,6	6,7	4,5	-20,0%	-33,0%	-8,9%
Amazonas	3,2	2,7	3,4	4,3	4,3	4,4	4,4	4,9	6,5	5,1	4,4	102,8%	45,2%	45,5%
Bahia	2,9	3,5	3,7	4,5	5,0	6,2	6,3	6,1	6,0	5,2	5,3	81,1%	17,0%	-14,5%
Ceará	1,7	2,4	3,0	2,6	2,7	3,8	3,7	3,7	4,1	4,6	4,8	190,0%	43,0%	27,6%
Distrito Federal	4,7	5,5	5,7	7,6	7,9	6,5	7,9	7,7	8,3	5,6	5,1	8,4%	-8,8%	-20,7%
Espírito Santo	8,6	10,3	11,3	12,4	14,5	12,0	9,6	12,2	11,1	9,3	9,2	7,0%	-1,4%	-23,0%
Goiás	5,2	5,7	4,8	6,1	6,5	7,1	10,2	9,1	10,7	10,8	8,7	67,1%	-19,3%	22,1%
Maranhão	2,1	2,5	2,1	2,8	2,7	3,9	4,3	3,6	4,0	4,5	4,2	97,0%	7,4%	6,0%
Mato Grosso	6,0	4,7	6,3	6,7	6,1	5,9	6,5	6,6	6,0	7,5	8,4	13,09%	4,4%	37,7%
Mato Grosso do Sul	5,6	4,3	4,9	43,7	4,2	6,4	6,8	7,2	5,9	6,5	5,4	-4,6%	-17,1%	-16,4%
Minas Gerais	4,1	4,5	4,7	4,1	4,4	4,7	5,2	5,3	4,7	4,4	4,5	8,5%	2,0%	-4,8%
Pará	3,7	4,3	4,1	4,9	5,2	6,7	5,2	6,6	6,1	7,1	7,3	98,7%	3,6%	9,7%
Paraíba	3,9	4,3	4,6	6,5	6,9	8,0	9,6	9,1	8,2	7,7	6,6	70,4%	-14,2%	-18,3%
Paraná	3,9	3,7	2,8	3,9	4,0	3,4	3,5	4,3	3,5	3,7	2,9	-23,9%	-20,2%	-13,5%
Pernambuco	8,3	9,3	9,0	8,9	8,9	6,9	7,6	6,1	7,2	6,5	6,2	-25,8%	-4,5%	1,8%
Piauí	2,4	2,4	2,0	2,6	1,8	2,3	2,3	3,2	3,0	4,1	4,4	79,4%	7,0%	90,6%
Rio de Janeiro	7,5	7,3	6,1	6,0	5,2	5,0	5,4	5,1	5,4	6,3	5,0	-32,7%	5,3%	41,0%
Rio Grande do Norte	2,7	2,7	2,6	4,8	3,7	5,1	5,8	4,6	5,8	6,9	7,2	163,7%	5,3%	41,0%
Rio Grande do Sul	2,6	3,1	3,1	3,1	3,6	3,8	2,1	3,7	3,1	4,6	5,1	99,1%	11,1%	34,0%
Rondônia	6,1	6,5	3,9	4,1	6,6	4,4	6,0	6,8	5,2	6,5	8,2	33,8%	27,4%	87,4%
Roraima	6,3	1,9	6,3	3,1	7,5	5,7	5,7	4,0	8,0	5,5	5,2	-16,6%	-4,8%	-7,8%
Santo Catarina	1,7	4,2	1,6	2,1	2,0	3,6	1,2	3,7	3,3	4,3	4,0	133,4%	-5,9%	10,7%
São Paulo	4,1	3,9	2,8	2,8	3,2	3,1	2,4	3,3	2,8	2,7	2,4	41,3%	-11,8%	-20,0%
Sergipe	3,1	3,2	2,8	2,9	2,8	4,6	6,1	6,1	6,0	7,8	7,6	141,9%	-3,2%	64,6%
Tocantins	3,2	3,6	5,1	3,3	4,5	5,8	7,0	7,1	5,5	5,0	6,9	115,105	36,6%	17,3%

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. – Elaborada pela autora.

<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pactos%20pela%20Vida_SUS.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Outro ponto a ser destacado na pesquisa feita pelo IPEA (2017) são as taxas entre os estados da Federação que tiveram um maior índice nas taxas de mortes entre as mulheres negras, sendo: Espírito Santo (9,2), Goiás (8,7), Mato Grosso (8,4) e Rondônia (8,2). Em contrapartida, apenas sete Estados tiveram redução na taxa de mortalidade de mulheres negras, homicídio: São Paulo (-41,3%), Rio de Janeiro (-32,7%), Pernambuco (-25,8%), Paraná (23,9%), Amapá (-20,%) , Roraima (-16%) e Mato Grosso do Sul (-4,6%). Esse levantamento de dados mostra a gravidade dessa questão, uma vez que boa parte dessas mortes poderia ter sido evitada, como já mencionado anteriormente sobre o ciclo da violência e a classificação dos tipos de violência, conforme a Lei 11.340 de 2006.

Como forma de prevenção, pode-se perceber que a Rede de proteção à mulher é de fundamental importância, para que as políticas públicas sejam realmente efetivadas e consigam ser ampliadas, para dar garantias de direitos e finalmente cumprir o seu papel preventivo.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou uma pesquisa, em 2016, intitulada “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” por meio do Data Folha, e chegaram à seguinte conclusão: que 29% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência, e do total dessas mulheres, apenas 11% procuraram a Delegacia da Mulher. Outro ponto importante a ser destacado é que essa pesquisa mostrou que 43% dos casos de agressão mais grave aconteceram na residência. Observa-se que para ter garantia a uma rede de atendimento que realmente funcione é preciso que haja comprometimento de toda a rede em questão, possibilitando, à mulher, alternativas reais, para que possa romper com o ciclo da violência. Destarte, outra pesquisa realizada pelo Instituto Maria da Penha – IMP de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF Mulher), em 2016, em parceria com Universidade Federal do Ceará e o Instituto para Estudos Avançados de Toulouse, na França, mostrou uma fotografia da violência de gênero no Nordeste brasileiro, indicando que há necessidade de se criar e fortalecer programas multisetoriais e multidisciplinares. A partir daí construir políticas públicas eficientes, para enfrentar a violência contra a mulher. Nesse sentido, acreditamos que a educação de gênero contribuirá com a redução do feminicídio.

Na tabela, a seguir, identificamos o número de homicídio de mulheres no Brasil, demonstrando o quanto o país está deficitário no combate a esses assassinatos.

Tabela 3 – Número de homicídios de mulheres – Brasil, 2005 a 2015.

	Número de Homicídio de Mulheres											Variação %	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 - 2015	2014 – 2015
Brasil	3887	4030	3778	4029	4265	4477	4522	4729	4769	4836	4621	18,9%	-4,4%
Acre	13	15	18	13	16	19	18	16	32	20	19	46,2%	-5,4%
Alagoas 74	74	106	109	83	111	137	138	133	142	125	95	28,4%	-24,0%
Amapá	15	13	12	13	12	16	19	17	19	20	18	20,0%	-10,0%
Amazonas	48	53	52	63	67	65	81	118	96	80	115	139,6%	43,8%
Bahia	211	243	249	315	345	438	449	437	423	385	382	81,0%	-0,8%
Ceará	143	134	126	117	138	173	189	219	278	285	254	77,6%	-10,9%
Distrito Federa	47	49	5	64	76	66	79	77	78	60	58	23,4%	-3,3%
Espírito Santo	149	183	186	190	216	174	167	163	171	140	141	-5,4%	0,7%
Goiás	133	143	139	160	165	182	262	247	271	290	255	91,7%	-12,1%
Maranhão	58	67	63	81	87	117	131	114	131	152	148	155,2%	-2,6%
Mato Grosso	89	70	95	86	94	80	87	100	91	111	118	32,6%	6,3%
Mato Grosso do Sul	70	55	67	60	65	76	78	77	75	85	58	-17,1%	-31,8%
Minas Gerais	377	392	403	377	402	409	457	460	427	403	415	10,1%	3,0%
Pará	127	140	144	169	180	231	186	232	231	249	261	105,5%	4,8%
Paraíba	62	62	69	87	98	119	140	137	126	117	111	79,0%	-5,1%
Paraná239	239	249	241	306	331	338	283	321	283	284	244	2,1%	-14,1%
Pernambuco	282	310	290	298	304	247	261	216	256	239	233	-17,4%	-2,5%
Piauí	40	32	35	38	31	40	32	46	47	63	67	67,5%	6,3%
Rio de Janeiro	507	504	416	373	350	339	366	365	387	464	387	-23,7%	-16,6%
Rio Grande do Norte	41	42	42	59	57	71	76	64	89	102	92	124,4%	-9,8%
Rio Grande do Sul	209	162	193	219	225	227	202	247	210	250	284	35,9%	13,6%
Rondônia	49	51	28	39	51	37	48	51	52	56	63	28,6%	12,5
Roraima	11	13	19	15	24	11	10	17	36	24	29	163,6%	20,8%
Santo Catarina	68	92	70	86	93	110	74	104	102	111	97	42,6%	-12,6%
São Paulo	776	788	595	667	660	678	580	640	620	612	559	-28,0%	-8,7%
Sergipe	28	40	34	30	36	43	60	62	56	74	70	150,0%	-5,4%
Tocantins	21	22	28	21	31	34	49	49	40	35	48	128,6%	37,1%

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. – Elaborada pela autora.

Para entendermos essa dinâmica, temos uma tabela com a distribuição da população por sexo no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Região do ABC e Santo André – 2013, que irá auxiliar na compreensão da construção de gênero. O número de mulheres em Santo André é superior ao número de homens, soma-se 52% da população feminina e, mesmo assim, não foi possível elegermos mulheres ao parlamento municipal, isso mostra o quanto ainda somos uma sociedade machista e patriarcal, na qual as mulheres ainda acreditam e votam nos homens, como se as mulheres não fossem capazes de legislar “como os homens”.

Quadro 1 – Distribuição da População por sexo no Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana, Região do ABC e Santo André.

	Sexo	População Estimada	População Total Estimada
Brasil	Homens	98.433.677	201.021.302
	Mulheres	102.587.625	
Estado de São Paulo	Homens	21.246.412	43.663.672
	Mulheres	22.417.260	
Região Metropolitana de São Paulo	Homens	9.956.538	20.775.117
	Mulheres	10.818.579	
Região do Grande ABC	Homens	1.295.080	2.684.066
	Mulheres	1.388.986	
Santo André	Homens	338.146	704.942
	Mulheres	366.796	

Fonte: Microdados da Amostra Censo 2010, IBGE.

Nessa amostra, vemos que o número de mulheres é superior ao número de homens em todos os níveis observados. No caso de Santo André, a população feminina é de 52%, contra 48% de homens. Situação semelhante se repete em termos nacionais, onde há 51% para mulheres e 49% para homens; no estado de São Paulo há 51,4% de mulheres para 48,6% de homens, e em termos da região do ABC há 51,7% de mulheres para 48,3% para homens.

Segundo o DISE – Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos - outro detalhe significativo é aquele que toca a questão da responsabilidade pelo domicílio ou o chefe de família. Na atualidade, temos as configurações de família que passaram por várias transformações em nossa sociedade, em que o modelo de família tradicional, a famosa “família Dorian”²⁸, ou como *Itabira*, de Carlos Drummond de

²⁸ Modelo de família apresentado em propaganda comercial televisiva: “papai, mamãe e filhinho” que representa a família monogâmica.

Andrade, está se transformando em um retrato na parede²⁹. Hoje, as famílias são representadas, na maioria das vezes, por mulheres chefes de família, mulheres provedoras, casais homoafetivos, recasamentos, famílias monoparentais, união homoafetivas com filhos, maternidade ou paternidade socioafetivas, são as novas configurações familiares que podemos ver no cotidiano, objetivando a busca da felicidade em suas várias expressões.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE utiliza o termo 'chefe de família' que "[...] sempre esteve associado à autoridade e responsabilidade pelos negócios da família" e, na maioria dos casos, a mais importante fonte de sustento.

Os dados mostraram, ao longo dos anos, a predominância de pessoas do sexo masculino nessa escolha. No entanto, alerta o IBGE, que devido às mudanças na participação de todos os membros da família em decisões de âmbito familiar, além do compartilhamento no sustento da família, esse termo vem sendo, aos poucos, substituído por pessoa responsável pelo domicílio. No entanto, há ainda um caminho nesse sentido, e a terminologia utilizada atualmente pelo IBGE 'responsável pelo domicílio' diz respeito àquela pessoa que é reconhecida como tal pelos demais moradores. Pode-se observar que esses dados se identificam como de interesse em uma aproximação ao segmento das mulheres, uma vez que enfatiza uma mudança de posição social destas no âmago do grupo familiar e mesmo na sociedade.

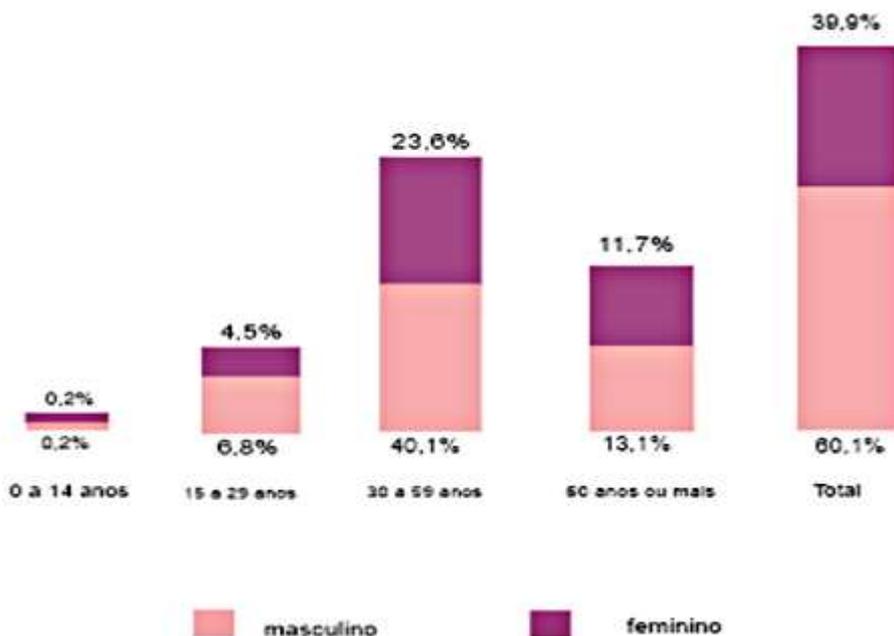
Uma pesquisa realizada pela Prefeitura de Santo André, através do DISE, coletou informações pelo Censo 2010, sendo que na publicação do IBGE *Síntese dos Indicadores Sociais* (2012), é possível averiguar que houve avanço nessa condição, sendo que: Em 1996 eram 20,81% de mulheres chefes de família, em 2000, de acordo com o Censo, esse número passou a 26,55%, e em 2011, de acordo com o IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 37,4% das famílias têm como pessoa de referência a mulher. No caso de Santo André, para 2013, de acordo com o Censo 2010/IBGE, é possível observar que 39,9% das mulheres são responsáveis pelo domicílio e 60,1% são homens. A maior parte desses responsáveis está na faixa de 30 a 59 anos, totalizando-se 63,7%.

Esse estudo vem mostrar que a mulher está ocupando outros espaços na sociedade e, dentre eles, a posição de chefe de família, principalmente por conta das novas configurações das famílias no processo contemporâneo.

²⁹ Tive ouro, tive gado, tive fazendas. Hoje sou funcionário público. Itabira é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói. Carlos Drummond de Andrade. *Confidence de um Itabiano*. 1940.

No gráfico a seguir, temos a possibilidade de estudar a questão de cor e raça, possibilitando-nos fazer uma análise sobre essa expressão da questão social.

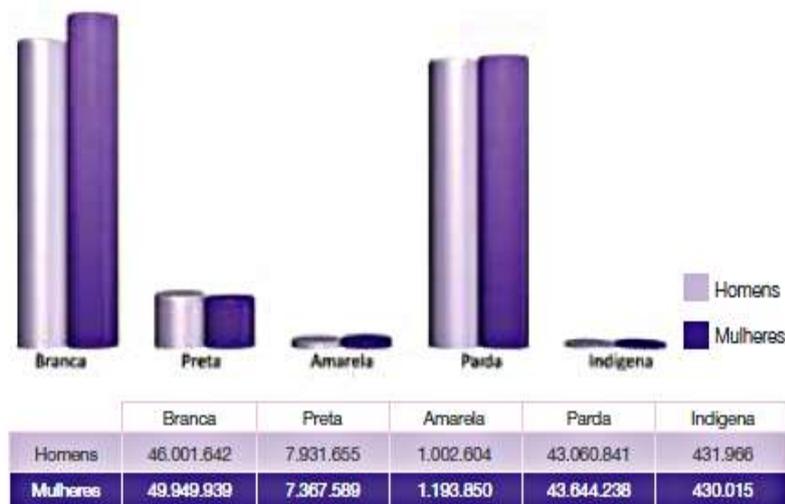
Gráfico 1 – Distribuição da população responsável pelo domicílio por faixa etária e sexo, Santo André, 2013.



Fonte: Microdados da Amostra Censo 2010, IBGE.

Quanto à questão da autodeclaração cor/raça, temos um quadro interessante, uma vez que o número de mulheres negras e pardas diminui significativamente, nesse caso, a questão do preconceito, “branquitude” e a falta de consciência de raça da população acabam influenciando no resultado da pesquisa, (grifo nosso), como se pode observar com o resultado do Censo 2010/IBG. E, que mostrará o seguinte quadro:

Gráfico 2 – População de mulheres e homens, segundo cor/raça, Brasil, 2013.



Fonte: Microdados da Amostra Censo 2010, IBGE. Elaboração: DISE/SOOP/PSA

Segundo pesquisa realizada pelo DISE, no caso da região do ABC, os percentuais mudam bastante. Essa condição relaciona-se à trajetória histórica da região que até meados do século XIX era pouco habitada³⁰.

Se somarmos o número de mulheres negras e pardas, temos um total de 51.0118,18, ou seja, mais da metade da população existente, segundo o Censo de 2010/IBGE. Agora, se fizermos a soma entre as mulheres brancas e negras, vamos ver que a soma será ainda maior 101.008,11 mulheres. Observa-se, então, que as mulheres são maioria em relação aos homens na cidade de Santo André, fazendo, assim, a diferença em vários setores, sendo eles, nos espaços de poder, na ocupação de cargos executivos, nas funções legislativas, nas indústrias, nos setores de serviços, dentre outros. Nesse sentido, as mulheres se desdobram com a famosa

³⁰ Os grupos existentes eram em especial brancos e mamelucos (mestiços entre brancos e indígenas). A região também não acompanhou os ciclos econômicos em que a mão de obra escrava – e negra – foi utilizada em larga escala. Isso, não quer dizer que na região não existissem negros e/ou escravos, o que pode ser corroborado por estudos, mas o percentual era baixo. No século XIX, a região foi palco de uma das primeiras experiências imigratórias para o Brasil, sob o sistema de colônias de imigrantes, e que se instalaram na atual São Bernardo do Campo (1877) e Ribeirão Pires (1887). A maior parte dos imigrantes naquela ocasião era de italianos e, apesar do malogro da experiência, essas pessoas e seus descendentes fixaram-se na região. Houve nos meados do século XX diversas correntes de migração interna, com destaque para aquela do interior do estado de São Paulo. Mas, mesmo com estas, não houve grandes mudanças no aspecto cor/raça na composição populacional do município de Santo André. Os gráficos 4 e 5 indicam claramente essa condição. Em termos percentuais podemos identificar que entre negros e não negros, para a região do ABC, observa-se a seguinte proporção: são 65,80% de não negros para 34,2% de negros. Para Santo André os percentuais são: 73,35% para não negros e 26,65% para negros. (DISE – 2013) (Fonte: DISE – SOPP/PSA).

dupla e tripla jornada de trabalho, enquanto que os homens continuam cumprindo seu papel machista em uma sociedade patriarcal.

1.4 O Patriarcado, as Relações de Gênero e a Violência Contra as Mulheres Trans e Travestis à Negação de Direitos

Assimetria social é reforçada porque os excluídos permanecem enfraquecidos pela própria dinâmica social, mantenedora de hierarquias valorativas e simbólicas. (OLIVEIRA, 2011, p. 78)

Nossa reflexão em relação ao patriarcado vai ao encontro do que Engels (2012), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, elucida sobre a responsabilidade masculina, em que o homem tem como dever ser o provedor dos meios de vida das famílias, ou seja: “hoje, na maioria dos casos, é o homem que tem que ganhar os meios de vida, alimentar a família, pelo menos nas classes possuidoras; e isso lhe dá uma posição dominadora, que não exige privilégios legais especiais (ENGELS, 2012, p. 97)³¹.

Dessa forma, a responsabilidade conferida ao homem, e que lhe concede poder, acaba configurando um estado de prisão ao próprio homem. Não temos a intenção de culpabilizar os homens por todas as desigualdades existentes na sociedade, contudo, acreditamos que as responsabilidades inerentes à distribuição desigual de poderes acabam subjugando e sobrecarregando as mulheres.

Assim, considerando que ao prover todos os meios de subsistência da família, os homens ficam sobrecarregados e acabam tendo um sentimento de impotência, como afirma Saffioti (2004, p. 35), em que cabe aos homens colocarem-se em risco nas atividades que representam força, virilidade, já que aos homens não é permitido falhar.

O patriarcado é firmado em alguns pilares, sendo que a violência é um dos principais fenômenos a qual é regida pelo medo. No momento da entrevista, uma das mulheres nos disse, ao ser perguntada, sobre qual foi a maior dificuldade para sair da

³¹ Engels. *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*, escrita em 1884, tem como base as pesquisas que Marx vinha realizando sobre o trabalho de Lewis H. Morgan. A sociedade antiga – Tradução de Leandro Konder – Publicada originalmente em 1965 – com pequenas e secundárias atualizações, após a confrontação com a edição em alemão do volume 21 da Marx-Engels Werke.

situação de violência e tomar a decisão, ela respondeu “o medo”, isso denota que realmente a violência é permeada pelo medo.

O machismo é uma expressão do patriarcado, se faz presente em toda a sociedade, pois tem uma base material que o sustenta e é estruturado pelo próprio patriarcado. Na ideologia alemã, vamos ver que as ideias dominantes atendem aos papéis da classe dominante, segundo Marx e Engels “É a realidade que determina o pensamento e não o pensamento que determina a realidade”.

De acordo com Cisne³² (2017), o grande divisor é encontrar essas bases materiais, a cultura é fundamental para trazer o processo de consciência de classe, vai completar dizendo que a educação, hoje, procura a ideologia e que a cultura é forjada e que a grande ideia é buscar base na divisão sexual do trabalho.

Para entendermos as relações de gênero e a violência contra as mulheres Trans e as Travestis, vamos traçar algumas linhas com as expressões da questão social.

Como expressão da questão social, é visto que a violência contra as mulheres trans e travestis começa em casa, por conta da não aceitação da mudança de identidade de gênero. A família tem um papel importante, nesse sentido, ao invés de proteger e acolher com afeto, se utiliza da violência e da repressão.

Destacam-se, nesse caso, as violações de direitos das mulheres trans, das travestis, essas sujeitas sofrem todo tipo de preconceitos, como podemos observar na fala de Mel,³³ uma transgênera, como se identifica, quando indagada sobre a mudança de nome “*acho muito constrangedor, em vários lugares ser chamada pelo nome oficial, tipo, (Loja, Banco, ou outros), o pessoal fica te olhando com cara de rejeição*”. Esse é um pequeno exemplo de como essas mulheres sofrem violência o tempo todo, desde ser chamada pelo nome de registro civil em repartições públicas, serviços como saúde, escolas, assistência social e poder judiciário.

O que seria o nome social é o prenome adotado pela pessoa travesti, mulher transexual ou homem trans, que corresponde à forma pela qual se reconhece, se identifica e é reconhecida (o) e denominada (o) por sua comunidade.

³² Palavras proferidas no Mini Curso sobre Feminismo Materialista – com a Prof^a Dra. Mirla Cisne – promovido pelo Centro Acadêmico XXII de Agosto da Faculdade de Direito da PUC SP.

³³ Melissa, mulher trans gênero, sujeita dessa pesquisa, atendida no Centro Pop na cidade de Santo André, aceitou que seu nome social fosse divulgado na pesquisa, não quis usar codinomes ou nome fictício.

Ainda não temos, no Brasil, uma lei que determine e garanta a retificação de prenome e sexo no registro civil. As travestis e mulheres trans que assim desejarem devem entrar com uma ação judicial para solicitar a alteração no documento de identidade. Ainda se tem um agravante, pois, muitas vezes, o processo acaba sendo demorado e a decisão vai depender do entendimento do juiz ou juíza e que, na maioria dos casos, a mudança do pré-nome fica atrelada à existência de laudo médico e/ou realização de terapia/hormonal/cirurgia. No Brasil, tem-se registrado apenas um caso em que a mulher trans teve a mudança de nome sem apresentar laudo médico e cirurgia, foi publicizada na mídia essa decisão, da qual também deixou registrado o direito de ter morte assistida.

Acredita-se que o nome seja muito importante para uma pessoa, principalmente quando estamos diante de outras pessoas ou lugares diferentes, contudo, é o que nos apresenta e identifica. É de suma importância que o nome social seja respeitado, de acordo com a identidade de gênero, independente da alteração no RG, por esse motivo, existem alguns decretos estaduais e municipais que garantem o uso do nome social às travestis e às mulheres trans em órgãos públicos, e mesmo assim elas encontram dificuldades e resistências por parte de alguns funcionários públicos a serem chamadas pelo nome social, principalmente na área da saúde, a classe médica tem muita resistência em aderir essa questão.

Letícia³⁴ traz um depoimento que denota que sofreu preconceito no hospital por conta de se recusaram a chamá-la pelo nome social, mesmo tendo feito tal solicitação na recepção no momento em que deu entrada no Pronto Atendimento, “me chamaram de propósito pelo nome civil, me enchendo de vergonha perto das outras pessoas”, nesse episódio vemos o descaso e o despreparo dos funcionários da área da saúde.

O nome social é um direito garantido pelo Decreto Estadual no Estado de São Paulo sob o nº 55.588/10 – Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá outras providências. Esse Decreto assegura, às pessoas transexuais e travestis, o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração direta do Estado de São Paulo. Mediante indicação da pessoa, seu nome social deverá constar em todos os documentos, fichas, formulários e crachás, e

³⁴ Letícia é o nome social de uma das sujeitas da pesquisa; preferiu que seu nome social fosse mencionado na pesquisa, não quis colocar nome fictício.

os servidores públicos terão que tratá-las pelo nome indicado. Vemos que mesmo diante da garantia de direitos, esses mesmos direitos são violados e negados.

Ainda quanto ao nome social é possível afirmar que boa parcela das pessoas transexuais tem o desejo de ser chamada pelo nome social, que vem ao encontro do gênero que reconhece como sua identidade e não gostaria de ser identificada com o nome de registro civil.

Em consonância a essa questão, o conjunto CFESS/CRESS, por meio da Resolução nº 615/2011, permitiu a assistentes sociais travestis e transexuais a utilização do nome social em seus documentos profissionais, incluindo as carteiras profissionais. Assim, todos os profissionais de serviço social devem respeitar o uso do nome social, tanto dos colegas de trabalho quanto dos usuários e usuárias dos serviços.

Destaque para além do cartão SUS na política de saúde, também está sendo reconhecido (por meio de portarias, resoluções, decretos e outros documentos públicos), tanto na esfera federal, quanto em alguns Estados e Municípios do Brasil, o direito ao uso do nome social, nas universidades/escolas, locais de trabalho e em outros espaços públicos e privados.

Em visita recente, realizada no Grupo “Pão de Açúcar”, com o objetivo de estabelecer uma parceria para a empregabilidade da população LGBT na cidade de Santo André – SP, nos foi dito que os funcionários e funcionárias trans e travestis já estão utilizando o nome social em seus crachás, além da empresa ter um setor específico para as questões da diversidade, isso mostra pequenos avanços e, ao mesmo tempo, uma contradição da apropriação e exploração do capital para com esse segmento, na verdade uma contradição, inclusão x exploração.

Pode-se ver também que há rejeição na hora de procurar trabalho, na fala de “Melissa” fica clara a negação dos direitos a essa população. Em seu depoimento, ao responder sobre (como você vê e avalia as políticas de trabalho e emprego para as mulheres trans e travestis?)³⁵, ela responde: “*Não tem como avaliar, pois, quase não vejo uma trans no trabalho*”. Nessa fala, fica claro o quanto esse segmento da sociedade está desprotegido de direitos, principalmente os direitos trabalhistas e, por outro lado, pode-se observar que elas próprias não consideram a prostituição enquanto trabalho.

³⁵ Pergunta consta do instrumento de coleta de dados da pesquisa, roteiro de entrevista semi-estruturada – II Questão de Trabalho, que pode ser vista no anexo.

A violência contra o segmento LGBT fica evidente quando falamos das mulheres trans e travestis, uma vez que sofrem violência desde a infância e adolescência, isso ficou marcado na fala da “Melissa” quando diz: “*sim, fui abusada duas vezes, não várias, por dois tios meus*”³⁶. Tem-se nesse depoimento que a violência está presente na vida dessas sujeitas desde muito cedo, e a própria sujeita não tem consciência da violência que sofreu, observa-se quando diz: “*fui abusada duas vezes, e não várias*”. Essa fala nos faz pensar o quanto ainda temos que avançar no sentido de trabalhar a desconstrução de gênero e de tudo que pertence ao patriarcado e ao machismo.

A violência contra as travestis e as mulheres trans acontece de várias maneiras, desde a violência doméstica, no momento em que ainda se encontram em companhia de seus familiares até a presença nas ruas, onde exercem suas atividades diárias, com o trabalho enquanto profissionais do sexo, no enfrentamento policial, como na ausência de políticas públicas, no não acesso a bens e serviços, ao trabalho, principalmente quando não acessam o mercado de trabalho.

Vejam três exemplos de violência sofrida por uma travesti, Shayane³⁷: violência sofrida na rua pelos “Skinheads”; violência sexual sofrida na infância por um vizinho, dono de uma vendinha que lhe dava doce em troca da violência; e a violência policial, pois quando a polícia pega a gente, “zoa”, “chama a gente de lixo”, “os policiais falam isso, bate na gente”, “quando eu falo meu nome Shayane, vem com agressividade”, “querem o nome civil” e, por último, há a violência institucional que, de acordo com o depoimento dessa travesti: “os policiais da Guarda Municipal no Centro Hospitalar agiram com violência, no momento que eu estava com dor, e essa dor não foi respeitada”. Aqui podemos ter claro a violação dos direitos dessas mulheres e fica nítida a violência institucional que muitas vezes cai na invisibilidade.

Por outro lado, Antunes (2011, p. 59) vai dizer sobre a expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora por conta do assalariamento do setor de serviços, conclui que não há possibilidade do operariado e nem da classe-que-vive-do-trabalho desaparecer.

Realmente não há essa possibilidade, uma vez que tanto o capital, com seus representantes, quanto a classe trabalhadora, com os proletários, dependem dessa

³⁶ Quando respondeu a seguinte pergunta: na infância e ou na adolescência sofreu algum tipo de violência? Pode ser encontrada no item IV sobre questão social. Idem.

³⁷ Shayane, sujeita da pesquisa entrevistada no Centro Pop – Centro de Referência a Pessoa em Situação de Rua.

relação para a sua manutenção, e assim vivem essa relação tão contraditória, que chega a ser perversa.

Destarte, temos alguns segmentos da sociedade que ficam excluídos do mundo do trabalho, como podemos apontar, as mulheres trans e as travestis, por exemplo, que pouco acessam os setores de serviços, mesmo precarizados, nesse caso, entra a contradição, pois não deixam de acessar alguns setores de serviços, principalmente os setores do sexo.

Vemos que a violência policial é muito presente no cotidiano dessas mulheres, principalmente por ficarem expostas às vulnerabilidades, e quando se trata das profissionais do sexo ficam sujeitas a todo tipo de violência nas ruas e em seu cotidiano do trabalho.

Em consonância à questão acima colocada, temos o depoimento de uma das travestis entrevistadas ao ser questionada se já havia sofrido violência policial, Letícia relatou que: “sim, sofri transfobia e fui agredida fisicamente, sofremos preconceito todos os dias pelo simples fato de sermos diferentes”.

Diante dessa fala, pode-se observar o quanto a vida das travestis e das mulheres trans é carregada de violência e preconceito e que a sociedade não respeita os não iguais, principalmente por parte da polícia que é despreparada.

Quando falamos em garantia de direitos, logo temos a contradição entre a garantia dos direitos e a não garantia. No momento atual, assiste-se aos serviços conveniados com a Prefeitura de Santo André, como o albergue noturno, que tira o direito das travestis e mulheres trans de utilizarem o quarto feminino, isso reflete a conjuntura atual de retrocessos nas políticas sociais e o não acesso aos serviços. Logo, estão efetivando uma política higienista, uma limpeza social, com profundo desrespeito aos direitos humanos e o direito de ir vir, isso fere o princípio de nossa Constituição Federal, o direito à liberdade.

Uma das entrevistadas dessa pesquisa entrou com um processo administrativo reivindicando o direito de acessar o serviço do Albergue Noturno, uma vez que entende que o Estado deve lhe dar tal garantia e, após alguns meses, lhe foi concedido o direito de voltar a utilizar o serviço, mas ainda no quarto masculino. A partir dessa atitude, vemos o grau de consciência que algumas travestis e mulheres trans têm em relação aos seus direitos e, por outro lado, o quanto as instituições negam esse mesmo direito. Pode-se ver na fala de uma das travestis:

A gente fica no quarto masculino e usa o banheiro dos homens ele acham ruim, tem bastante preconceito, tem funcionário que tem preconceito, mas não demonstram tanto, mas o preconceito é mais por parte dos conviventes, que não aceitam, eu espero todo mundo tomar banho, para depois eu ir tomar banho, por isso eu prefiro ficar na rua. (SHAYANE).

Nessa fala, temos o destaque ao preconceito sofrido pelas travestis e trans para com o uso do banheiro e dormitório masculino.

Santos (2016) diz que:

Como as travestis não alcançam o conjunto de prescrições estabelecidas na sociedade heterossexual, o peso da estigmatização perpetua suas vivências da desigualdade social, podendo influenciar na sua presença nos centros de acolhida para a população em situação de rua, culminando na negação do acesso aos dormitórios femininos. (SANTOS, 2016, p. 35)

Percebe-se no pensamento do autor que a questão da desigualdade está presente no dia a dia das mulheres trans e travestis, culminando essa reflexão, a partir da fala de uma das participantes da pesquisa que sofreu preconceito quanto ao uso do albergue, pois: *“nos trataram como homem”*, isso reforça o preconceito com o segmento LGBT, a não aceitação por parte das instituições parceiras da política de assistência social e, muitas vezes, por profissionais do próprio serviço social. Assim sendo, reforça o distanciamento das mulheres trans e das travestis dos serviços de atenção à população em situação de rua, deixando-as às margens do sistema e ainda mais propensas às violências das ruas e da prostituição.

No depoimento, “Melissa” vai dizer que sofreu preconceito na escola e, por esse motivo, abriu boletim de ocorrência: *“uma vez na escola por me chamarem de negro e cara queimada”*³⁸, mais uma vez as marcas da violência ficam cravadas nas paredes das escolas, das casas, das instituições, dos serviços socioassistenciais.

Em um outro momento, uma das participantes da pesquisa vai dizer: *“Lógico, todas nós sofremos, a sociedade ainda tem equívoco de julgar antes de conhecer”*, ou seja, o preconceito está explícito nas nossas ações mesmo antes de termos contato com determinada realidade, em outras palavras, é isso que podemos traduzir da fala dessa mulher trans.

³⁸ Melissa relatou que: quando criança, apenas com três anos de idade, sofreu um acidente com queimaduras de 3º grau, deixando várias sequelas.

Para darmos continuidade ao diálogo, no próximo inciso, trataremos as questões inerentes à identidade de gênero, que irão auxiliar na discussão e compreensão das identidades das mulheres, mulheres trans e travestis, público alvo da pesquisa.

1.5 - Identidade de Gênero, orientações, conceitos e termos: uma questão de direitos

Não existe ser humano sem história e não existe história sem ser humano.

(Martinelli)³⁹

A identidade Travesti e Transexual nas “relações patriarcais de gênero” é construída nas suas multiplicidades e no cotidiano que pode ser pensado como espaço vivido em que temos a materialidade do processo histórico de cada sujeita, o qual se mostra na expressão da questão social, como a violência, a fome, a falta de moradia, o preconceito, a não aceitação, a dependência química, a rejeição, o não acesso a bens e serviços, dentre outros.

Sexo não é uma variável demográfica, biológica ou natural, mas traz toda uma carga cultural e ideológica. Nesta acepção está a indicação implícita para a necessidade de referências concretas sobre a identidade masculina e feminina; é o conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo.

Desse modo, as características de gênero são construções socioculturais que variam através da história e se referem aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a cada um do que considera “masculino” ou “feminino”.

Nesse sentido, temos a realidade vivida no cotidiano das mulheres trans e travestis em que há a fala de uma mulher Trans⁴⁰ na construção de sua identidade feminina: *“sempre brincava com minhas primas, de boneca, minha adolescência, eu já me via vestindo roupa de mulher. Minha família não aceitava, mas com o tempo eles abriram a cabeça e viram que nada ia fazer com que eu mudasse minha decisão”*⁴¹.

³⁹ MARTINELLI, em Seminário sobre a Oralidade na PUC São Paulo, 2017.

⁴⁰ Mulher Trans sujeita da pesquisa em tela.

⁴¹ Fala de uma sujeita da pesquisa, nesse caso Melissa.

Pode-se ver, com esse depoimento, que a construção da identidade se dá em um processo que se inicia na infância e na adolescência e vai se firmando com o passar do tempo.

Em outro momento faz-se a escuta qualificada de uma pessoa da pesquisa, em que vai trazer detalhes de sua vida, tão profundos e cheios de fios a tecer, sendo que Manoela, que tem identidade de gênero feminina, uma usuária do Centro Pop, faz o seguinte relato:

Fui estuprada pelo marido da minha tia, aos 12 anos de idade, e na fase adulta tive um relacionamento hétero do qual tive um filho, que na idade de sete anos veio a falecer. Depois do nascimento do meu filho eu me tornei mulher e após a morte do meu filho, entrei em depressão e a partir daí me aprofundei nas drogas e fiquei sem chão, foi quando conheci uma ONG, a qual ofertou-me acolhimento, mas, na condição de me “destravestir” e a partir daí cortaram o meu cabelo, deixei de usar os hormônios, foi quando comecei a voltar às características masculinas e até hoje não consegui deixar meu cabelo crescer, portanto, sofro preconceito até hoje, pois as pessoas não acreditam que eu sou uma mulher, inclusive quando eu vou usar o banheiro das mulheres aqui no Centro Pop, os homens não gostam e algumas mulheres não entram no banheiro que estou usando. Com isso perdi totalmente as características femininas. Em troca me encaminharam para uma vaga de trabalho, cursos profissionalizantes e cultos religiosos. Por fim, não segurei por muito tempo, essa situação, foi quando abandonei o trabalho, o tratamento para a desintoxicação e voltei para as ruas e às drogas.⁴²

Hoje, Manoela vive nas ruas e é atendida no Centro Pop na cidade de Santo André, mas sofre grande preconceito por parte dos usuários e usuárias por conta de sua identidade feminina dentro de um corpo com características masculinas, não aceitam sua condição de mulher. Esse processo de se “destravestir” lhe trouxe graves marcas de violência e desrespeito. A não aceitação dessa pessoa enquanto mulher, ser humano, sujeita de direitos, feriu tanto a dignidade quanto a sua alma, é um momento de muita reflexão para entender esse processo, que está dentro de uma estrutura imoral do ponto de vista do humano, vivenciada dentro da realidade que tem classe, cor, etnia, identidade, nome, direitos, mas que, ao mesmo tempo, tem esses direitos negados ao invés de ter garantia de seus direitos, verdadeira contradição do capital na sociedade de classe.

De acordo com Jesus (2012), o termo “travesti” é antigo, muito anterior ao conceito de “transexual”, e acaba sendo mais utilizado e firmado em nossa língua, na

⁴² Manoela usuária do Centro Pop na cidade de Santo André, depoimento em momento de escuta qualificada. (nome fictício).

maioria das vezes dando um significado pejorativo, como sinônimo de “imitação”, “engano” ou de “fingir ser o que não se é”.

As travestis são estigmatizadas em nossa sociedade de forma muito intensa, mesmo com qualificação profissional, acabam excluídas do mundo do trabalho, das escolas, ignoradas no mercado de trabalho formal e compelidas à marginalidade, em geral como profissionais do sexo.

Contudo, é importante ressaltar que nem toda travesti é profissional do sexo. Entretanto, dizer que a grande parte das travestis, independentemente da forma como se reconhecem, tem preferência em ser tratada no feminino e, quando ocorre o contrário, acaba sendo uma ofensa serem adjetivadas no masculino, ou seja, as travestis sim, os travestis não.

Entende-se, nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não gênero.

De acordo com a autora:

A denominação “travesti”, mais frequente no Brasil do que em outros países, é historicamente estigmatizada. Tem-se discutido a sua utilidade hoje, quando se entende que: Elas não se “travestem” no sentido original da terminologia; muitas pessoas tidas como travestis têm identidade transexual; e há os termos *crossdresser* e *transformista* (*drag queen* ou *drag king*) para se referir a dimensões específicas da vivência transgênero que não decorrem de aspectos identitários (como a travestilidade ou a transexualidade), mas funcionais, como o prazer e a diversão momentâneas. (JESUS, 2012, p.17)

Outras expressões da travestilidade podem ser vista a seguir:

Crossdressers: Esse é um novo termo, que se desmembrou das travestis, sendo uma variante, para se referir a homens heterossexuais, geralmente casados, que não buscam reconhecimento e tratamento de gênero (não são transexuais), mas, sentem prazer ao se vestirem como mulheres, sentem-se como pertencentes ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, e não se consideram travestis e sim, *crossdressers*. Tem prazer em se vestirem como mulheres, na maioria das vezes sua vivência é dentro de casa, podendo ter apoio ou não de suas companheiras, ao contrário das travestis que vivem de forma feminina. A vivência do *crossdresser*

geralmente é doméstica, têm satisfação emocional ou sexual momentânea em se vestirem como mulheres, diferentemente das travestis, que vivem inteiramente do jeito feminino (JESUS, 2012, p. 18).

Drag Queen/King, Transformista: São artistas que se utilizam da feminilidade estereotipada e exacerbada em shows e apresentações artísticas, do mesmo modo, mulheres trajadas de forma caricata como homens, para fins artísticos e de entretenimento, são chamadas de *drag kings*. O termo mais antigo, usado no Brasil para tratá-los, é o de artistas transformistas. *Drag queens/king* são transformistas, vivenciam a inversão do gênero como diversão, entretenimento e espetáculo, não como identidade. Aproximam-se dos *crossdressers* pela funcionalidade do que fazem, e não das travestis e dos homens e mulheres transexuais pela identidade.

Sobre a coragem de ser quem se é, Jesus (2012) vai dizer que:

Pessoas que se identificam com alguma das expressões da transgeneralidade enfrentam um primeiro desafio: reconhecer a si mesmas e fazer decisões pessoais sobre se e quando irão se apresentar aos outros da forma como se identificam. Cada um (a) tem o seu tempo. É preciso compreender que essa atitude não é simples de se tomar, nem fácil de pôr em prática, porém, é necessária, para que elas possam ser quem são por inteiro, entre seus amigos, na família, no trabalho, na rua.

No entanto, a compreensão de saber que o tempo de cada indivíduo vai fazer a diferença nas suas escolhas, tornando esse momento de tomada de decisão o fio condutor em suas vidas, para assim, serem quem são “por inteiro”, como bem afirma a autora.

Queer - Andrógino – Transgênero: Termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.

Binarismo: Também denominado como “dimorfismo sexual”. Crença, construída ao longo da história da humanidade, em uma dualidade simples e fixa entre indivíduos dos sexos feminino e masculino. Quando essa ideia está associada à de que existiria relação direta entre as categorias sexo (biológica) e gênero (psicossocial), incorre-se no *cissexismo*⁴³.

⁴³ Cissexismo: Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundava em

No próximo capítulo vamos trabalhar a questão do feminismo e transfeminismo no intuito de adentrarmos na história e tecermos a teia da construção social.

prejuízos ao direito à autoexpressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais. (JESUS, 2012, p.28).

CAPÍTULO II – FEMINISMO E TRANSFEMINISMO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para entendermos o feminismo, se faz necessário resgatar a sua trajetória, pois há um imenso debate sobre as explicações teóricas para a opressão das mulheres. Sendo que esse debate passou por várias compreensões dos conceitos do patriarcado, gênero e divisão sexual do trabalho. Na trajetória do movimento social de mulheres, o termo patriarcado contribuiu para a afirmação de um posicionamento político antissistêmico.

Revisitando a história, pode-se ver que o feminismo tem seu marco teórico com Simone de Beauvoir, mas que, em termos de organização coletiva, inspira-se na Revolução Francesa. Por outro lado, tem-se a primeira mulher Cristina de Pizan⁴⁴ (ou Pisano), poetiza, a qual escreveu o livro “A Cidade das Mulheres”, em 1404, podemos dizer que foi a primeira feminista antes do feminismo.

O feminismo é marcado com as sufragistas, que, em 1848, em Seneca Falls, fizeram um manifesto que foi complementar ao Manifesto de Marx.

Muraro (2002) vai dizer que:

Enquanto Marx dizia: “Homens do mundo inteiro, uni-vos”, elas falavam: “Mulheres do mundo inteiro uni-vos”. Só que as perspectivas eram diferentes, Marx queria acabar com a sociedade de classes e as mulheres queriam acabar simplesmente com o patriarcado, mesmo

⁴⁴ Era uma vez, em um reino muito distante – pelo menos para nós brasileiros -, uma mulher chamada Cristina de Pizan (ou Pisano). Cristina foi uma poeta, tratadista, escritora e política medieval. Ela enfrentou a todos os estereótipos misóginos no âmbito da arte, em um período onde o feminismo descansava e privava-se de sua existência no seio de todas as mulheres que sofriam e clamavam por seus direitos de gênero. Cristina foi a primeira escritora profissional na Europa. Seus escritos inovadores faziam uso de técnicas retóricas e desafiavam os mais renomados escritores do período, como por exemplo, Jean de Meun – que expressava ideais misóginos em seus trabalhos literários. No entanto, este não é mais um conto de cavalaria medieval, velado por uma jovem e caricata dama à espera de ser salva por seu galante cavalheiro em seu alazão. Esta é uma história real, sobre uma mulher real e seus ideais que moldariam o que hoje entendemos como o feminismo.

Provavelmente, muitos de vocês não sabem de quem se trata esta mulher e não seria de estranhar-se, pois falamos de alguém que nasceu há mais de seis séculos e tão pouco é mencionada historicamente. Cristina de Pisano escreveu um dos principais tratados em que se defende a mulher e seus direitos, muitos séculos antes de aparecerem as primeiras reivindicações feministas, no final do século XVIII, onde tal compreensão começou a comportar-se como uma causa comum entre as mulheres. Esta obra original e firme intitulava-se “A Cidade das Mulheres”, o primeiro texto feminista da história. Disponível em: <https://tudorbrasil.com/2015/11/10/cristina-de-pisano-e-o-feminismo-antes-do-feminismo-parte-i/>. Acesso em: 22 mar. 2018.

sem saber. As mulheres diziam: nós queremos votar, nós queremos ganhar, aprender a ler, nós queremos ganhar dinheiro pelo nosso trabalho (porque as criadas não ganhavam dinheiro), nós queremos estudar, nós queremos trabalhar fora de casa, queremos todos estes direitos de cidadania. Ambos os manifestos geraram movimentos que foram até 1920 para conseguir os primeiros resultados, sendo que o manifesto dos homens, como tudo que é masculino, fez muito barulho. Fez a 1ª socialista, a 2ª socialista e acabou, na quarta socialista, a União Soviética se formando depois da 1ª guerra mundial, em 1917. Ao passo que o manifesto das mulheres foi assim: elas correram silenciosamente todos os países a pé, muitas vezes, com os maridos, mas sempre chamadas de mal amadas, lésbicas, vespas com guarda-chuva, mulheres bigodudas etc., prostitutas. (MURARO, 2002, p. 68)

Dialogando com Muraro (2002), vemos que nós mulheres tivemos uma luta muito árdua e, por meio dela, conseguimos conquistar o primeiro direito ao voto que foi em 1920, nos Estados Unidos e na Inglaterra, no Brasil, aconteceu apenas em 1934. Esse feminismo levou o nome de sufragista, pois, no início, essas mulheres votavam com seus maridos e somente depois começaram sua independência e a votarem sozinhas.

Entre as três décadas de 1930 a 1950, houve um refluxo. Nos fins dos anos de 1940, Simone de Beauvoir publicou o livro “O Segundo Sexo”, o qual teve um impacto mundial. No livro, ela diz que a mulher é operária do homem, e fala pela primeira vez como se constrói o feminino, sendo este construído no sentido do interesse dos sistemas econômicos (BEAUVOIR, 1967).

No Brasil, na década de 1960, nascem as primeiras organizações feministas, nesse período, segundo Muraro (2002, p. 68), acontece a grande revolução de mentalidades do séc. XX, nos EUA, surgem os movimentos negro, jovem, gays, apenas no final da década de 1960 nasce o movimento de mulheres.

Nos anos de 1970, acontece, no Brasil, a revolução de mentalidades em que os movimentos sociais saíam da igreja. Nasce o movimento negro, o movimento de mulheres, em plena ditadura militar, em que era proibida qualquer atividade pública (MURARO, 2002, p. 70).

Entende-se que o capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais e vindo ao encontro de seu interesse, aprofundou a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão entre uma esfera pública e outra privada, sendo que a primeira é tida como produção, e a segunda como reprodução. Assim, foi construída a ideia de que há uma certa harmonia e complementaridade nas relações entre homens e mulheres, mas com o objetivo de esconder as relações de conflito de

poder dos homens sobre as mulheres na família e na sociedade, ou seja, ao homem foram delegadas as atividades de maior destaque e valor agregado. Já para a mulher restou o trabalho produtivo e reprodutivo e sua exploração é diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado.

Segundo Faria (2012, p. 11): “em todas as experiências de lutas e resistências dos povos oprimidos, encontramos a presença das mulheres, com frequência se oculta o fato de que, desde as lutas abolicionistas e anticolonialista, as mulheres indígenas e negras lutaram ombro a ombro com os homens”.

A autora vai dizer que é uma luta de transformação integral da sociedade e se entende por essa razão que não se mudará a vida das mulheres enquanto a vida de todas não for transformada.

Vemos que existe um discurso contemporâneo em que se diz que a vida das mulheres mudou muito, portanto, a autora reforça que:

Há um discurso de posituação do feminino, que estrutura o retrocesso no padrão de feminilidade, o qual define que tudo o que as mulheres são no mundo tem a ver com a maternidade. O que ocorre é que há um esforço contínuo da ideologia de que todas as mulheres devem ser mães e que essa experiência que define seu lugar no mundo. (FARIA. 2012, p.11)

Conseqüentemente, a posituação do feminino vai reforçar os padrões heteronormativos e patriarcal, em que a mulher é vista como do lar, recatada e doméstica, levando a práticas conservadoras e colocando a mulher em situação de subalternidade.

Iniciaremos as reflexões sobre transfeminismo buscando referências no pensamento de Jesus (2014, p. 6), que nos traz vários apontamentos a partir das questões de gênero, em especial vai fazer indagações de como abolir o *apartheid* de gênero. Como abolir os gêneros?

Outra percepção da autora é a respeito do “que é uma mulher?” “O que é um homem?”, pois faz esse debate e traz a importância entre a teoria *queer* e as políticas identitárias, nos mostrando um paralelismo entre essas duas perguntas.

Se para aquelas (teoria *queer*) essas construções sociais devem ser superadas a partir do reconhecimento de seu papel mutilador na formação de seres humanos plenos, para estas (políticas identitárias) os privilégios e relação de poder estabelecidos impedem, no mundo real, uma superação concreta de gêneros, porém, exige que as

diferentes identidades sociais postas sejam igualmente reconhecidas. (JESUS, 2014, p. 60)

Assim entendemos que as relações de gênero são estabelecidas a partir de uma construção social e para que sejam superadas as desigualdades devem ser igualmente reconhecidas conforme nos aponta a autora.

Para tanto, a “realidade brasileira” tem uma dinâmica específica quando se trata das questões inerentes a gênero e principalmente ao transfeminismo, visto que se trata de dizer o quanto essa sociedade faz uso do “controle”, como afirma Jesus (2014, p. 7), ao dizer que a questão do direito das mulheres ao próprio corpo, configurada na discussão sobre o aborto, é a mais evidenciada no momento, e permanece inconclusa.

Enquanto direito, temos o Código Civil Brasileiro que expressa em seu artigo 13º que “salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes”, ou seja, mesmo que timidamente explícito, é um impedimento à liberdade plena do uso do próprio corpo, com bem afirma Jesus (2014, p. 8) que: “dessa forma se submete a garantia dos direitos humanos e coletivos de pessoas, em especial as trans, ao alvedrio de profissionais de saúde e de operadores do Direito”.

Figura 5 - Bandeira LGBT⁴⁵



Fonte: www.significados.com.br

Quando nos deparamos com a frase de Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Jesus (2014, p. 8) traduz essa afirmativa em que a questão do gênero pode ser utilizada para introduzir a discussão sobre a população trans (gênero), que tal como os ditos homens e mulheres CIS (gênero), vivem a construção de suas identidades de gênero no dia a dia.

A autora afirma que seria comum dizer:

Que pessoas trans “nasceram homens/mulheres e viraram mulheres/homens”. Raciocínio falacioso. Todos os seres humanos nascem com um sexo biológico/uma conformação genital e se tornam alguém de um gênero que corresponde ou não às expectativas sobre esse sexo/conformação genital. (JESUS. 2014, p. 8).

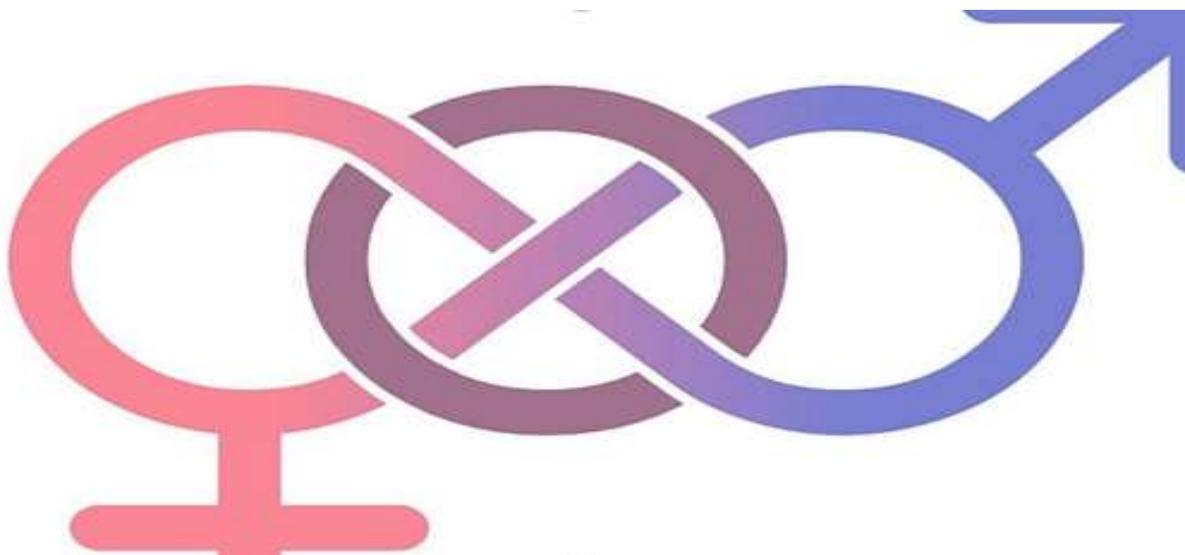
Com essa reflexão, vemos que o “ideal normativo do sexo”, segundo o entendimento da autora, é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da história da humanidade.

No próximo item, daremos continuidade às questões referentes à teoria *queer* e à política identitária, propiciando um diálogo com Judith Butler e Guacira Lopes Louro e D’Atriu, sem dúvida, grandes teóricas dessa temática⁴⁶.

⁴⁵ A **primeira bandeira do arco-íris** foi desenhada por Gilbert Baker, em San Francisco, em 1978. Ele dispôs originalmente oito faixas, com o seguinte significado: rosa para a sexualidade, vermelho para a vida, laranja para a saúde, amarelo para o sol, verde para a natureza, azul para a arte, índigo para a harmonia e violeta para o espírito. Em 1978, a bandeira foi adotada para a *Gay and Lesbian Freedom Day March*, sendo em seguida adotada pelo *Pride Parade Committee* depois do assassinato de Harvey Milk, o primeiro oficial eleito abertamente gay da Califórnia. A bandeira teve seu número de cores reduzido a sete porque a tintura rosa-choque não estava disponível comercialmente para a fabricação das bandeiras, e o *Pride Committee* tirou o índigo do desenho para que fosse mais fácil dividir a parada em faixas iguais ao longo da rua – três cores numa metade, três na outra. Atualmente, a versão com seis cores é reconhecida ao redor do globo. Disponível em: <<http://ladobi.uol.com.br/2014/10/20-bandeiras-lgbt/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

2.1 A Teoria Queer e a Política Identitária - Movimento da Segunda Onda do Feminismo

Figura 6 - Símbolo da teoria Queer



Fonte: www.operamundi.uol.com.br

Ao analisarmos a teoria *queer*⁴⁷, que será detalhada no decorrer desse item, recorreremos aos estudos sobre a travestilidades, gênero, performatividade e a política identitária, de duas autoras estudiosas dessa temática, Judith Butler⁴⁸ e Guacira Lopes Louro⁴⁹.

⁴⁶ Faz-se necessário dialogar com essas autoras, uma vez que trazem as particularidades da teoria queer e a importância da temática quando tratamos do segmento LGBT e principalmente das Mulheres Trans e Travestis.

⁴⁷ Queer ou Andrógino ou Transgênero - Termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.

⁴⁸ Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria queer, filosofia política e ética. Judith Butler (1956-), debruçou-se sobre o desmonte de heteronormatividade através de atos subversivos; tem se tornado, portanto, um grande nome dos estudos queer e de transexuais/travestis. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/01/o-conceito-de-genero-por-judith-butler-a-questao-da-performatividade/>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

⁴⁹ Guacira Lopes Louro é licenciada em História, mestre em Educação, e doutora em Educação. Professora titular aposentada da UFRGS. Guacira foi fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e participa do grupo de pesquisa desde 1990. Tem publicado livros, artigos e capítulos, bem como orientado dissertações e teses sobre questões de gênero, sexualidade e Teoria Queer em articulação com o campo da Educação. Suas pesquisas atuais voltam-se aos estudos Queer, cinema e pedagogias da sexualidade. A docente foi também fundadora do GT 23 da Anped que a indicou para receber a estatueta Paulo Freire.

A teoria *Queer* foi desenvolvida na década de 1990, a partir dos estudos da Ordem Binária dos gêneros, de acordo com Louro (2001):

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma inovação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. (LOURO, 2001, p. 546).

Segundo Butler (2000, p. 152), a categoria “sexo” é normativa, o sexo se naturaliza por intermédio do tempo, mas tal materialização não é totalmente completa, pois tem sua expressão na sociedade sob o viés da performatividade de gênero, a autora diz que:

A prática normativa e situacional pela qual o discurso produz os efeitos que ela nomeia. O que eu espero se tornará claro no que vem a seguir, é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2000, p. 152)

Dessa forma, vemos que a autora elucida a prática normativa e situacional que o discurso produz e os próprios efeitos que traz, assim, vai dizer sobre as materialidades dos corpos e principalmente a diferença sexual no que tange à consolidação do domínio heterossexual. Revela, desse modo, como as mulheres trans e travestis ficam refém desse sistema heteronormativo⁵⁰.

Por outro lado, acredita-se que a sociedade estabelece as normas e não o contrário, esse é o princípio do feminismo materialista, logo, não podemos concordar com a autora, pois acaba consolidando o domínio heterossexual.

Com objetivo de trazer o pensamento do movimento homossexual, Oliveira (2016) afirma que “uma parte do movimento homossexual deu um ressignificado a

⁵⁰ Heteronormatividade: “Expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é à base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente aos relacionados à formação de família e a expressão pública”. (Manual de Comunicação LGBT, 2008, p. 11-12).

essa terminologia e começou a usá-la como questionamentos às normas colocadas pela heterossexualidade, ou seja, de forma estratégica”.

Segundo Louro (2001, p. 548), os teóricos e teóricas Queer fazem uso próprio e transgressivo das proposições das quais se utilizam, geralmente para desarranjar e subverter noções e expectativas. É o caso de Judith Butler, uma das mais destacadas teóricas Queer. Desta forma, e ao mesmo tempo em que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade, gêneros. Butler afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize (LOURO, 2001, p. 548).

Temos que ter claro que a heteronormatividade é consequência de uma sociedade patriarcal. À luz da Teoria Queer, Judith Butler trouxe uma contribuição sobre a crítica essencialista que foi construída por parte das feministas, em que desenvolveram sobre o sistema sexo/gênero, por outro lado, é preciso ter um olhar voltado não apenas à subjetividade na construção dos estudos, mas sim “ver” que o ser social é único, “indivisível”, sendo um composto das relações “sócio-históricas”, pois sua construção está pautada em uma base materialista, ou seja, que se fixa na composição do ser humano, do sistema patriarcal, a heterossexualidade como ideologia, o racismo e a sociedade capitalista (OLIVEIRA 2016, p. 70).

Isso se dá pelo fato de a centralidade da subjetividade ser o limite dessa perspectiva e por não ter uma conexão com outros elementos, que nos leva ao entendimento e à amplitude em que a dimensão da opressão e exploração, como objetivo de resiliência no tocante ao racismo, capitalismo e o patriarcado.

É inegável a contribuição de Judith Butler (2000) na crítica essencialista que parte de algumas estudiosas feministas teceu sobre o sistema sexo/gênero, por outro lado, não se podem limitar à subjetividade os estudos nessa área do conhecimento, uma vez que o ser social é um conjunto de relações sócio-históricas, sendo que a base materialista dá sustentação a esse ser social. Como vão dizer Marx e Engels (1845), “a essência humana não é uma abstração, inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é um conjunto das relações sociais”.

No entanto, essa teoria limita-se na subjetividade, pois a tem como centralidade, e acaba não dialogando nem incorporando novos elementos, que auxiliam na compreensão da exploração e opressão, sobretudo, para suplantá-los.

Dessa forma, observa-se que na Teoria Queer, o que oprime as mulheres são as normas de gênero construídas culturalmente. Enquanto que, para a prática feminista materialista, a opressão e exploração das mulheres, das travestis e das mulheres trans tem uma formação histórica e social construída pelo patriarcado.

Para Louro (2001, p. 550), a “Teoria Queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação”.

Assim, as normas regulatórias do sexo têm suas expressões por meio da performatividade, sendo que o que impera de fato é a heterossexualidade, uma vez que há um esforço para constituir a materialidade dos corpos, como afirma a autora.

De forma estratégica, parte do movimento homossexual trouxe um ressignificado a essa questão, iniciou-se um processo para questionar as normas impostas pela heterossexualidade.

Os estudos de gênero se comparados aos estudos feministas, adquirem, por vezes, um caráter mais “neutro”, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de aparentemente mais “acadêmico” ou científico. (CISNE, 2013, p. 115). Nessa perspectiva, a sexualidade e o campo das relações sexuais fazem parte do problema das relações sociais de sexo, mas não constituem a totalidade do problema. “Assim, o conceito de “gênero” é apresentado pelas autoras francófonas como um conceito que tem seus limites”. (DEVREUX, 2011, p. 8).

No tocante ao estudo de gênero, se concentra fundamentalmente nos pressupostos culturalistas, nos símbolos, representações na biologia, nas ideologias e não nos fundamentos materiais, sendo que as construções dos indivíduos se dão no processo de individualização, na grande tendência das identidades. A partir do momento que se busca uma perspectiva idealista e não elementos importantes, esse ponto de análise torna-se insuficiente, pois há um campo de negação quando se deve tudo à cultura, pois à medida que são conduzidos para a materialização das desigualdades são insuficientes, buscam-se as bases materializadas da própria construção dos campos dominantes. Sendo que nas bases materiais, a realidade que determina as ideias, o pensamento, pode-se mencionar o que nos é ensinado por nossas mãe e avós, o modo de se portar na mesa, como devemos nos sentar, a forma de brincar, o que pertence ao menino e o que é da menina, por exemplo,

brincar de bonecas, de casinha, enfim, a realidade que trouxe essa ideia para o processo de formação de consciência de classe, há uma disputa de projeto societário, modelo de exploração. Nesse sentido, os brinquedos mencionados acima representam as relações sociais de trabalho, nos mostrando o porquê a cultura é tecida, e o porquê a sociedade vai dizendo que menina gosta da área de humanas e menino de exatas.

Apesar de concordar que o estudo de gênero trouxe grande contribuição, sobretudo, quando consente integrar entre estudiosas (os), o debate sobre as relações entre mulheres e homens, faz se necessário manter a dimensão crítica. Compactua-se com as feministas materialistas ao utilizarem o conceito “relações de sexo”. De acordo com Devreux (2011), a adoção do conceito de relações de sexo ao contrário de gênero se dá por meio das relações entre homens e mulheres que se estabelecem por uma relação social, enquanto gênero diz mais da categorização do sexo, nas relações sociais de sexo nomeiam explicitamente os sujeitos, sendo que gênero evita mencioná-lo e o eufemiza.

Como vai afirmar Saffioti (2004, p. 138): “gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Apresenta grande grau de extensão”. Dialogando com Cisne, esta vai dizer que podemos acrescentar um outro elemento crítico ao conceito de gênero, pois além de polissêmico, mais palatável, ou pretensamente neutro e de não nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito Gênero tem “baixo nível de compreensão” fora dos contextos do que se convencionou chamar de “feminismo acadêmico”⁵¹.

Acreditamos que gênero quando utilizado de forma não associada ao patriarcado acaba dificultando a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo e, muitas vezes, essa ocultação prejudica o ser político mulher, pois no feminismo, o sujeito político central é a mulher, e na ausência deste, o movimento feminista acaba perdendo sua essência.

No que tange as mulheres CIS não se deve negar e nem se pretende negar as desigualdades postas à população feminina, para tanto, Oliveira (2016) vai dizer:

⁵¹ Os “estudos de gênero” foram fortemente desenvolvidos dentro de instituições universitárias, ou seja, no espaço acadêmico, sem, muitas vezes, estarem associadas à luta política do movimento feminista. Daí a expressão “feminismo acadêmico. (CISNE, 2014, p. 66).

Não pretende-se negar as desigualdades postas para o contingente feminino, especialmente para as mulheres CIS, no entanto, tratar apenas as relações de opressão e exploração para esse segmento, reduz as múltiplas formas de repressão existente na sociedade, inclusive no apagamento da diversidade e da concepção das travestilidades na América Latina no ponto de vista da análise social para além do colonialismo ocidental. (OLIVEIRA, 2016, p. 64)

Para o autor, tem-se na sociedade brasileira uma diversidade de concepções acerca dessas identidades, diferentes pensamentos e concepções do que é ser trans e travesti para além do binarismo sexual. Além do mais, a categoria gênero nos traz outras possibilidades, quais sejam, a identidade de gênero das travestilidades e suas várias expressões.

Outra questão que vai ser trabalhada por Oliveira (2016) é a dimensão da unidade dialética entre as relações patriarcais de gênero que são consubstancializadas por outras relações importantes, como, por exemplo, as dimensões da classe, raça, etnia e orientação sexual, para assim compreender o fenômeno que a população trans sofre com as degradantes relações no mundo do trabalho.

Vemos em nosso cotidiano o quanto as relações de classe rebatem na vida dessas pessoas, principalmente pelo não acesso ao mercado de trabalho formal e pelo preconceito que sofrem até mesmo no momento inicial de uma seleção, começando pelo currículo, quando informado o nome social e a identidade de gênero. Nesse instante já se inicia o processo de exclusão e da não aceitação e da negação dos direitos, ferindo a Constituição Federal de 1988 (CF) que garante o direito à liberdade e ao trabalho.

Para entendermos as convergências e as divergências entre a teoria feminista e a teoria *queer*, apresentaremos uma tabela elaborada por Debbie Cameron e Joan Scanlon:

Quadro 2 - Convergência e Divergências entre antiga visão Feminista do gênero e a nova versão que saiu da Política/Teoria Queer nos anos de 1990.

	“Antigo” Gênero	“Novo” Gênero
O Que é Gênero?	Um sistema de relações sociais/de poder estruturadas em uma divisão binária entre “homens” e “mulheres”. A categorização está usualmente na base do sexo biológico, mas o gênero como o conhecemos é uma coisa social ao invés de biológica (por exemplo, masculinidade e feminilidade são definidos diferentemente em diferentes tempos e espaços).	Um aspecto da identidade pessoal/social, usualmente atribuída para você de nascimento na base do sexo biológico (mas essa conexão “natural” é uma ilusão – assim como é a ideia de que devem haver dois gêneros porque existem dois sexos).
O Que é Opressivo Sobre o Gênero?	O fato é que ele é baseado na subordinação de um gênero (mulheres) pelo outro (homens).	O fato de que é um sistema binário rígido. Ele força toda pessoa a se identificar como homem ou como mulher (não nenhum dos dois, ambos ao mesmo tempo, algo entre eles ou alguma coisa totalmente diferente) e pune qualquer um que não se conforme. (Isso oprime tanto homens quanto mulheres, especialmente aqueles que

		não se identificam inteiramente com o modelo prescrito para o seu gênero)
O Que Seria Uma Política de Gênero Radical?	Feminismo: mulheres organizadas para dismantelar o poder masculino e, assim, o inteiro sistema de gênero. (Para feministas radicais, o ideal número de gêneros seria... <u>Nenhum.</u>)	“Genderqueer”: mulheres e homens rejeitam o sistema binário, identificam-se como “foras-da-lei do gênero” (por exemplo, queer, trans) e demandam reconhecimento por uma série de identidades de gênero. (Dessa perspectiva, o número ideal de gêneros seria... Infinito?)

Fonte: (CAMERON; SCANLON).

Segundo Cameron (2012), existem tanto similaridades quanto diferenças entre as duas versões. Para ambas, o gênero está conectado ao sexo, mas não é o mesmo que ele; o gênero como conhecemos é um sistema binário (existem basicamente dois gêneros), ou seja, podemos dizer que, de acordo com as autoras, as duas formas de abordagens concordariam que o gênero é caracterizado sobre poder e identidade, mas suas ênfases em um ou outro se diferem.

Para Cameron (2012):

Também diferem porque os que sustentam a teoria queer não pensam em termos de homens oprimindo mulheres, eles pensam as normas de gênero como mais opressivas do que hierarquia de poder, ou querem “mais” gênero ao invés de menos ou nenhum.
(CAMERON, 2012).⁵²

Como observamos no pensamento da autora, os teóricos que sustentam a teoria *queer* pensam gênero além do poder, em que homens oprimem mulheres, e sim nas normas de gênero mais opressoras do que acontece na hierarquia de poder, ou seja, querem “mais” gênero ao invés de não o ter.

⁵² Ibid.

Importante destacar a análise feita pelas autoras, que trouxeram grande contribuição quando observaram as divergências e convergências entre o ponto de vista político do feminismo e a perspectiva *Queer*.

Destacam que o primeiro ponto convergente entre as duas perspectivas é o entendimento de que o gênero e a sexualidade são construídos socialmente. O segundo é que os dois pontos de vistas, as imputações binárias de gênero são opressoras. Já o terceiro vai perfilhar e empenhar nas duas perspectivas, desafiar e superar as práticas “heteronormativas”.

Por outro lado, temos os pontos divergentes que as autoras vão mostrar nas análises entre as duas políticas: a feminista materialista e a política da Teoria Queer.

Na Teoria Queer, o que vai oprimir as mulheres são as normas de gênero e os discursos que foram construídos culturalmente e não o patriarcado, enquanto que na teoria feminista materialista quem oprime as mulheres é o próprio patriarcado e as relações de classe, sobretudo, a divisão sexual do trabalho.

A partir dessa reflexão, observa-se que existem discordâncias teóricas e políticas, ou seja, acredita-se que a opressão que as Mulheres, Mulheres Trans e Travestis, acabam vivenciando têm uma formação histórica e social edificadas pelo patriarcado. Em contrapartida, do ponto de vista das normas de gênero, se mostram na abstração e no idealismo, acabam por ignorar os alicerces materialistas que esses segmentos lidam em seu cotidiano, pois a opressão sofrida pelas mulheres, as travestis e as mulheres trans, sujeitas da ação social e da diversidade humana, tem uma constituição histórica e social construídas pelo patriarcado, como já mencionado anteriormente.

Destarte, como contribuição para a reflexão da teoria marxista, D’Atri (2017), pesquisadora feminista, faz um resgate histórico, desde a década de 1990, fala sobre as ONGS e a Tecnocracia de Gênero. Para ela, “governabilidade” foi o nome encontrado pelos tecnocratas para dar conta do problema denominado como conjunto de condições necessárias ao processo de “reformas”.

Naquele período, as organizações não governamentais foram as executoras privilegiadas de seus projetos assistencialistas focalizados e, com isso, muitas feministas se apropriaram da tecnocracia por terem experiência, história e prestígio dentro dos movimentos e fizeram grande arranjos, “somados aos organismos multilaterais, às agências de financiamento, ao Banco Mundial e a milhares de ONGs,

que se transformaram também em plataformas para o lançamento de carreiras pessoais” (D’ATRI, 2017, p. 224-225).

Nesse período, muitas ONGs foram confundidas com os movimentos sociais, inclusive os projetos financiados passavam por ações, a autora chama a atenção para o fato de que essas ações passavam como se fossem as próprias mobilizações e lutas dos movimentos.

O movimento feminista ficou dividido por conta das políticas neoliberais, quando foi obrigado a se privatizar e, segundo D’Atri (2017, p. 225), as políticas econômicas trouxeram o desemprego, a fragmentação da classe trabalhadora, o feminismo foi se distanciando cada vez mais de um projeto de emancipação coletiva e ficou fadado há um discurso solipsista⁵³.

A autora vai afirmar que o “feminismo ficou limitado a atrair a uma elite de que exigia seu direito de ser reconhecido na sua diversidade, tolerada e integrada na cultura do consumo”.

D’Atri vai destacar que:

O paradigma predominante do autodenominado pós-feminismo defendeu a utopia de uma libertação individual, com base na desconstrução dos discursos hegemônicos, em confronto com as representações generalizadas da heteronormatividade, essencialmente ligadas à reapropriação do desejo e da transformação do próprio corpo. (D’ATRI, 2017, p. 226)

Há uma crítica à Teoria Queer, elaborada no campo da contraofensiva do capital em que, na década de 1990, as tendências pós-estruturalistas e pós-modernas adquiriram maior influência. Sendo que no Feminismo, apareceu o Pós-Feminismo, liderado por Judith Butler, que tem em seu propósito criticar o suposto heterossexual do feminismo, ou seja, desde a ótica do pós-estruturalismo, mediante a desconstrução das categorias de sexo, gênero, desejo etc. (D’ATRI, 2017, p. 226).

D’Atri diz que isso confere um lugar significativo a Butler no debate acadêmico e político: “É que se emoldura na discussão sobre as alternativas à globalização e à luta pelo reconhecimento de novos movimentos sociais que estariam surgindo como resposta ao pensamento único e sua materialização em políticas neoliberais” (D’ATRI, 2017, p. 227).

Para a autora, Butler “busca uma estratégia que desconstrua o princípio binário de inteligibilidade sexual”. Tece uma crítica no sentido de que Butler vai definir as

⁵³ Solipsismo “Teoria segundo a qual a consciência se reduz, todo o existente é a consciência própria, meu ‘eu só’ (solos ipse)”. Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2017.

identidades como construções discursivas repressivas e excludentes, enquanto que o multiculturalismo se difundia uma concepção positiva das diferenças de identidades para promover a inclusão.

Outra reflexão que D'Atri elabora é referente às teorias pós-modernas, às quais se pretendem que as diferenças se dissolvam como categorias identitárias, referem-se aos excluídos. Portanto, a autora questiona isso partindo do seguinte pressuposto: por não ter em conta as relações de produção capitalista nas quais se apoiam essas exclusões, concluem uma luta pela “inclusão” que, segundo a autora, é possível estar em uma democracia radical e plural, mas que em vez de subvertê-las, acaba abrindo espaço para a nova “tolerância” mercadológica da diversidade. (D'ATRI, 2017, p. 234).

Nesse sentido, a autora faz um destaque:

Sem apontar a inextrincável relação que existe entre modo de produção capitalista e as múltiplas fragmentações que coadjuvam à dominação, o questionamento radical à estabilidade das identidades sexuais e à heteronormatividade perde seu potencial subversivo. Porque a lógica do capital integra, reabsorve, inclui e neutraliza as diferenças, mercantilizandoo-as como posições desejáveis de vários consumidores. (D'ATRI, 2017, p. 235)

Diante desse contexto, é trazida à luz a grande contradição do capital, em que tudo se transforma em mercadoria, e como bem define a autora, a lógica do capital neutraliza as diferenças e transforma-as em mercadorias, para satisfação de seus consumidores.

Com o objetivo de darmos continuidade ao nosso diálogo sobre as diversidades, vamos trazer quem são essas mulheres trans e travestis, como vivem, quais são as suas expectativas, subjetividade e objetividade, grau de consciência.

2.2 Quem são essas mulheres trans e travestis: como vivem, quais são as suas expectativas, subjetividade e objetividade.

Figura 7 - Um dos símbolos LGBT



Fonte: Disponível em: <http://www.turismoemfoco.com.br/v2017/2017/09/23/16a-edicao-da-parada-do-orgulho-lgbt-invade-joao-pessoa-neste-domingo/>

Esse símbolo foi escolhido por representar o segmento LGBT, mostrando a força do movimento e a sua diversidade.

Para termos a dimensão de quem são essas mulheres trans e travestis e entender o universo que permeia o seu modo de vida, suas expectativas, suas subjetividades, objetividades e grau de consciência, faz-se necessário colocarmos novas lentes, no sentido de deciframos o veio de suas histórias, de suas vidas, das relações patriarcais de gênero, descortinar o cotidiano.

Com o escopo de compreendermos essas categorias “gênero e patriarcado”, torna-se primordial dialogarmos com Saffiot (2004), pois são categorias importantes para elucidar a compreensão do objeto estudado e as suas variações.

A autora diz que: “o gênero inscreve-se no plano da história, embora não possa jamais ser visto de forma definitivamente separada do sexo, na medida em que também está inscrito na natureza. Ambos fazem parte dessa totalidade aberta que engloba natureza e ser social” (SAFFIOT, 2004, p. 135).

Deste modo, para essa questão, em que as relações de gênero se dão no plano da história e não pode ser vistas separadas do sexo, conforme afirma a autora, assim, entendemos que as mulheres trans e as travestis estão inseridas nesse contexto, uma vez que suas identidades de gênero se inter cruzam.

Por outro lado, temos a ordem binária e as relações com os corpos e como diz Louro (2003, p. 1): “são os corpos que escapam” à ordem binária; e ainda “ao longo

dos séculos, os sujeitos vêm sendo examinados, classificados, ordenados, nomeados e definidos por seus corpos, ou melhor, pelas marcas que são atribuídas a seus corpos”.

Assim, as sujeitas acabam por não terem o direito de serem sujeitas, ou seja, são tatuadas pelo preconceito, pela discriminação e acabam às margens da sociedade, que tem como referência a heterossexualidade como forma padrão de relação afetiva.

De acordo com a autora, os significados dos corpos se expressam como;

Os significados dos corpos deslizam e escapam, eles são múltiplos e mutantes. Até mesmo o gênero e a sexualidade – Aparentemente deduzidos de uma “base” natural – são atributos que se inscrevem e se expressam nos corpos através das artimanhas e dos artifícios da cultura gênero e sexualidade, não são definições seguras e estáveis, mas históricas e cambiantes. (LOURO, 2002, p. 2)

Pode-se observar que gênero e sexualidade se expressam nos corpos através da cultura, do gênero e da sexualidade, por meio de artimanhas dessas categorias e pelos significados dos corpos que são “múltiplos e mutantes”, conforme afirma a autora.

Portanto, esses corpos passam por transformações de acordo com a orientação sexual e o desejo transexualizador de cada indivíduo. Como vai dizer Shayane, travesti, sujeita da pesquisa, no momento em que respondeu à seguinte pergunta: *Você tem desejo de fazer a cirurgia de resignação sexual? “Gostaria de fazer, mas é arriscado, eu iria pensar muito, muito, mesmo para que eu me transformasse em mulher, as pessoas iriam me conhecer sempre como travesti”*. Observa-se nessa fala como a questão da identidade de gênero e da sexualidade está intimamente ligada, no que tange aos significados dos corpos. Shayane traduziu em seu depoimento o cotidiano vivido por ela, que vem somar-se com o pensamento de Louro (2002, p.2): “pois não são definições seguras e estáveis, mas históricas e combinantes”. Como vemos, a história se mistura com a cultura e são passíveis de mudança.

No próximo item, faremos uma introdução nesse aspecto do processo transexualizador e da resignação sexual.

Para darmos início a esse item, vamos resgatar, por meio da história, em que começou esse processo, que segundo Simpson (2015, p.9) foi: “a partir da década de

1970, em sua imigração para Paris, e depois, em 1980, quando se noticiavam os trabalhos desenvolvidos pelas trans brasileiras nas noites de Bologne”. (Espaço onde ainda hoje existe uma grande concentração de travestis brasileiras que trabalham com prostituição em Paris).

Foi em Paris, nos anos 80, que as travestis brasileiras tiveram conhecimento das substâncias que tornariam, anos depois, muito problemáticas para a sua saúde. São elas: o silicone líquido industrial e a utilização indiscriminada de hormônios.

No Brasil, as travestis e transexuais iniciaram a utilização dessas substâncias para se parecerem com as trans das décadas de 70/80 de Paris. Foi aqui, no Brasil, que elas iniciaram a utilização de silicone líquido industrial, um produto desaconselhável para humanos. As travestis encontraram nesta substância um jeito de construir formas femininas mais rápido que os hormônios⁵⁴.

Segundo Simpson (2015), travestis e transexuais sempre estiveram na ponta dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil com a população LGBT, ou seja, em uma sociedade machista como a brasileira, a população de trans é alvo fácil de ser discriminada e violentada, sem ao menos ter a chance de poder explicar o porquê dessas objeções (SIMPSON, 2015, p. 10).

Para essa autora, os termos travestilidade e transexualidade foram criados e introjetados pelo movimento social organizado para dizer que a questão dessa população é uma questão de identidade e de modo de viver. Por outro lado, Simpson (2015 p. 10) vai dizer que: “é preciso lembrar que travestis e transexuais são ainda as populações mais distanciadas dos serviços de saúde”.

A implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT trouxe ações que facilitaram o acesso e o trânsito nas dependências do SUS para esse segmento da sociedade.

Em relação ao processo transexualizador, pode-se dizer que é uma reivindicação antiga da população trans brasileira.

O Centro de Referência e Treinamento DST/Aids-SP, da Secretaria da Saúde de São Paulo, inaugurou, em junho de 2009, o primeiro ambulatório voltado exclusivamente à Saúde Integral de Travestis e Transexuais do País, que tem como objetivo o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender às necessidades desta população.

⁵⁴Tratamento Hormonal. 2013. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/brasifftm/hormonios>>. Acesso em: 20 mar. 2017

Nesse período de existência, matriculou e acompanha mais de 3 mil pessoas, sendo que 45% vêm de outros estados e/ou cidades. As mulheres trans e as travestis começaram acessar os serviços de saúde especializados para atender aos portadores de HIV/Aids e outras DSTs, após 1982, por conta da epidemia do HIV/Aids.

Para a criação do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, a Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP) levou em consideração a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, instituída pela Portaria MS/GM nº 675, do Ministério da Saúde, de 31 de março de 2006. Esta menciona, explicitamente, o direito ao atendimento humanizado e livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, a todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Processo Transexualizador, que prevê as cirurgias de transgenitalização para transexuais, foi instituído e regulamentado pelo Ministério da Saúde, no âmbito do SUS, por meio da Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, e da Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008, posteriormente foi complementado por meio da Resolução do Conselho Federal de Medicina – Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010 (regulamenta a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e procedimentos complementares). Esse documento estabelece que a seleção dos pacientes para a cirurgia será avaliada por equipe multidisciplinar, por dois anos, e fixa em 21 anos a idade para o procedimento.

Em 2010, um decreto do governo do Estado de São Paulo (nº 55.588, de 17 de março de 2010) dispôs sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado, assegurando à população transgênera o direito à escolha de tratamento nominal, nos atos e nos procedimentos realizados no âmbito da administração direta e indireta do Estado de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo na gestão do Prefeito Haddad – eleito pelo Partido dos Trabalhadores PT – implantou o serviço de atenção às pessoas do segmento LGBT, incluindo aqui as mulheres trans e as travestis em situação de violação de direitos sociais, – Centro de Referência e Defesa da Diversidade – CRD, instalado no centro velho de São Paulo, no bairro República. Esse serviço foi modelo nacional, enquanto política pública, demonstrando respeito a esse segmento, visando a garantia de direitos e a inclusão social dessa população.

Por fazer parte do Plano de Assistência Social (PLAS) da cidade de São Paulo, o CRD teve um significado importante para a população LGBT e por que não dizer para a cidade, sendo que pode ser definido da seguinte forma:

O Centro de Referência da Diversidade Sexual atende indivíduos, grupos e famílias em situação de vulnerabilidade social e de gênero, com vistas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e ao desenvolvimento da autonomia e a inclusão social. É realizado através de convênio com organizações sociais sem fins econômicos. (PLAS, 2012, p. 81)

Esse serviço teve um significado muito importante quando de sua criação, sendo que uma das principais propostas seria adequar os serviços socioassistenciais à política de assistência social, conforme preconizado na tipificação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Um dos principais objetivos do CRD, quando de sua criação, foi dar assistência às profissionais do sexo, travestis e transexuais, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social (PLAS, 2014-2017, p. 29).

Mesmo assim, observa-se que o serviço não foi ampliado, mesmo sendo referência, o que nos leva a acreditar que por conta do preconceito e resistência de gestores, profissionais da assistência social e saúde acabam inibindo a implantação desse modelo em outros bairros e municípios.

2.3 O Serviço Social frente à questão LGBT: o assistente social e a relação com o preconceito no processo de atendimentos, encaminhamentos no exercício profissional

No cotidiano do exercício profissional, nos deparamos com vários obstáculos, dentre eles, a questão dos valores e preconceitos que carregamos em nossos atendimentos, sendo que, muitas vezes, acabam interferindo nos atendimentos e nos encaminhamentos dos casos.

Apesar das várias normativas do CFESS/CRESS dando uma direção à categoria no que se refere ao Projeto Ético Político da profissão, ainda enfrentamos

algumas dificuldades nesse sentido. Podemos citar os recentes cadernos⁵⁵ – série – “assistentes sociais - combate ao preconceito”, elaborados por esse coletivo, no sentido de orientar a categoria na direção do não preconceito, mesmo assim, nos deparamos com equívocos relacionados à prática do assistente social frente à questão da população LGBT e mais precisamente as Mulheres Trans e as Travestis, objeto de nossa pesquisa.

Segundo o Conjunto CFESS/CRESS, define-se preconceito como:

O preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital. A banalização destes fundamentos representa um desvalor, que emerge nas mais diferentes formas da vida cotidiana, e o desafio do seu enfrentamento deve provocar, na categoria de assistentes sociais, processos de autorreflexão, com vistas a uma intervenção profissional marcada por ações emancipatórias, na perspectiva de outra ordem societária. (CFESS/CRESS, CADERNO 4, 2016).

Pois, em tempos de não garantia de direitos, tem-se a preocupação em combater o preconceito e a homofobia existente em nossa sociedade, uma vez que o serviço social não discrimina, e como está explícito em nosso código de ética profissional (1993): “por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”. Dessa forma, o trabalho é constante no sentido de combater práticas carregadas de preconceitos, como vai mostrar essa publicação do CFESS (2016).

É nesse sentido que a série Assistente Social no combate ao preconceito aqui apresentada pretende dar suporte aos/às assistentes sociais, para que se mantenham permanentemente vigilantes em seus posicionamentos éticos e políticos, de modo a transformá-los em ações que combatam as diversas manifestações do preconceito, refletidas no moralismo exacerbado e no controle de corpos e mentes, tão presente nas dinâmicas sócio-institucionais. (CFESS, 2016)⁵⁶

Destarte, podemos observar o quanto falta para alcançarmos a plenitude do não preconceito e a importância dessa ferramenta e iniciativa do conjunto

⁵⁵ Série assistente social no combate ao preconceito. Caderno 4 Transfobia - Elaboração do texto Guilherme Almeida Organização e edição de conteúdo Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS - Tânia Maria Ramos Godói Diniz (coord.) Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017).

⁵⁶ Idem.

CFESS/CRESS no que tange à vigilância dos posicionamentos ético-político, no combate a todas as formas de preconceitos e de maneira que venha causar transformação nas ações combativas e de resistência, no tocante ao moralismo e ao controle dos “corpos e mente” que vemos refletidas no cotidiano e nas práticas “socioinstitucionais”.

Para entendermos a questão de natureza homofóbica, logo pensamos nos estereótipos sobre o que deve ser uma mulher ou um homem. Aqui se destaca a ordem social vista como binarismo de gênero, portanto, uma ideologia em que homens e mulheres são distintos entre si, firmados sobre um corpo biológico. Dessa forma, passa a ser “inquestionável e imutável”, ou seja, acaba por esconder o que é produzido pela realidade social como em qualquer outra ideologia.

Vemos a importância dos corpos como já mencionamos no tópico anterior, quando falamos sobre a ordem binária e a relação com os corpos, pois, nas múltiplas construções sociais, é que se dá sentido aos corpos e as suas realizações.

As desigualdades sociais marcadas pelo capitalismo trazem nos espaços de sociabilidade uma contradição entre privilégios e a própria desigualdade social, o que se observa nesses espaços de convivência. Destaca-se entre os privilégios o que construímos socialmente e associamos ao masculino, ao mesmo tempo em que desvalorizamos o que denominamos de feminino. Observa-se que entre os usuários e usuárias do serviço, os que mais sofrem com o preconceito e são atingidos diretamente são o segmento LGBT, em destaque as mulheres trans e as travestis, por se reconhecerem com a identidade de gênero feminina. Por conta dessas questões, é que os profissionais conservadores e, muitas vezes, reacionários, acabam reforçando um estigma e, por fim, prejudicando os atendimentos a esse segmento.

O serviço social tem por base um cotidiano que lhe demanda, que lhe dá significado e serve de base para os enfrentamentos da questão social, sendo que não temos condições de pensar o trabalho do assistente social sem essas considerações no exercício profissional.

Qual é o papel dos assistentes sociais nesses grupos? Partindo-se da construção do projeto ético-político profissional e do cotidiano do exercício profissional, tem-se a responsabilidade com os direitos humanos e com esse segmento da população, levando-nos a refletir sobre nossa prática nas portas de entrada dos serviços, em se tratando da população LGBT e, em especial, as mulheres trans e as travestis, num contexto de grandes retrocessos, em que a escuta, muitas

vezes, é inexistente por conta de preconceitos e valores cunhados em nossa ação profissional.

A Tese central é o enfrentamento a toda forma de violência e preconceito, e como inserir esse tema no debate do serviço social, fica a provocação para pensarmos, entretanto, é um desafio, mas que precisamos colocar em pauta e desenvolvermos ações que venham ao encontro desse tema. Outra maneira que podemos avançar é trabalharmos junto ao conjunto CFESS/CRESS, a ABPSS, na tentativa de incorporá-los no currículo do curso de serviço social, além de fazermos uma interlocução com as assistentes sociais nos espaços socioocupacionais.

Para Barroco (2012), o Código de Ética do Serviço Social, de 1993, organiza um conjunto de princípios e deveres que vai orientar o fazer profissional; define finalidades éticas e políticas, circunscrevendo a ética profissional ao projeto ético-político.

Segundo Santos (2015):

Nesse cenário, cabe aos profissionais envolvidos nos atendimentos da diversidade e da identidade de gênero, o desafio constante no que se refere aos seus valores, estando atentos para que isso não implique em desigualdade no atendimento e para que possam estar abertos às inúmeras aprendizagens.⁵⁷ (SANTOS, 2015, p. 33)

Vemos na fala do autor uma preocupação com os valores incutidos no fazer profissional, deixando-nos um alerta para que esses valores não venham prejudicar as usuárias (os) dos serviços e em destaque as sujeitas da nossa pesquisa.

Com o objetivo de tratar essa questão de forma que o projeto ético-político profissional venha se consolidar no interior da categoria de assistentes sociais, foi pensada uma estratégia política da qual os profissionais sejam capacitados no que se refere ao segmento LGBT, criando a campanha para eliminar toda a forma de preconceito, como vemos na figura 8.

⁵⁷ A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas; insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (LORO, 2008, p. 8 apud PELÚCIO, 2014, p.

Figura 8 – Campanha CEFSS – Contra Homofobia



Fonte: CFESS/2006.

Assim, após a campanha “O amor fala todas as línguas”, o conjunto CFESS/CRESS fortaleceu a categoria das assistentes sociais⁵⁸ para o exercício profissional no que diz respeito aos direitos humanos e à ética profissional, fornecendo instrumentos para o enfrentamento às desigualdades sociais e ao preconceito.

Nessa perspectiva, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) posicionaram-se através da Resolução 4889, de 3 de junho de 2006, que estabelece normas que coíbem condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual de pessoas do mesmo sexo, no

⁵⁸ Utilizamos o termo “a categoria das assistentes sociais, uma vez que a profissão é composta em sua maioria por mulheres, historicamente as mulheres formaram essa profissão e a predominância feminina na profissão está ligada ao âmbito feminino, vemos na fala de Iamamoto e Carvalho que: “Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite aquelas mulheres, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa, faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172).

exercício profissional do assistente social, regulamentando o que está estabelecido como princípio no Código de Ética Profissional.

No próximo item, vamos analisar as questões do trabalho e suas transformações em tempos de neoliberalismo. Não queremos aqui dar conta de todo esse processo, mas dar ênfase ao quanto o mundo do trabalho e suas transformações afetam a vida das mulheres, mulheres trans e as travestis que são o objeto de nossa pesquisa.

2.4 O trabalho e suas transformações em tempos de Neoliberalismo

Para darmos início a este item, faz-se necessário uma análise de conjuntura, partindo-se da História e do contexto neoliberal, no Brasil, e no mundo.

De acordo com Netto⁵⁹, a luta anticapitalista e anti-imperialista traz algumas ideias para essa reflexão. Momento este em que o clima mundial e nacional era diferente do que se vive hoje. Na década de 1960, mais especificamente na transição dos anos sessenta para os anos setenta, houve o momento onde o imperialismo se via acuado frente à organização de juntas de libertação nacional, onde África, Ásia e a América Latina estavam crescendo com muita força. Os movimentos operários, na Europa Ocidental e também nos Estados Unidos, representados pelos trabalhadores, começavam a ter uma série de ganhos, inclusive nos salários, com efetivos impactos na qualidade de vida. Por outro lado, parte do imperialismo norte-americano começava a registrar sua grande derrota, que foi a luta contra o Vietnã no século XX. Ninguém apostava na sobrevivência do capitalismo. Os tempos não eram bons para o capitalismo.

Há uma correlação de forças, o neoliberalismo, hoje, é uma resposta do capital monopolista, imperialista, sendo que a sua primeira receita implantada foi na América Latina com o golpe militar no governo do Chile.

É uma clara resposta turbulenta e repressiva aos trabalhadores dos anos 60 e 70. O mercado deve ser o espaço de livre negociação, portanto, não existe mercado autorregulado, a mão invisível não aparece. É a luta pelos marcos regulatórios, pois os neoliberais não são contra o Estado, mas sim lutam em defender tudo que venha

⁵⁹ <http://proftiagomenta.blogspot.com/2012/02/prof-jose-paulo-netto-discorre-sobre-o.html> - palestra sobre neoliberalismo.

impedir o desenvolvimento. O capitalismo não oferece nenhuma alternativa positiva para resolver qualquer tipo de problema na sociedade.

Em todos os espaços de dominação capitalista há uma profunda diminuição dos direitos sociais, políticos e principalmente dos direitos civis. Neto vai afirmar que a luta ideológica torna-se a luta das ideias, a questão é política, o racismo, a xenofobia, a luta de classe e a luta das ideias é de fundamental importância, posto que sem revolução não há mudança.

Com os avanços das políticas neoliberais na década de 1990, observa-se que houve mudanças significativas no cenário nacional e internacional. A flexibilização no mundo do trabalho, a precarização da mão de obra e dos serviços e o fortalecimento do terceiro setor são fatores preponderantes nessa lógica do capital.

Nas últimas décadas, o cenário neoliberal deixou sérias marcas em nossa sociedade, enquanto que as grandes transformações têm afetado vários setores, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho, incluindo aqui as mulheres, as mulheres trans e as travestis.

O debate com Antunes (2011) gira em torno da centralidade ou não do trabalho no processo emancipatório. O autor acaba polemizando com outros autores que, na linha de Gorz, deram “adeus” ao proletariado, indo ao encontro do pensamento de Lukacs e Mészáros, afirmando a prioridade ontológica do trabalho, e diz que:

A revolução de nossos dias é [...] uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado [...]. Mas, é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador (ANTUNES, 2011, p.15)

Iani (2011) em uma nota de introdução ao livro de Ricardo Antunes “Adeus ao Trabalho?” diz:

Não se trata de declarar “Adeus ao Trabalho”, senão de reconhecer com Ricardo Antunes, que se modificam continuamente as formas de organização técnica e social do trabalho e da produção, em escala nacional e mundial. Em todos os casos, está em questão a expropriação sempre acompanhada das contradições entre o trabalho e o capital, ou seja, os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. É por isso que as contradições de classe continuam sendo o principal motor da história do capitalismo, em direção ao socialismo. (IANI apud ANTUNES, 2011, p. 15).

Assim, vemos que as transformações no mundo do trabalho estão ligadas diretamente com a expropriação da classe trabalhadora e sempre de mãos dadas com as contradições entre o trabalho e o capital, como afirma Iani.

A contradição está posta quando, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril e, por outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços (ANTUNES, 2011, p. 47).

Com o objetivo de apresentar as relações de trabalho, entrelaçando as questões de gênero na cotidianidade, essa reflexão será desenvolvida a partir do cotidiano em nossa prática profissional, uma vez que atendemos diretamente às mulheres em situação de violência, as mulheres Trans e as Travestis, num contexto de lutas e enfrentamentos.

Coutinho (2010, p.8) vai dizer que Marx coloca-nos uma tarefa: indagar quais são esses limites objetivos impostos pela vida imediata, pela divisão capitalista do trabalho, ao pensamento da decadência. O autor traz a reflexão que os pensadores daquela época sofriam também limitações impostas pela divisão do trabalho. Já naquele tempo havia uma separação da qual o capitalismo estabeleceu entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Trazendo para a nossa realidade, vemos que houve transformações no mundo do trabalho, mas que a essência é a mesma e, de acordo com Heller (2008, p. 37):

O indivíduo é um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria generacidade humana, e nele, tornam-se conscientes ambos os elementos, pois a vida cotidiana está carregada de alternativas e de escolhas. Portanto, no mundo do trabalho, o cotidiano é que está presente carregado de histórias, valores, crenças, determinações, escolhas. E o livre arbítrio, que são elementos primordiais na vida dos indivíduos, principalmente nas relações sociais e de produção.

Quando o indivíduo se torna sujeito de direitos, passa a fazer suas escolhas, além do direito de ir e vir; faz parte da construção das relações sociais e de produção como afirma a autora.

Para Marx, o trabalho humano é a expressão da atividade humana num contexto de alienação imposta pelo capitalismo, pela exploração da força de trabalho humano socialmente produzido e apropriado pelo capital; e a divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação. Antunes

(2009) traz uma constatação em “Os Sentidos do Trabalho”, sendo que: por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social.

Por outro lado, o trabalho vai trazer a estrutura que ao mesmo tempo é desestruturante para os indivíduos, como vemos na fala do autor.

O Sentido do Trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade: na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital. (ANTUNES, 2009, p.10)

Marx vai dizer que a Ontologia está na práxis e o trabalho é o núcleo fundante. Para o autor, a superação da auto-alienação segue o mesmo caminho que a auto-alienação, ou seja, em primeiro lugar, a propriedade privada é considerada apenas em seu aspecto objetivo, mas tomando o trabalho como sua essência.

O capitalismo continua sendo um modo de exploração da força de trabalho e, segundo Antunes (2011):

Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. O autor continua dizendo que estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a adotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo do trabalho. (ANTUNES, 2011, p. 24)

Assim, pode se ver o desmonte dos direitos da classe trabalhadora, que está acontecendo de forma avassaladora, uma vez que com a reforma⁶⁰ trabalhista, a reforma da previdência e com a aprovação da terceirização, esses direitos não apenas serão substituídos como destruídos, deixando a classe trabalhadora totalmente à deriva e sob a égide do capital, ou seja, esses mesmos direitos são desregulamentados e flexibilizados como afirma o autor.

Para Antunes (2011, p. 38), a ocidentalização do Toyotismo traz um risco:

Com a retração dos governos da social democracia europeia, bem como a sua subordinação a vários pontos da agenda neoliberal,

⁶⁰ O Governo Temer “ilegítimo” está propondo várias reformas, sendo: reformas trabalhista, previdenciária e tributária, colocando a classe trabalhadora em um Estado de Não Direito; significa reduzir a nada o que foi conquistado por meio de muitas lutas da classe trabalhadora, um verdadeiro retrocesso, firmando mais uma vez os interesses do capital.

tenderia a haver um encolhimento ainda maior dos fundos públicos, acarretando maior redução das conquistas sociais válidas para o conjunto da população, tanto aquela que trabalha quanto a que não encontra emprego [...]. (ANTUNES, 2011, p. 38)

Dessa forma, pode-se observar o quanto esse modelo proposto de inovação acaba por trazer grandes prejuízos à classe trabalhadora, tem-se uma grande contradição, como aponta o autor: se mostra com uma nova cara, de roupa nova, portanto “em vez de trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente” passa a “integrar uma equipe ao invés de trabalhar individualmente”.

Outra questão importante apontada por Antunes é:

O quanto à classe trabalhadora sai perdendo no que se refere à garantia de direitos trabalhistas. Por outro lado, temos a presença da força do trabalho feminino, “um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2011, p. 51).

A mulher marcou presença, ganhou um grande contingente na indústria, principalmente na microeletrônica e no setor de serviços. Há destaque também para o setor doméstico em que há força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial subordinados ao capital (ANTUNES, 2011, p. 51).

Temos clara a participação da mulher no mundo do trabalho e, como isso, é afetado pelas relações de poder em que os homens se sobrepõem às mulheres, tornando-se ainda mais desigual no cotidiano do trabalho.

Retomando o pensamento de Antunes, vemos que:

A luta de *classe-que-vive-do-trabalho* é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias. Outras modalidades de luta social (como a ecológica, a feminista, a dos negros, dos homossexuais, dos jovens etc.) são, como o mundo contemporâneo tem mostrado em abundância, de grande significado, na busca de uma individualidade e de uma sociabilidade dotada de sentido. (ANTUNES, 2011, p. 89)

Nessa reflexão, o autor traz a luta dos movimentos sociais em destaque para o movimento feminista, negro e LGBT, nos põe a pensar as novas formas de buscarmos sentido nas questões presentes em nosso cotidiano e nas transformações que estão na contramão da lógica do capital.

De acordo com Chauí (1986), as desigualdades sociais e de gênero vão se solidificando cada vez mais no processo neoliberal, assim, a transformação da

sociedade fica ainda mais complicada, uma vez que há a intensificação do não direito e das desigualdades como já foi mencionado.

Levando-se em conta o contexto histórico, em que temos o descortinar da realidade social, principalmente quando trabalhamos com as aproximações conceituais sobre a violência contra as mulheres, as trans e as travestis, tanto os valores quanto as questões culturais podem ser elementos que contribuem com a questão da violência contra a mulher, mulher trans e as travestis, por que não dizer com as questões inerentes à divisão sociotécnica e sexual do trabalho.

Quando falamos de desigualdades no mundo do trabalho, temos a questão do trabalho precário e, quanto a esse aspecto, é como se a classe trabalhadora estivesse no fim. Antunes (2013, p. 33) vai dizer que há uma reestruturação produtiva do capital e, por esse motivo, há mudanças no mundo do trabalho, sendo que a crise do fordismo e keynesianismo foi “expressão fenomênica” de um momento crítico.

Para esse autor, o advento do neoliberalismo foi um dos contornos mais evidentes como resposta a sua própria crise, ou seja, deu-se o início da reorganização do capital e de seu sistema ideológico, afirma Antunes (2013, p. 33).

Segundo o autor, a reestruturação produtiva consiste em uma resposta do capital a sua lógica destrutiva e aos seus determinantes estruturais, quais sejam: as taxas decrescentes do lucro, a resistência operária e a própria impossibilidade de controle do capital, enquanto um sistema de metabolismo societal orientado para a expansão e acumulação do capital.

O trabalho precário conduz à intensificação do trabalho, porque, de um lado, há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis e do que estão desempregados e procuram trabalho e estão dispostos, de alguma maneira, a aceitar as condições salariais, financeiras e de trabalho mais difíceis e penosas. (HIRATA, 2010, p. 22)

Assim, a intensificação do trabalho é conduzida pelo modo precário e as ameaças constantes que os trabalhadores sofrem em seu cotidiano do trabalho, transformando-os em trabalhadores que se sujeitam, de alguma forma, a todo o tipo de exploração em prol do “emprego” ou subsistência.

Para elucidarmos um pouco mais essa questão, Oliveira (2016, p. 22) vai dizer que “a opressão, a dominação e a exploração dos contingentes femininos, abrange, especificamente, as mulheres CIS e as travestis como pessoas que vivem em condições subalternizadas”.

O autor destaca que isso se deve ao fato, inerente, de a sociedade, em decorrência da universalização das dimensões do corpo e da sexualidade, de forma natural, negar as identidades travestis, refletindo na materialização das negações de direitos e nas dificuldades que sofrem para se inserirem no sistema produtivo, sem a mínima intervenção do Estado (OLIVEIRA, 2016, p. 22).

Para entendermos a relação do trabalho feminino, expressa na sociedade capitalista, vamos discorrer sobre essa questão no próximo inciso. Essa divisão atravessa todo o tecido social e incide tanto no trabalho doméstico e reprodutivo, como no trabalho propriamente produtivo. Ela é resultante das relações sociais de sexo.

2.5 O Trabalho Feminino e sua Expressão na Sociedade Capitalista

Figura 9 - Mulheres trabalhadoras da construção civil.



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+sobre+trabalho+feminino>

Essa figura representa a expressão da mulher trabalhadora na sociedade de classe, no que tange à divisão sexual do trabalho e deixa clara a divisão de classe e raça.

Com o intuito de entender o trabalho feminino e sua expressão na sociedade capitalista, recorreremos ao pensamento de Antunes em sua análise feita em “Adeus ao Trabalho?”. Antunes (2011) vai nos dizer:

No universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo há uma múltipla processualidade: de um lado temos desproletarização do trabalho industrial e fabril, nos países de capitalismo avançado, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional, paralelamente efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços: verificou-se uma homogeneização do trabalho, expressa por conta da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. (ANTUNES, 2011, p. 47)

Vemos que o universo feminino ganha certa expressão no aumento de mulheres inseridas no mundo do trabalho, portanto, verifica-se que as condições de trabalho que lhes são proporcionadas são cada vez mais precárias e isentas de garantias de direitos trabalhistas, principalmente por conta da “expropriação entre trabalho e capital” (ANTUNES, 2011, p.15). Por outro lado, as várias formas de exploração, o trabalho precarizado e o desemprego acabam atingindo diretamente as mulheres, as mulheres trans e as travestis em nossa sociedade, num contexto de desigualdades e falta de oportunidades.

Outra questão apontada por Antunes é a subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado, ou seja, essa lógica do capital acaba interferindo diretamente no processo imigratório que antes era do centro para a periferia, como afirma o autor.

No que se refere ao trabalho feminino, as mulheres vão assumindo seus papéis nas indústrias e setores de serviços, de forma que as mulheres trans, as travestis, as mulheres negras, que não podemos esquecer de mencionar, jovens, idosos, ficam de fora desse processo que, ao mesmo tempo, é de inserção, de exclusão e exploração, uma contradição do capital x trabalho.

Segundo Antunes (2011), “há um destaque para a presença feminina no mundo do trabalho, pois se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, na esfera da materialidade e subjetividade”:

Tanto a contradição entre indivíduos e sua classe, quanto entre classe e gênero, pode-se dizer que *A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina*. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher. (ANTUNES, 2011, p. 51)

Com essa reflexão, pode-se ver que o autor traz à luz a emancipação da mulher, por meio do trabalho, e que a exploração está presente nas relações de gênero contidas no cotidiano de nossa sociedade machista e sexista, principalmente nas relações de trabalho e nas correlações de forças.

O quanto é importante o trabalho para a mulher em sua emancipação fica evidente na fala de uma das sujeitas da pesquisa, mulher CIS. Catarina diz:

Eu já tinha começado um estágio recentemente na Prefeitura de Santo André, meio período, foi o pulo do gato, quando eu entrei na Prefeitura de Santo André, eu sou muito grata a isso, ganhando aquele pouquinho foi o pulo do gato para eu sair daquela situação de dependência, muitas mulheres ficam naquela situação meio que sendo submissa, mas não sabem porque está ali, mas a gente depende, tem aquela pressão psicológica, você não vai conseguir, você não tem trabalho, você é um nada, quantas vezes eu ouvi falar nisso... Mesmo que foi um estágio, eu ia a pé, pegava meus filhos correndo na escola, para ele não saber, eu ia escondida, sabe, para fazer o meu estágio, ganhando pouquinho, e fui juntando aquele troquinho, para eu sair daquela situação, ele não sabia, mas as vezes ficava assim, a casa tinha que estar um brinco, aí eu chinelava para ele não perceber.
(CATARINA)

Como fica claro nessa fala o poder que o trabalho tem na vida das pessoas, em destaque das mulheres que sofrem violência doméstica, o quanto essa categoria é importante para trazer a autonomia e a liberdade das mulheres. E como o patriarcado está presente nesse depoimento, quando diz: *“eu ia escondida, sabe, para fazer o meu estágio”... “ele não sabia”... “a casa tinha que estar um brinco, aí eu chinelava para ele não perceber”*. Veja o quanto esse depoimento é rico em detalhe e traduz como o patriarcado impera na sociedade e dentro das “famílias”, em pleno século XXI. Percebe-se que por mais que consideremos os avanços e conquistas, ainda temos muito a conquistar e manter vivo o espírito de luta, que nos faz acreditar que novas conquistas são possíveis, para que no futuro não venhamos a nos deparar com essa expressão: *“eu ia escondida para o meu estágio”, “ele não sabia”,* pois, aqui nessa expressão da realidade vivida por essa mulher, não deixa nem um ponto de dúvida que nas relações de poder, a mulher torna-se sufocada, reprimida, submissa e ainda fica sob a custódia do marido, companheiro, do seu “dono” por mais que tenha o desejo de superação, fica presa em teias de aranha.

Em relação ao trabalho feminino, Nogueira (2004) faz uma reflexão do trabalho da mulher na idade moderna, “depara-se com a migração campo-cidade, processo

que se acentua a partir da consolidação da burguesia e do início da revolução industrial, o que vem resultar no surgimento do proletariado feminino”. Por conta do preconceito, muitas mulheres terão suas tentativas de ingressarem nas fábricas, recusadas pelos homens, forçando às mulheres a aderirem ao trabalho doméstico, reforça a autora.

O processo de reestruturação produtiva na pós-modernidade propicia novas feições que, de certa forma, influenciam a vida das pessoas, em especial das mulheres que precisam ter garantidos os seus direitos: à liberdade, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, dentre outros. Nesta perspectiva, busca-se entender a história dessas mulheres, mulheres trans e travestis e suas relações com a violência, tendo como ponto de partida a compreensão da questão social como consequência do sistema capitalista e o trabalho, como enfrentamento e resistência.

Desse ponto de vista, o olhar de gênero, sozinho, não clareia a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres. Enquanto a biologia prioriza a visão naturalizada do homem e da mulher, baseada nas diferenças anatômicas, o gênero fundamenta-se justamente na construção social, cultural e relativa, que define homens e mulheres em relação um ao outro.

Pode-se afirmar que, na perspectiva feminista, a reflexão e a politização das mulheres, como sujeitas de suas próprias vidas, é a bandeira levantada pelo movimento de mulheres. As desigualdades de gênero atingem a todas e todos, mesmo que sejam em dosagens diferentes, refletindo diretamente no cotidiano das mulheres.

Diante do exposto, pode-se compreender que gênero se realiza culturalmente, por ideologias, que tomam formas específicas em cada momento histórico, e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas e culturais, que se dão como totalidades em lugares e períodos determinados. A sociedade patriarcal propicia ao homem poder absoluto sob as mulheres, poder este que determina o que deve ou não ser feito e obedecido.

Em prol desta carga de opressão é que as mulheres são cada vez mais envolvidas e sujeitas a uma relação violenta, sem terem condições mínimas de romper com este ciclo de violência, por não se darem conta de sua dependência, social, emocional, econômica, dentre outras.

A partir das relações violentas, as mulheres ficam sujeitas a todos os tipos de agressão, desde a física, a psicológica, a sexual, a moral, além da patrimonial.

Sabemos que o trabalho enquanto modo de produção capitalista acaba sendo um veio de produção e apropriação da riqueza que os burgueses se apropriam dessa mesma riqueza, individualmente este tem o controle dos “meios de produção”. Podemos dizer que, mediante o trabalho alienado, apresentam-se formas de organização junto à classe trabalhadora, no que tange à crise do capital, causando mudanças no mundo do trabalho. Dentre essas mudanças destaca-se a minoria subalterna, ou seja, as mulheres, a população LGBT, os negros, os imigrantes, os deficientes, as mulheres trans e as travestis, por conta da identidade de gênero e da divisão sexual do trabalho, ou seja:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos religiosos, militantes etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

Portanto, a autora vai trabalhar a questão da divisão sexual do trabalho em que afirma que “a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela está fortemente contida a dimensão opressão/dominação”. (HIRATA, 2012, p. 280)

Para a compreensão desse contexto, Hirata (2012, p. 281) elucida, baseada em Kergoat que:

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierárquicas. A divisão sexual do trabalho é, assim, indissociável das relações de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas. Essa teoria da divisão sexual constitui-se como alternativa aos paradigmas sociológicos que não levam em conta a sexualização do social. (KERGOAT, 1995, apud HIRATA, 2012, p. 281)

Pode-se observar que as relações de exploração estão interligadas ao patriarcado e ao gênero, uma vez que estão contidas nas relações entre homens e mulheres.

Na complexidade e transformações do mundo do trabalho, na atual conjuntura, temos uma análise feita por Antunes (2011, p. 47) em que informa: “o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do

desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global”. Para tanto e não obstante, as referidas formas de trabalho precarizado e o desemprego são dimensões que afetam as travestis na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2016, p. 29). Desse modo, pode-se afirmar que é uma realidade enfrentada pelas mulheres trans e travestis na cidade de Santo André (SP), em que estão fadadas para o trabalho informal e prostituição, uma vez que lhe são negadas oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal. Reforça-se aqui uma passagem de uma usuária do serviço em que trouxe a seguinte questão:

Passei por todos os testes e fases de entrevistas da empresa a qual fiz parte de um processo seletivo, quando da fase documental que precisava entregar um comprovante de residência, fui dispensada por não atender os requisitos da empresa, ou seja, não aceitaram o endereço do Centro Pop enquanto referência de endereço.⁶¹

Por meio desse depoimento, vemos o quanto essa população sofre preconceitos pela falta de moradia, de educação, de saúde e fora todas as outras formas de preconceitos, como já dito anteriormente.

Assim, as mulheres são capturadas pelo sistema capitalista, como bem traduz Oliveira (2016, p. 43): “as mulheres são apropriadas pelo sistema capitalista patriarcal. Seu corpo, suas sexualidades são oprimidas e exploradas, desvalorizadas”. Dessa forma, “a apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista” (CISNE, 2014, p. 85). Logo, as mulheres têm sua força de trabalho para a reprodução do trabalho doméstico.

Pensando na materialidade das expressões da divisão sexual do trabalho e na cisgeneridade, nos remetemos à reflexão de Antunes (2011, p. 49), o qual vai dizer, evidenciando uma nítida redução do proletário fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado: “a desproletarização do trabalho industrial” torna-se imprescindível para entendermos, ou seja, a identificação de suas necessidades sociais, das dificuldades, das carências e das precarizações subjetivas e objetivas que enfrentam cotidianamente (OLIVEIRA, 2016, p. 108).

⁶¹ Depoimento de uma usuária durante um atendimento no Centro Pop – Centro de Referência de Atenção à Pessoa em Situação de Rua na cidade de Santo André – SP.

Segundo Antunes:

Estas modalidades de trabalho – configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade – vem ampliando as formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não-valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de auto-exploração do trabalho). (ANTUNES, 2010, p. 12)

Assim, observa-se que as novas formas de precarização do trabalho levam-nos a pensar o quanto somos explorados e acreditamos que não estamos gerando valor algum, mas que, na verdade, o grande capital se utiliza de artimanhas para aumentar o seu lucro e maior exploração da mão de obra.

Dando continuidade às reflexões sobre as expressões da questão social, resgataremos, no próximo capítulo, a história do movimento feminista e do movimento LGBT, trazendo as convergências e divergências entre eles, e as conquistas e demandas desses movimentos.

CAPÍTULO III – OS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE À RESISTÊNCIA: ALTERNATIVAS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Figura 10 - Representação dos movimentos sociais



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+sobre+movimentos+sociais> - acesso em 20/11/2017.

*Que nada nos sujeite, que nada nos defina.
Que a liberdade seja a nossa própria
substância.*
Simone de Beauvoir

A expressão “movimento de mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista” são as ações de mulheres dispostas a combates à discriminação e à subalternidade das mulheres que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história (TELES, 1999, p.12).

De acordo com Teles (1999, p.12):

O material encontrado em arquivos, os documentos oficiais e outros enfatizam quase exclusivamente acontecimentos de interesse das elites em que o homem branco é quem sobressai. Há poucos registros de participação feminina no período colonial, quando as mulheres eram, em maioria, negras, índias e brancas prostitutas. Somente a partir da vinda das mulheres da classe dominante, que antecede um

pouco a chegada da corte de Portugal (1808) é que se consegue alguma documentação.

Como de certa forma são obrigados a falar da participação das mulheres, acabam trazendo-as como se fossem loucas, prostitutas, desajustadas. Apenas foram chamadas de heroínas dando suas vidas para salvar a vida dos seus maridos, tiveram algum ato de bravura ao lado de seus maridos, foram raros os casos. Alguns exemplos de mulheres que vivenciaram essas experiências: Bárbara Heliodora, Dona Beja, de outro lado temos Maria Dias Ferraz do Amaral, a “Heroína do Capivari”; foi morta por uma flecha atirada pelos índios quando acompanhava o marido nas bandeiras.

Dentre as mulheres que se destacaram na luta pelos seus direitos, não podemos deixar de dar destaque a Luísa Mahim, que participou da principal revolta negra na cidade de Salvador no século XIX. Cedeu sua casa e a transformou em quartel general, foi uma das participantes da Revolta dos Malês – Grande Insurreição, a qual foi a última revolta de escravos que ocorreu naquele Estado, no ano de 1835.

Com o Estado Novo, na Ditadura de Vargas, acontecem as prisões de opositores. Hitler e Mussolini iniciam a Segunda Guerra Mundial, sacrificando milhões de pessoas. A mulher brasileira volta ao cenário político, principalmente em movimentos para o retorno da democracia. Nesse período, foram criadas organizações femininas com os propósitos de defender a paz, a democracia e o combate à carestia de vida. Várias mulheres perderam suas vidas nos enfrentamentos com as forças policiais, podemos citar Zélia Magalhães, Angelina Gonçalves, dentre outras.

Após o golpe de 31 de março de 1964, pode-se dizer que os movimentos sociais combateram a ditadura no Brasil e lutaram pela redemocratização e, dentre eles, estavam os movimentos populares por saúde, contra a carestia, “o novo sindicalismo”, os movimentos sociais fomentados pela ala progressista da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base - CEB, Juventude Operária Católica - JOC, Ação Católica Operária, Pastoral da Terra), como também o movimento feminista (GARCIA, 2007, p.62).

A partir de 1975, com a criação do Dia Internacional da Mulher, o movimento feminista foi incorporado pelas brasileiras, principalmente para atuar em grupos de Estudos, programando jornadas de lutas e campanhas de mobilização. As feministas

brasileiras engrossaram fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdade políticas e por uma constituinte livre e soberana.

As brasileiras criaram o círculo de mulheres brasileiras em Paris, do lançamento de um documento chamado “Por uma Tendência Revolucionária”, em que o grupo se colocava na perspectiva de um posicionamento de esquerda, ao lado dos trabalhadores.

Figura 11 - Representa a liberdade da mulher



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+mulheres+feministas>

As mulheres sofrem preconceito contra a homossexualidade, em destaque as lésbicas. Tiveram temas abordados como aborto, sexualidade, a violência sexual, as relações trabalhistas e o trabalho doméstico, também “indicam às mulheres a necessidade de conhecer o próprio corpo e decidir sobre ele”.

As mulheres iniciam mudanças na família e na política. O uso da pílula anticoncepcional propiciou prazer às mulheres e a experiência sexual, sem medo de uma gravidez indesejada (TELES, 1999). Por outro lado, as mulheres conquistaram o direito a ter escolha de ser ou não ser mãe e também descobriram o prazer do orgasmo, como afirma a autora.

No próximo item, vamos trazer um resgate histórico do feminismo no Brasil que é parte fundamental dos movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres.

Figura 12 - Mulheres resistindo contra o preconceito e as desigualdades



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+sobre+feminismo+no+brasil>

3.1 O Feminismo no Brasil: uma breve história

O feminismo no Brasil foi marcado pela história de lutas por grandes mulheres, sendo que houve os primeiros registros por volta dos anos de 1808, quando as mulheres da alta sociedade se fixam no país, ainda assim, as outras mulheres guerreiras eram tidas como “loucas, ou prostitutas”, na maioria das vezes.

Nesse período, as feministas lutaram contra a escravatura. Segundo Teles (1999), nos anos 70, do séc. XIX, destacou-se como uma das primeiras feministas brasileira Nísia Floresta Brasileira Augusta, que fez a defesa da abolição da escravatura publicamente, ao mesmo tempo que lutou a favor da educação e emancipação feminina, além da República. Fez a tradução, em 1852, do livro “Direito das Mulheres e Justiça dos Homens”, de Mary Woolestonocraft.

Sendo que nos registros históricos tem-se a primeira romancista brasileira, uma mulher negra maranhense: Maria Firmina dos Reis, a qual escreveu “Úrsula”, primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher.

Destarte, Chiquinha Gonzaga teve destaque no mundo artístico; compôs marchinhas de carnaval, “Oh Abre – Alas” e “Operetas” e, por conta do machismo, foi

impedida de encenar. Chiquinha Gonzaga foi a primeira mulher a fazer regência no Brasil, também criou a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, em 1917. Participou do movimento abolicionista e não aceitava o movimento monarquista.

De acordo com Teles (1999, p. 33), os jornais de cunho feminista tiveram início no século XIX, destacando-se o jornal “Senhoras”, de 1852, que, ao mesmo tempo que alertava as mulheres das suas necessidades e capacidades, mostrava e reforçava o amor a seus filhos e a atenção a seus maridos. Naquele período, o jornal “O Sexo Feminino” alterou o seu nome depois da Proclamação da República para “15 de novembro do Sexo Feminino”, o qual trazia como ideia principal que a dependência econômica das mulheres em relação aos homens era fator determinante para a sujeição feminina. Ainda nos dias atuais, o fator econômico é tido como um dos elementos que determina a manutenção dos relacionamentos entre homens e mulheres. O jornal tornou-se mais político em sua última fase, durante a República. Os jornais feministas da época acabavam reforçando os papéis de sujeição da mulher, ainda como mães, esposas e donas de casa, em vez de trazer a reflexão sobre autonomia e emancipação, advindas da educação.

Ainda na primeira República, a mulher conquistou o direito ao voto, apesar da classe de dominantes. As oligarquias que tinham seu domínio no Brasil foram obrigadas a reconhecer os espaços desejados por segmentos da sociedade que eram ignorados.

As mulheres têm a oportunidade de escrever nas revistas e periódicos direcionados ao público feminino somente após os anos de 1934, pois ficou assegurado às mulheres brasileiras o direito ao voto, sendo que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi o marco na história da mulher brasileira por meio do Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076), na gestão do Governo de Getúlio Vargas. Observa-se na figura 10 a representação da primeira mulher no Legislativo.

Figura 13 - Voto Feminino no Brasil



Foto comemorativa do jornal de esquerda 'A Lanterna' fundado em 1901. Apesar de contrariar a ideologia oficial da República Velha, e mais tarde, a do governo Getúlio Vargas, 'A Lanterna' teve vida longa: com diversas interrupções, chegou até 1935⁶².

Depois de muitos anos de luta, as mulheres conquistavam o direito de votar e serem eleitas para cargos do Executivo e Legislativo. Reivindicações que aconteceram bem antes da Proclamação da República. Naquele momento, somente as mulheres casadas e com autorização de seus maridos, as viúvas e solteiras com renda própria, poderiam votar. Apenas em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, ainda que a obrigatoriedade do voto continuava como um dever masculino, sendo estendida às mulheres somente em 1946.

Foi a partir desse contexto que o voto feminino teve êxito, sendo que foi incorporado à Constituição Brasileira de 1934, que teve o auxílio de Carlota Pereira de Queirós, que foi a primeira constituinte brasileira.

⁶² Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Figura 14 - 1ª mulher no Legislativo



Dra. Carlota Pereira de Queirós assinando a Constituição em 16/07/1934

Fonte: <https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>.

Depois desse período, a mulher se concentrou no trabalho feminino e na proteção à maternidade e às crianças. O Estatuto da Mulher foi elaborado por Berta Lutz, tendo reivindicações importantes, como maior tempo de licença de gravidez.

A Segunda República foi de 1930 a 1964, sendo que a União Feminina nasceu em 1934, fazia parte integrante da Aliança Libertadora (ANL), movimento organizado em 1935, em que os comunistas estavam na direção com o objetivo de derrubar o governo Vargas e implantar um governo popular. Faziam parte desse movimento tanto mulheres intelectuais quanto operárias.

Em 1935, o movimento ficou na clandestinidade, e todas as suas dirigentes foram presas. Destaca-se entre as mulheres líderes que sofreram grandes punições Olga Benário Prestes, cidadã alemã, que lutava contra o nazismo no Brasil. Foi presa

e acabou sendo deportada para a Alemanha, levada ao campo de concentração, local que teve sua filha. Foi vítima de assassinato, em 1942, pela Gestapo.⁶³

Figura 15 - Foto da Gestapo – Polícia Secreta Alemã em ação.



Fonte: <https://mundoestranho.abril.com.br/historia/o-que-era-a-gestapo/>

As mulheres no Brasil lutaram pela democracia, contra o nazismo e o fascismo. Após o período da guerra, que teve seu fim por volta de 1945, surgiu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia e Conquista da Igualdade de Direitos nas relações profissionais, administrativas, culturais e políticas. Nesse período, desenvolve-se a luta pela anistia, nasce a Associação de Donas de Casa contra a Carestia. Na Assembleia Constituinte, que foi instalada em 1946, não teve a participação de nenhuma mulher.

No Distrito Federal, a Associação Feminista, com sede no Rio de Janeiro, expandiu-se por vários bairros, somando um total de 30 bairros, essa entidade lutava contra o despejo em favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos das mulheres, pela vida, pela defesa da infância, pela paz.

Somente em 1952 aconteceu a Primeira Assembleia Nacional de Mulheres, nove Estados foram representados em defesa dos direitos da mulher, especialmente da mulher trabalhadora. Nessa assembleia, alertou-se para o perigo do envio de

⁶³ O nome é uma abreviação de Geheime Staatspolizei (Polícia Secreta do Estado), organização que investigava, torturava e prendia opositores ao regime nazista (Reich) da Alemanha, entre 1933 e 1945. A atuação da Gestapo era baseada no Decreto para a Proteção do Povo e do Estado, assinado em 1933, pelo presidente alemão, Paul von Hindenburg, após um atentado incendiário contra o parlamento alemão. Sob o pretexto de defender o país contra atos violentos (supostamente causados por comunistas), o texto restringia direitos civis, como a liberdade de expressão e a de imprensa.

jovens brasileiros para lutar na Guerra da Coreia. Elisa Branco foi uma das participantes presas por defender os direitos das mulheres.

Acontece no Rio Grande Sul a Segunda Assembleia Nacional de Mulheres, dezoito Estados Brasileiros participaram desse momento histórico. Em São Paulo, em 1953, houve uma manifestação contra a carestia de vida, que foi pensada e dirigida pelas mulheres.

A conferência das trabalhadoras ocorre na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 18 a 20 de maio de 1956. Segundo Teles (1993), Juscelino Kubitschek – JK – considerado democrático, suspendeu o funcionamento das organizações femininas. Mesmo assim, as mulheres continuam se encontrando e acabam criando a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que promovia palestras, organizando um abaixo-assinado contra a carestia, colhendo cem mil assinaturas.

As mulheres, naquele período, tinham problemas concretos, falta de água ou despejo, enfrentavam o problema da carestia, a defesa da Infância e Adolescência e da Maternidade e o desenvolvimento do ensino e de creches.

As lutas que tiveram destaque no movimento feminista foram: a luta pela anistia, democracia, defesa de nossas riquezas, sempre ameaçadas pela expansão do imperialismo, em prol da paz mundial.

Duas mulheres que foram assassinadas não podem deixar de ser lembradas na história, sendo operárias e comunistas, são elas: Angelina Gonçalves, assassinada em 1950, no Rio Grande do Sul, e Zélia Magalhães, morta no Rio de Janeiro, em 1949, durante um comício contra a Lei de Segurança Nacional. Já naquele período, as mulheres lutavam pela extensão dos direitos trabalhistas às camponesas, faziam campanhas pela sindicalização da mulher e seu acesso à direção dos sindicatos.

O Encontro da Mulher Trabalhadora aconteceu no ano de 1963. Na pauta dessas reivindicações estava garantida a defesa por salários iguais, para trabalho igual, e a efetivação das leis sociais e trabalhistas em favor das mulheres. Outra questão em pauta era a luta contra a discriminação da mulher. A reforma no Código Civil destacava a anulação dos artigos discriminatórios à mulher casada.

As questões referentes à autonomia da mulher, direito ao corpo, aborto, controle da fertilidade, não apareciam nas discussões.

Por conta do Golpe de 1964, as associações feministas deixaram de ter destaque, ficando adormecidas nesse período, voltando a despertar apenas em 1975, período que coincide com o ano internacional da mulher. Com a Terceira República e

o Golpe de 1964 a 1985, aparecem vários movimentos que expressam os diferentes segmentos sociais. A classe operária teve um crescimento bastante importante na região Centro Sul, principalmente pelo desenvolvimento da indústria que aconteceu após 1930.

Com a industrialização, as contradições econômicas e sociais no meio rural são aguçadas. Sendo que os trabalhadores do campo também levantaram suas bandeiras a favor da reforma agrária, aumentando as lutas entre os latifundiários e os posseiros.

No meio acadêmico, os estudantes e os intelectuais debatiam incansavelmente sobre o “imperialismo” e a “questão agrária”, apontando saídas para as transformações sociais, políticas e econômicas.

Três entidades coordenavam o movimento que teve início em 1962: União Cívica Feminina, Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). As lideranças tinham consciência de suas pretensões: primeiro, acabar com a “ameaça comunista”; e segundo, contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular.

A grande massa feminina era formada por domésticas, “faveladas” e trabalhadoras. Ficavam iludidas pelos princípios religiosos, achando que iriam salvar o Brasil. Para Teles (1999, p. 50), essas mulheres foram totalmente manipuladas pelas forças políticas da direita. Por não estarem organizadas de forma autônoma e consciente, as mulheres progressistas sofreram o golpe das forças conservadoras e reacionárias que manipularam as massas femininas sem muito esforço.

Teles (1999) vai dizer que as entidades femininas reacionárias se articulam de maneira vigorosa. Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, fundadora e presidente da CAMDE, em depoimento dado, mais tarde, esclarece de maneira objetiva como e com que finalidade formou sua entidade⁶⁴.

Segundo Teles (1999), a revista “A Mensageira”, de Prisciliana Duarte de Almeida, trazia em seu corpo a solidariedade internacional entre as mulheres. Apresentou em uma de suas matérias a “criação de uma sociedade de Produção

⁶⁴ “Sou neta, sobrinha e irmã de General” [...]. “Aqui nesta casa foi fundada a Camde. Meu irmão, Antônio Mendonça Molina, vinha trabalhando há muito tempo no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias ao todo. Era parte de um trabalho meu para a Paróquia Nossa Senhora da Aparecida. Nesses dias, o Vigário disse assim: ‘mas a coisa está preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem, nós estamos perdidos. A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva, enquanto o homem é objetivo.’”

Materna”, uma creche em Paris, e como vai dizer Teles (1999, p. 36): “como bom exemplo para o Brasil país em que as mães que trabalham com os filhos no colo sofrem enormes suplícios”.

Figura 16 - Representa a mulher negra trabalhadora



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=fotos+mulheres+trabalhando+com+filhos>.

Essa figura representa com clareza a dupla jornada de trabalho e a exploração sofrida pelas mulheres e principalmente pelas mulheres negras. Não diferente, na atualidade, temos trabalhadoras nas oficinas de costura, no Estado de São Paulo, que acabam fazendo uso de “fraldões”, para não perderem nenhum minuto em sua produção para o capital, caracterizando cada vez mais o trabalho escravo, reforçado pela efetivação do neoliberalismo.

Figura 17 - Trabalhadoras nas oficinas de costuras no Estado de São Paulo

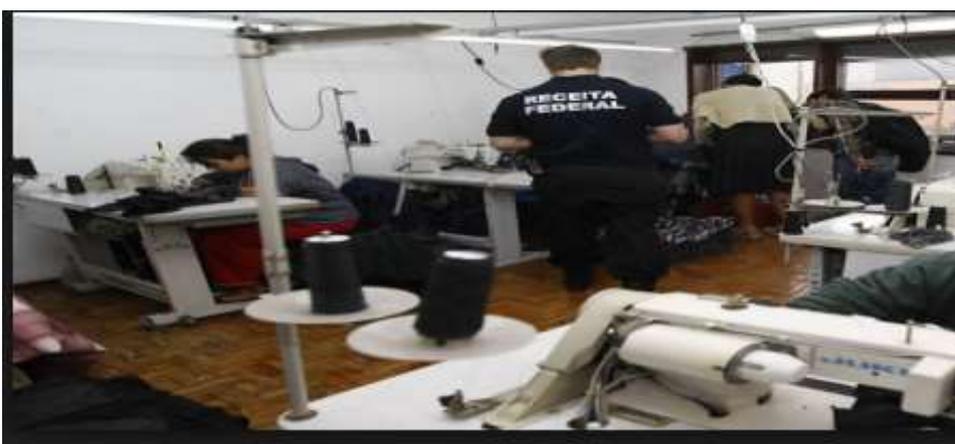


Fonte:

<https://www.google.com.br/search?q=fotos+mulheres+trabalhando+nas+oficinas+de+costura+em+SP>

Essa foto nos remete à realidade de muitas mulheres trabalhadoras que são exploradas em seu local de trabalho, principalmente no que se refere ao trabalho escravo, podemos ver a ação da Polícia Federal em uma dessas oficinas de costura, como demonstrada na figura abaixo.

Figura 18 - Ação da Polícia Federal em Oficina de Costura.



Fonte:<https://www.fotos+mulheres+trabalhando+nas+oficinas+de+costura+em+SP>

Quantas mulheres encontram-se nessa situação de exploração, muitas vezes, sem terem consciência que estão sendo exploradas. Sendo assim, fica claro a

intenção do capital e da flexibilização do trabalho, incluindo aqui a reforma trabalhista que vem reforçar o ideário neoliberal em pleno século XXI.

As mulheres brasileiras sofreram grande influência das norte-americanas no que tange à questão do voto, sendo esse período do feminismo representado na Primeira República, como a primeira onda do feminismo brasileiro. (PINTO, 2003 apud PANEGHINI, 2015, p. 54).

O regime patriarcal de dominação foi legitimado pelo capitalismo, mesmo que desenvolvido de maneiras diferentes em cada país, e que os problemas enfrentados pelas mulheres foram diferentes, eles eram parecidos no que se refere à opressão.

Tanto nos EUA quanto na Europa, as mulheres tiveram um papel primordial nesse cenário de lutas e enfrentamentos, na metade do séc. XIX, quando criaram um movimento por seus direitos políticos e sociais, repercutindo de imediato nas mulheres brasileiras e latino-americanas.

Promovida pelas Nações Unidas (ONU), em 1975, a Conferência Internacional da Mulher aprovou a Década da Mulher, em que foi criado um plano de ação para a década seguinte, visando eliminar a discriminação contra a mulher. Sendo que esse congresso estabeleceu o dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Questões suscitadas pelos movimentos de mulheres e pelo feminismo contemporâneo foram os matizes para a introdução da temática de gênero na esfera sindical.

Sendo que, para a autora, os movimentos de mulheres autônomos acabam denunciando as discriminações de gênero nos locais de trabalho, como menciona:

Os movimentos autônomos de mulheres, ao “denunciar as discriminações de gênero: nos locais de trabalho, em dupla jornada de trabalho das mulheres assalariadas, o significado do trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres no âmbito da família, a omissão masculina face as tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos (as). (GARCIA, 2007, p. 63)

O movimento de mulheres acaba fazendo uma articulação entre a política e a cotidianidade, como bem define Souza (1991, p. 226):

A especificidade da contribuição dos movimentos de mulheres auto-definidos ou não como feministas reside nessa proposta de uma nova articulação entre política e vida cotidiana, entre a esfera privada, esfera social e esfera política, na reafirmação da necessária

heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero. (SOUZA, 1991, p. 226).

Nesse período, aconteceram várias iniciativas por parte das mulheres sobre as novas demandas advindas das trabalhadoras que acabaram se transformando em grandes debates ao movimento de mulheres e ao movimento sindical.

O Congresso da Mulher Metalúrgica (1978) trouxe as reivindicações das mulheres por creches, direitos trabalhistas, salários iguais aos dos homens, acesso à educação e à saúde, contra a violência doméstica e pela diminuição do trabalho doméstico.

O primeiro Congresso da Mulher Paulista⁶⁵, no ano de 1979, serviu de iniciativa a outros Estados brasileiros, como atividade conjunta, que acabam organizando vários congressos por categorias e passeatas com reivindicações específicas, trazendo visibilidade ao movimento.

Pode-se dizer que, na década de 1980, as mulheres tiveram uma participação crescente em vários segmentos, dentre eles, os movimentos populares, os quais superaram os limites do movimento feminista, como o movimento de moradia, de saúde, de educação, e outros.

O Conselho da Condição Feminina foi criado na década de 80 no âmbito estadual e federal. O destaque foi a participação das mulheres na Assembleia Constituinte, conhecida como lobby do batom, garantindo, assim, os avanços na igualdade de direitos e deveres para as mulheres e homens na Constituição de 1988.

⁶⁵ Nesse ano de 1979 acontece uma outra frente de luta, é a que se relaciona aos movimentos de mulheres em São Paulo. Em março desse ano é realizado o 1º Congresso da Mulher Paulista, que conta com cerca de setecentas pessoas representantes de organizações femininas; entre elas, a Associação de Donas de Casa; organizações feministas e ainda de caráter mais geral como o Serviço de Orientação Familiar (SOF) e a Frente Nacional do Trabalho (FNT). Acrescentam-se a essas organizações as entidades sindicais, entre elas, as que congregam grande número de mulheres, como é o caso da APASSP, que esteve presente na organização e preparação do 1º Congresso, como uma das entidades coordenadoras do referido evento. Apesar de o Congresso não se pretender feminista, acabou por incorporar propostas que coincidem com a emancipação feminina, como a deliberação por creches, lavanderias e restaurantes públicos. Decide-se ainda por uma atuação sistêmica nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos, levando para dentro das organizações as reivindicações e lutas específicas das mulheres, para que sejam assumidas por mulheres e homens, incluindo-se aqui: as lutas por creches, salário igual para trabalho igual, iguais oportunidades de trabalho e de formação e de socialização do trabalho doméstico.

Com relação a este último aparecem fortes intervenções no sentido de que a responsabilidade do mundo familiar, no espaço da casa, seja assumida coletivamente por homens e mulheres. Outro aspecto relevante do movimento específico de mulheres é o da luta no interior dos movimentos em geral pela quebra das relações e estruturas autoritárias presentes. Essa postura libertária sem dúvida alguma contribui na construção de novas relações pautadas na democracia e na solidariedade. (ABRAMIDES. Maria Beatriz Costa; CABRA. Maria do Socorro Reis. *Novo Sindicalismo e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 253-254).

No Brasil, o feminismo classista teve suas primeiras aparições em um manifesto distribuído pela União das Costureiras Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro. O manifesto denunciava a “condição das mulheres trabalhadoras e mostrava que não haveria emancipação, sem que trabalhadores não lutassem contra a opressão às mulheres nas fábricas” (PINTO, 2003 apud PANEGHINI, 2015, p. 55).

Dessa forma, vemos o quão importante foi a presença do movimento de mulheres na luta pela igualdade de direitos e pela participação política. Será tratado no item a seguir o resgate da história dos movimentos feministas e LGBT, com o objetivo de compreendermos o processo de lutas, conquistas e resistências desses movimentos e trazer, a partir da história, o movimento de resistência e luta das feministas naquele período.

3.2 A Primeira Onda do Feminismo – entre as Ideias e a Revolução Francesa

Pode-se dizer que antes do movimento feminista chegar ao Brasil, ele teve início na Europa, com a Revolução Francesa.

O primeiro teórico e filósofo foi Poulin de la Barre, sendo que seu texto intitulado “Sobre a igualdade entre os sexos”, publicado em 1673, em pleno auge do movimento das preciosas, é considerado a primeira obra feminista que se centra em fundamentar a demanda pela igualdade sexual (GARCIA, 2015, p. 38).

Segundo a autora, Poulin aplica os critérios da racionalidade às relações entre os gêneros, em sua obra. Sendo este o primeiro homem a pensar gênero em suas reflexões.

A transição entre a Idade Moderna e a Contemporânea foi marcada nos últimos anos do séc. XVIII, pelo desenvolvimento científico técnico e seus fundamentos, sendo: o racionalismo, o empirismo e o utilitarismo.

Naquele momento, “anunciavam, por um lado, as revoluções políticas que derrubariam o Absolutismo e instaurariam a democracia e, por outro, a Revolução Industrial, que transformariam os meios tradicionais de produção” (GARCIA, 2015, p. 39).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi divulgada na França, em 1789. Portanto, naquele momento afirmava-se que a “a sujeição da mulher e sua

exclusão são desejáveis, além de construir o novo modelo de família moderna e o novo ideal de feminilidade”.

A autora destaca que:

Apesar da misoginia presente no pensamento filosófico da maior parte dos intelectuais da época, toda mudança política da maior parte dos intelectuais da época, toda mudança política que supôs a Revolução Francesa teve como consequência o nascimento do feminismo e ao mesmo tempo sua absoluta rejeição e violenta repressão (GARCIA, 2015, p. 40).

Observa-se que, já naquele momento, surge o feminismo como consequência da Revolução Francesa e não poderia ser diferente, pois houve a rejeição e a repressão desse movimento de forma cruel e violenta. Na Revolução Francesa, vemos não apenas o forte protagonismo das mulheres⁶⁶, nos eventos revolucionários, mas também a aparição das mais contundentes demandas de igualdade sexual.

A Declaração dos Direitos das Mulheres foi escrita por Olympe de Gouges⁶⁷.

Segundo a autora:

A intenção da declaração era conscientizá-las de todos os seus direitos que estavam sendo negados e pedir sua reintegração para que pudessem ser cidadãs para todos os efeitos, denunciava ainda que a Revolução havia negado direitos políticos a elas. (GARCIA, 2015, p. 43).

Quando Olympe de Gouges toma a decisão de ser escritora, seu pai disse o seguinte:

Não espere senhora que eu concorde com este ponto de vista. Se as pessoas de vosso sexo pretendem se converter em racionais e profundas em suas obras, no que nós homens nos convertemos, hoje em dia tão superficiais? Adeus a superioridade da qual nos sentimos tão orgulhosos. As mulheres ditariam as leis. Esta revolução seria perigosa. Assim, pois, desejo que as Damas conservem sua frivolidade enquanto careçam de sentido serão adoráveis. As mulheres sábias de Moliere são modelos ridículos. As que seguem seus passos são o azote da sociedade. As mulheres podem escrever, mas convém

⁶⁶ Entre tantas mulheres que afrontaram as temáticas especificamente femininas, destacamos Théroigne de Méricourt, que propôs a formação de um batalhão militar feminino para participar da guerra, Etta Palm (da facção girondina) e Claire Lacombe Jacobina revolucionária que fundou ao lado de Pauline León um dos mais importantes e radicais clubes de mulheres: La Société Républicaine Révolutionnaire. (GARCIA, 2015, p. 40).

⁶⁷ Olympe de Gouges – (pseudônimo de Marie Gouze), uma mulher do povo nascida em 1748, vivia em Paris escrevendo textos teatrais pouco antes de a Revolução começar. Escreveu a famosa Declaração dos Direitos das Mulheres e das cidadãs e a dedicou a rainha Maria Antonieta, a quem considerava uma mulher oprimida como as demais.

para a felicidade do mundo que não tenham pretensões. (COTRUFELLI, 2007, p.83, apud GARCIA, 2015, p. 44)⁶⁸

Essa fala remete ao machismo e à não aceitação das iniciativas realizadas pelas mulheres, colocando-as sempre em último plano, desmerecendo-as, mesmo que, nesse caso, Olympe de Gouges desafiou os homens da época, com tanta garra e determinação.

Com o objetivo de entendermos o processo dos movimentos sociais, no item que se segue, vamos trazer o histórico dos movimentos LGBT e as relações entre o movimento feminista e o movimento LGBT.

3.3 A Segunda Onda do Feminismo – O Feminismo do séc. XIX

Esse período foi marcado por grandes movimentos sociais, o feminismo aparece nesse contexto, como movimento emancipatório internacional, “com identidade autônoma e caráter organizativo” (GARCIA, 2015, p. 51).

As mulheres tiveram destaque na cena política e isso foi produzido sobre a base filosófica e jurídica da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão dos revolucionários franceses, de acordo com a autora, inclusive outros movimentos sociais surgiram para dar respostas aos problemas gerados pela Revolução Industrial e o capitalismo, naquele momento.

Segundo a autora, o horizonte ético-político do feminismo do período foi o igualitarismo entre os sexos e o da emancipação jurídica e econômica da mulher.

De acordo com a história das mulheres, Garcia (2015, p. 52) afirma que:

O signo político do feminismo mudou na segunda metade do século diante dos processos de urbanização e industrialização que se desenvolviam principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Proletárias e burguesas, envolvidas tanto nos movimentos socialistas quanto liberais, delinearam uma nova estratégia política específica para a “questão feminina”.

⁶⁸ CUTRUFELLI, Maria Rosa. *La ciudadanía: Olympe de Gouges. La mujer que vivió por seuño*. Barcelona, 2007, p. 83.

Naquele período, as mulheres faziam um movimento voltado para as questões postas pelo próprio desenvolvimento industrial, levando-as a pensar na “questão feminina” de forma mais intensa, causando mudanças no próprio movimento.

A segunda onda do feminismo é marcada por vários acontecimentos, dentre eles podemos citar: o surgimento do movimento sufragista nos Estados Unidos, onde as mulheres se unem para lutar contra a escravidão. Havia naquele momento o movimento de reforma moral nos EUA que corria paralelamente. Por outro lado, as práticas políticas protestantes – unitaristas, sobretudo, as *quarckers*, permitiam a presença feminina nas tarefas da igreja.

Os quackers fundaram sua própria colônia na Pensilvânia em 1682. E, ao contrário do catolicismo, favoreciam a que as mulheres aprendessem a ler e escrever. Esse motivo foi fundamental para que nos Estados Unidos o analfabetismo feminino fosse muito menor do que na Europa.

Nesse contexto, desenvolveu-se uma classe média de mulheres educadas que formaram o núcleo do feminismo norte-americano do século XIX que criou as bases para um movimento capaz de construir um programa de ação concreto. (GARCIA, 2015, p. 53)

As mulheres norte-americanas, naquele período, se firmaram enquanto movimento político, ganhando força, paulatinamente, ou seja, vão se fortalecendo com as pequenas conquistas das quais chegam a construir “um programa de ação concreto”, de acordo com a autora.

Em 1840, na cidade de Londres, houve o congresso antiescravista mundial, as quatro delegadas norte-americanas não foram bem recebidas, sendo impedidas de participar do evento, mas, mesmo assim, assistiram às sessões, atrás das cortinas.

A partir desse momento as mulheres norte-americanas se firmaram enquanto movimento feminino, pois decidiram lutar por seus próprios direitos, de forma organizada, com o objetivo de conquistar o direito ao voto, apresentaram uma emenda constitucional, porém, as sufragistas também foram traídas como as francesas durante a Revolução de 1789 (GARCIA, 2015, p. 55).

Sendo que apesar de todo o esforço dessas mulheres contra a escravidão, em 1866, o Partido Republicano, ao apresentar a emenda constitucional que concedia aos escravos o direito ao voto, negava o voto às mulheres. A emenda era apenas para os escravos homens. Na ocasião nem mesmo os movimentos abolicionistas apoiaram as mulheres, temendo perder o privilégio que acabavam de conquistar. (GARCIA, 2015, p.55-56).

Observa-se no percurso da história que as mulheres sempre ficaram para trás nas decisões políticas tomadas por homens, sempre reforçando o estado patriarcal, em que o homem é o soberano em tudo, ou seja, as mulheres sofreram com piadas e indiferenças ao lutarem por seus direitos políticos.

A partir desse episódio, o movimento sufragista toma decisões mais radicais, tendo suas representantes presas, protagonizaram greves de fomes e muitas foram mortas defendendo suas ideias (GARCIA, 2015, p. 57).

No ano de 1869, o Estado de Wyoming reconheceu o direito ao voto feminino, 21 anos após a declaração de *Seneca Falls*. As mulheres estadunidenses ganham o direito ao voto apenas em 1920, sendo que de todas as mulheres presentes em *Seneca Falls*, somente Charlotte Woodward estava viva para poder votar. O movimento levou oitenta anos para conquistar tanto o direito ao voto quanto os direitos educativos, passando por três gerações de militantes.

Destaca-se a presença de Sojourner Trut, que foi um grande exemplo e representou as vozes de várias mulheres que, naquele momento, se uniram ao sufragismo. Ela era uma escrava liberta no estado de Nova York, não sabia ler nem escrever, pois a alfabetização era proibida – sob pena de morte – para os escravos, sendo que foi a primeira mulher negra que conseguiu assistir à Primeira Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres, em 1850. Segundo registros na História, Sojourner Trut pronunciou um discurso na Convenção de Akron e trouxe pela primeira vez os problemas específicos das mulheres negras, sufocadas entre a raça e o gênero.

Segundo Scheneir⁶⁹:

Creio que com esta união dos negros do sul e das mulheres do norte, todos falando de direitos, os homens brancos estariam com grandes problemas bem rapidamente. Este homem diz que as mulheres necessitam da ajuda dos homens para subirem nas carruagens, cruzar as ruas, e que devem ter o melhor lugar em todas as partes. Mas assim ninguém me ajuda a subir em carruagens, e nem me deixam o melhor lugar. Por acaso eu não sou uma mulher? Olhem-me! Olhem meus braços¹ Eu arei e plantei e colhi e nenhum homem era melhor do que eu¹. E por acaso eu não sou uma mulher? [...] tive treze filhos e os vi serem vendidos como escravos e enquanto eu chorava com a dor de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouvia! E por acaso eu não sou uma mulher? (SCHENEIR, 1972 apud GARCIA, 2015, p. 59)

⁶⁹ SCHENEIR, Miriam. *Feminism, the essential historical writings*. New York: Vintage Books, 1972, p. 94.

Nessa fala de Sojourner fica explícito o descaso às mulheres negras e, pela primeira vez na história, essas mulheres tiveram o direito de falar em público em evento de tal importância, mas que naquele momento marcou o início da luta organizada das mulheres negras.

Surge o feminismo socialista no século XIX, é o momento do grande paradoxo: as mulheres ficaram divididas, por conta do capitalismo que alterou as relações entre homens e mulheres. Por conta do modelo econômico, as mulheres são incorporadas ao trabalho industrial como mão de obra mais barata e submissa em relação ao homem, ao mesmo tempo em que as mulheres de classe média ficavam trancadas em suas casas, cada vez mais sob o êxito social do homem, sendo símbolo de status.

As operárias acabam sendo um problema para o sexismo, pois vão fazer novas indagações: como por exemplo, o trabalho assalariado pode ser compatível com as mulheres? Que tipo de trabalhador era uma mulher? Devia ganhar o mesmo salário que os homens? Com essas perguntas as mulheres exigiam respostas tanto dos legisladores quanto do próprio movimento feminista.

Garcia (2015, p. 65) vai dizer que: “o socialismo como corrente de pensamento sempre levou em conta a situação das mulheres no momento de analisar a sociedade e projetar o futuro”. Não quer dizer que o “socialismo seja feminista, mas por outro lado não tem como deixar de lado a metade da humanidade”.

No próximo inciso vamos trazer as questões e os avanços da Terceira Onda do Feminismo.

3.4 A Terceira Onda do Feminismo – Pós-Guerra

Com o fim da guerra, o movimento feminista ganha reforma bastante progressista, com o fim do império austro-húngaro, dentre eles o voto feminino. A revolução Russa teve início em 1917, sendo que “toda ordem europeia se desmoronou antes da segunda guerra” (GARCIA, 2015, p. 78).

O movimento feminista passa por momentos de decadência, uma vez que parte das reivindicações já tinha sido contemplada, estavam vivenciando legalmente em uma sociedade quase igualitária, com isso, muitas mulheres deixaram a militância.

Por outro lado, teve a revolução de bolchevique, “o medo vermelho”, nessa ocasião, as feministas foram acusadas de subversivas.

As mulheres ainda foram responsabilizadas, no início do século XX, nos países industrializados, pela baixa taxa de natalidade, por conta da independência da mulher. Ainda foram acusadas de destruir o “cimento da nação e da família”.

Simone de Beauvoir trouxe com o livro “O Segundo Sexo”, de 1949, uma nova etapa, corroborando o ressurgimento do feminismo, tendo influenciado, em boa parte, os movimentos na metade do séc. XX, também teve grande significado no pós-guerra.

Vamos tratar do próximo item sobre a luta do movimento LGBT para que possamos ter um comparativo nos pontos divergentes entre os dois movimentos.

3.5 A Trajetória de Luta do Movimento LGBT no Brasil

Figura 19 - Representa as mortes de mulheres trans e travestis em um cenário de homofobia.



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=fotos+lgbt&rlz>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Essa foto representa as vidas ceifadas de muitas mulheres trans e travestis vítimas da violência exacerbada, em um cenário de preconceitos, homofobia e transfobia. Ao mesmo tempo nos inspira a pensar sobre novas políticas de

enfrentamento à violência contra as mulheres, mulheres trans e travestis, para que vidas deixem de ser levadas como se nada representassem.

Para iniciarmos a história do movimento LGBT, vamos trazer o significado desta sigla LGBT, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo que o T representa as Trans, as travestis e as transgêneros dentro do movimento, ou seja, pessoas que têm sua identidade de gênero em desacordo com o sexo biológico, sendo que as *crossdressers*⁷⁰, *drag queens*⁷¹, transformistas, entre outros, têm sua identidade dentro desse grupo (FACCHINI, 2005)⁷².

O movimento LGBT nasce no Brasil no final da década de 1970, naquele momento formado por homens homossexuais, na sequência as lésbicas se firmam enquanto sujeito político “relativamente” autônomo. Somente nos anos de 1990, as travestis e depois as transexuais integram o movimento e apenas nos anos 2000, é que os (as) bissexuais, exigem reconhecimento do movimento.

A trajetória do movimento LGBT tem referência fora do Brasil tendo influência em sua formação. No Brasil, após o período colonial, não encontramos registros de leis que proíbem a “sodomia”⁷³, ao mesmo tempo, temos, no início do séc. XX, pessoas que tinham relações homoafetivas, eram alvo de atenção de médicos e

⁷⁰ Normalmente o a palavra *Crossdresser* é confundida com transexualidade ou travestilidade, mas não há ligação alguma entre essas três categorias.

Crossdressing é um fenômeno comum na sociedade, e nada mais é do que o comportamento de usar roupas diferentes do sexo anatômico. E isso, para o indivíduo adepto à prática, é necessário para compor sua autoestima, seja todos os dias ou apenas vez ou outra. Em geral, não há regras. Disponível em: <<http://sexosemduvida.com/o-que-e-crossdresser/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

⁷¹ A diferença das *Drag Queens* é que elas trabalham com exagero da caricatura feminina para representarem seus personagens. É preciso ter muito cuidado com a etimologia do termo, pois ao contrário do que muita gente pensa, *Drag Queen* é diferente de travestismo, enquanto a primeira exacerbe as características femininas apenas para um trabalho artístico a travesti transforma seu corpo com hormônios e próteses; vive como mulher, ou seja, vai além do *crossdressing*.

E se procurarmos a etimologia de *Drag* no dicionário, vamos encontrar o seguinte significado: Roupas próprias de pessoas de um sexo, usada por pessoas de outro. E a de “*drag*” associação ao termo “*Queen*”, vem desde o século XVIII, no início era uma forma pejorativa para descrever homossexuais, mas hoje a palavra conquistou um sentido mais positivo.

As *drag queens* de que falamos hoje começaram a surgir (especialmente nos EUA) nos anos 1950 e 60. No entanto, tiveram seu boom somente durante os anos 1980 e 90, coincidentemente, na época em que a cultura gay começou a se desenvolver. Na década de 1950 e 60, as *Drags* ainda eram muito subterrâneas e até criminalizadas.

Disponível em: <<http://closetonline.com.br/2014/01/22/voce-sabe-o-que-e-uma-drag-queen-entenda-como-elas-surgiram-e-sua-importancia-cultural/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

⁷² FACCHINI, Regina. Dr^a em Ciências Sociais pela Unicamp. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e Prof^a participante do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, ambos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Sua área de investigação inclui estudos sobre movimentos sociais, produção de identidades coletivas, violência contra o LGBT, saúde sexual e reprodutiva, corporalidades, bem como sobre a inserção entre marcadores sociais de diferença (gênero, sexualidade, classe, cor/raça, idade/geração, entre outros).

⁷³ “Sodomia” termo utilizado para demonstrar a relação entre duas pessoas do mesmo sexo.

“estudiosos do comportamento humano” com o objetivo de classificar e explicar seu comportamento, ou seja, estigmatizavam esses sujeitos e, em outras palavras, classificavam-os como doentes.⁷⁴

Por outro lado, temos a criminalização e segundo Facchini:

Os criminologistas também não deixaram de propor relações entre uma "sexualidade desviante" e a prática de delitos criminosos, sendo que a sexualidade do sujeito poderia ser sempre um agravante para a sua situação legal, mesmo que isso não fosse explícito. Havia uma colaboração muito eficaz da polícia com a classe médica, que aplicava uma ciência de cunho positivista aos casos que lhe eram encaminhados pelos policiais. Assim, os que escapassem à norma heterossexual eram muitas vezes internados em institutos psiquiátricos ou perseguidos pela polícia nas ruas.

A criminalização era tida como “sexualidade desviante”, ou seja, apenas pelo fato de a pessoa se identificar com o gênero diferente da sua condição biológica era motivo para ser enquadrada como criminosa, pois os criminologistas da época relacionavam a prática de delitos com condição sexual do indivíduo, como afirma a autora.

A trajetória do movimento homossexual brasileiro está dividida em três ondas: “uma primeira que vai de 1978 a aproximadamente 1983; uma segunda, que vai de 1984 a 1992, e uma terceira que vai de 1992 aos dias de hoje”, ou seja; a “primeira

⁷⁴ As restrições legais e médicas ao comportamento homossexual, explícitas ou não, geraram um tipo de atitude reversa, quando os próprios sujeitos identificáveis como homossexuais passaram a se enxergar como uma categoria à parte e a criar laços de identidade e esferas de sociabilidade. Antes que houvesse um movimento homossexual organizado, desenvolveram-se redes de sociabilidade que aos poucos delinearam um conjunto de traços que seriam, posteriormente, associados a uma "identidade gay", normalmente ligada ao meio urbano e ao crescimento das cidades. As décadas de 1960 e 1970 marcam uma crescente visibilização e radicalização desse incipiente movimento, caracterizadas por um discurso de autoafirmação e liberação, a exemplo de grupos como *Society of Individual Rights*, organização homossexual de São Francisco que, pouco a pouco, acabou tomando boa parte do espaço ocupado pela *Mattachine Society*. O grande marco internacional do movimento homossexual nesse período, que perdura até hoje, foi a revolta de *Stonewall*, um bar de frequência homossexual em Nova York. Constantemente abordados pela polícia, os frequentadores do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o "Dia do Orgulho Gay". Não era só o movimento homossexual que ganhava corpo e visibilidade nessa época: A bibliografia remete o nascimento do movimento homossexual ao final da década de 1940. 12 movimentos pareciam compartilhar de um mesmo espírito de liberação e rebeldia que adentraria o início da década de 1970, notadamente o movimento feminista, negro e estudantil. A presença desses movimentos no cenário político fazia ruir a outrora bem estabelecida divisão entre a esfera pessoal e a política. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx>. Acesso em: 15 jun. 2017.

onda” com objetivo revolucionário, aliou-se ao movimento feminista e ao movimento negro, em que podemos ver no próximo item.

3.6 A primeira Onda do Movimento LGBT – 1978 -1983

Classificada como revolucionária, momento de alianças com outros movimentos, dentre eles o movimento feminista e o movimento negro.

O movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista! A "primeira onda" do movimento aliada ao movimento feminista e ao movimento negro, a "primeira onda" do movimento homossexual continha propostas de transformação para o conjunto da sociedade, no sentido de abolir vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas ao gênero e à sexualidade. Pertenceram a essa fase o grupo *Somos de Afirmação Homossexual*, de São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, editado no Rio de Janeiro, que promoviam a reflexão em torno da sujeição do indivíduo às convenções de uma sociedade sexista, gerando espaços onde a diversidade sexual podia ser afirmada. (FACCHINI, 2005)

Esse momento foi de primordial importância para o movimento, significando os primeiros avanços na questão da diversidade, iniciam-se as resistências nessa sociedade primordialmente machista e sexista.

A autora vai trazer que uma das características marcantes do movimento, naquele momento, era a ambiguidade na relação com o conjunto de bares e boates frequentados pelos homossexuais: ao mesmo tempo em que o movimento se definia como uma proposta de politização da homossexualidade, se contrapondo às alternativas disponíveis no “gueto” em associações não politizadas, havia a necessidade de não se afastar da chamada “base”, que se supunha poder ser encontrada nos “guetos” (FACCHINI, 2005).

Segundo Facchini (2005), “a polarização entre a defesa de setores de esquerda de uma “luta principal”, que teria mais relevância sobre as “lutas específicas” e as lutas das “minorias”, que levará desentendimentos entre ativistas e fissão entre grupos”, sendo que, nesse momento, o movimento foi marcado pelo autoritarismo, em virtude da contextualização da ditadura. Impactando na maneira pela qual seus grupos eram organizados. Sendo chamados por grupos, ou seja, grupos de reflexão, não institucionalizados, nos quais as coordenações eram rotativas

de modo a evitar concentração de poder. O processo de produção da identidade coletiva de “homossexual ativista” fazia com que o grupo fosse visto como uma “comunidade de iguais”, ou seja, pessoas que compartilhavam uma mesma “condição” e necessidades. Nesse sentido, qualquer diferença entre os integrantes não deveria ser ressaltada.

Outra questão que a autora aponta sobre o surgimento do primeiro grupo lésbico, a partir de uma cisão no grupo Somos (SP), é que, em 13 de julho de 1980, acontece a primeira passeata que o movimento organizou. Em contrapartida, houve o ato público contra a violência policial e a atuação da “Operação Limpeza”, levada a cabo pelo Delegado Richetti, na região Central de São Paulo (FACCHINI, 2005).

Coincidentemente, nos dias atuais, nos deparamos com situação similar a dos anos de 1980, quando os governantes do Estado de São Paulo investem, de forma brutal, contra a população alojada no centro da cidade, espaço denominado como Cracolândia, que tem uma ação parecida, chamada de “limpeza urbana”, limpeza social”, em que vitimiza dezenas de pessoas como se fossem invisibilizadas pelas expressões da questão social, uma cena de terror urbano. Isso mostra o retrocesso nas garantias de direitos, *dando lugar ao não direito*. (Grifo nosso).

A autora vai dizer que, “em 1980, temos a prévia do segundo encontro de homossexuais, com a demanda pela criação de uma comissão, uma rede ou entidade de movimento de nível nacional, o que se efetiva, no entanto, em 1995”.

O grupo gay da Bahia entra em cena a partir de 1980 e tem grande influência nessa década, e acaba fortalecendo o ativismo na região nordeste. O jornal *Lampião* tem suas atividades encerradas em 1981. O grupo gay da Bahia coordena uma atividade para que seja retirada a homossexualidade do código de doenças do INAMPS, ou seja, a luta pela despatologização (FACCHINI, 2005).

Dessa forma, o ciclo da primeira onda do movimento LGBT se encerra dando ênfase à entrada da segunda onda que tem por lema: “É Legal ser Gay”. No próximo item, trataremos dessa temática, dando sequência aos acontecimentos históricos da época que irá refletir nos anos seguintes.

3.7 A segunda Onda do Movimento LGBT – 1984 -1992

A segunda Onda do Movimento LGBT vem com o seguinte lema: “É legal ser homossexual!”. Nesse período, o grupo Somos (SP) tem sua dissolução em 1983. Em paralelo, aparece a epidemia do HIV/Aids, momento que há a diminuição dos grupos homossexuais, principalmente em São Paulo, onde os ativistas do primeiro momento se voltam para dar resposta coletiva ao HIV/Aids⁷⁵.

Nesse período, houve aumento da visibilidade pública da homossexualidade, na década de 1980. O mercado de bens e serviços se volta para esse segmento mesmo que lentamente, esse período também ficou marcado com a epidemia do HIV/Aids, como dito acima.

Outros grupos entram em cena naquele período entre eles, o *Triângulo Rosa* e o *Atobá*, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia. “O principal objetivo desses grupos era promover mudanças na sociedade, em especial com relação aos direitos civis de homossexuais” (FACCHINI, 2015).

Nessa conjuntura, há uma queda no número de grupos, o que acaba desmobilizando o movimento.

Segundo Facchini (2005):

Com a volta do modelo democrático implica a falência do modelo de organização comunitária autonomista vigente nos grupos da “primeira onda”. Já não existe a ditadura, o inimigo externo que tornava vários movimentos unidos contra o autoritarismo. O que faz com que o modelo anterior de mobilização não funcionasse mais. Além disso, a chegada da epidemia do HIV/Aids, então apresentada como “câncer gay” ou “peste gay”, desmobiliza as propostas de liberação sexual tais quais delineadas na “primeira onda”.

Com essa análise do movimento, na década de 80, observa-se certa acomodação desse segmento, de certa forma, acaba desmobilizando toda uma força política envolta no processo de garantia de direitos.

Por outro lado, os ativistas paulistas trabalham em torno da construção da resposta coletiva para o HIV/Aids, enquanto os movimentos se deslocam entre o eixo Rio de Janeiro e Nordeste.

⁷⁵ Diante do crescimento dos casos da doença e da demora em ser produzida uma resposta governamental, a exemplo da maioria dos países ocidentais, os militantes homossexuais foram os responsáveis pelas primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade, quanto na formulação de demandas para o poder público. (FACCHINI, 2005).

O termo “orientação sexual” foi uma articulação do Grupo Triângulo Rosa, durante a Constituição de 1988, no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo que fala sobre os direitos do trabalho (VIANA, 2004).

Uma das características desse momento são os vários sujeitos políticos que integram os grupos organizados, ou seja, as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo que as especificidades de cada grupo ficavam muito explícitas enquanto movimento. “As travestis tiveram sua organização iniciada na década de 1990, tendo como pauta a questão da violência contra as travestis e a Aids, sendo esta o lado mais visível e exposto da comunidade LGBT (FACCHINI, 2005).

As lésbicas são incluídas no movimento apenas em 1993, a organização dos grupos lésbicos ganha impulso com o início da organização dos Seminários Nacionais de Lésbicas, o Senales, a partir de 1996 (ALMEIDA, 2005).

A maioria das pautas hoje existentes já fazia parte das reivindicações do movimento naquele momento, sendo que vamos aprofundar a questão dos direitos na terceira onda, que será explanada a seguir no próximo tópico.

3.8 A terceira Onda do Movimento LGBT – 1992 até o presente

Nessa década, o Brasil começa a dar respostas comunitárias e governamental às questões do HIV/Aids, tornando-se pioneiro no enfrentamento do HIV/Aids.

De acordo com Facchini (2005), “a partir dessas questões, os grupos tiveram um aumento significativo, incluindo várias organizações: ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas. Nesse momento, nasce a terceira Onda do movimento LGBT”, ou seja, em 1995, ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis) que, segundo Facchini (2005): “reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede na América Latina”⁷⁶.

⁷⁶ Além de um investimento sistemático de esforços no combate à Aids e variadas articulações com órgãos públicos, a ABGLT promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Com essa resposta do movimento, reafirma-se a luta pelas garantias dos direitos das trans e das travestis, universo de grandes resistências.

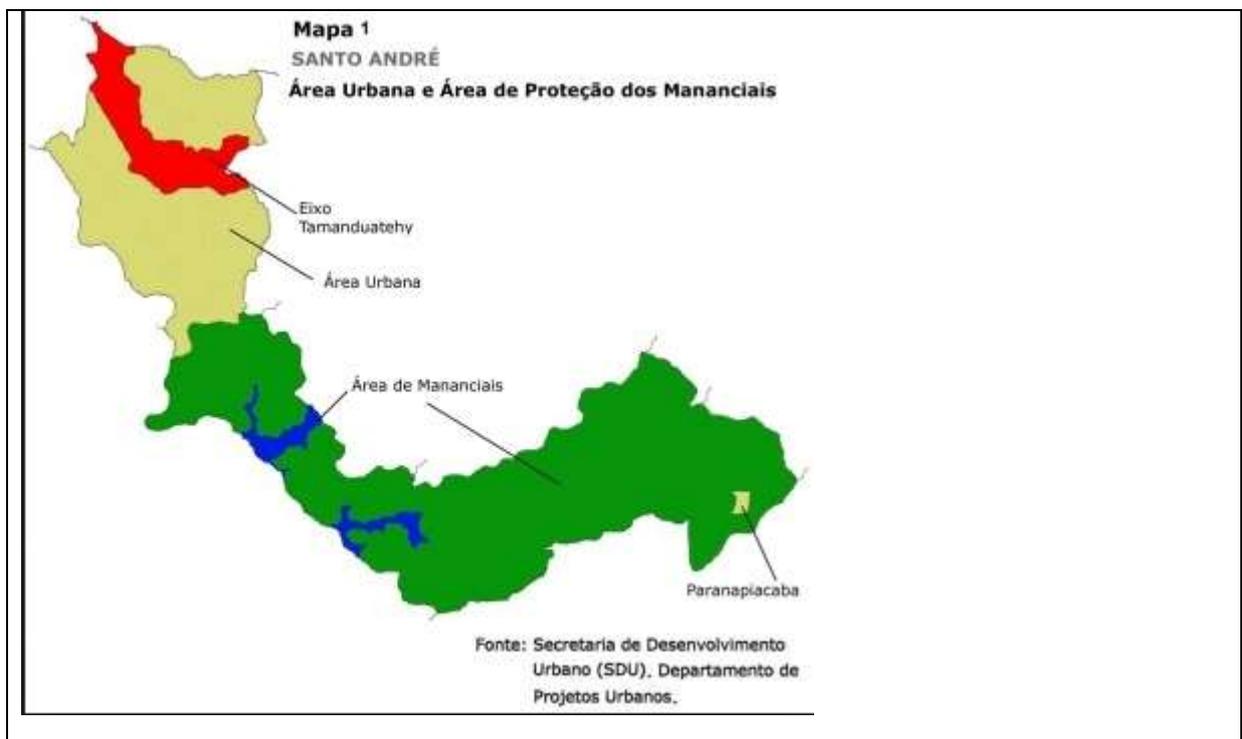
Os termos travestilidade e transexualidade foram criados e introduzidos pelo movimento social organizado para dizer que a questão dessa população é uma questão de identidade e de modo de viver (SIMPSON, 2015, p. 11).

O movimento LGBT teve até o momento três conferências, sendo que a primeira conferência se deu em 2008, e as propostas elencadas e aprovadas foram encaminhadas a vários setores das políticas públicas, sendo que as demandas encaminhadas ao Ministério da Saúde (MS) foram as mais efetivadas e concretizadas, segundo relato de Simpson (2015, p. 13).

No próximo item, vamos tratar das políticas públicas como alternativas de enfrentamento da violência contra a mulher, mulheres trans e travestis, num contexto de construção da rede de serviços socioassistenciais.

3.9 Caracterização da cidade de Santo André

Figura 20: Mapa da cidade Santo André – SP



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=FOTO+DO+MAPA+DE+SANTO+ANDR%C3%89&rlz=1C1CHZL_p

Em 2007, havia sete redes: a ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Associação Nacional de Travestis (ANTRA), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro LGBT. Há ainda a criação de redes locais, como é o caso do Fórum Paulista GLBT, que nasceu com a missão de congregiar todos os grupos, de todas as tendências existentes no Estado de São Paulo.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Santo André cresceu a uma taxa média anual de 0,41%, enquanto no Brasil, foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 100,00% para 100,00%. Em 2010 viviam, no município, 676.407 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,57%. Na UF, esta taxa foi de 1,78%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 100,00% para 100,00%.

População Total, por Gênero, Rural/Úrbana - Município - Santo André – SP.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	616.991	100,00	649.331	100,00	676.407	100,00
População residente masculina	302.724	49,06	313.815	48,33	324.458	47,97
População residente feminina	314.267	50,94	335.516	51,67	351.949	52,03
População urbana	616.991	100,00	649.331	100,00	676.407	100,00
População rural		0,00		0,00		0,00

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Santo André é caracterizada por sua forte relação com a indústria no passado, setor de serviços, na atualidade, e não podemos deixar escapar a relação com a exploração sexual, chegando a ter uma Avenida famosa pela forte presença das meninas trans e das travestis. A população feminina chega a ser maior que a masculina, portanto, não temos estatísticas da população LGBT, principalmente das mulheres trans e das travestis.

Enquanto políticas públicas de enfrentamento às expressões da questão social, a Prefeitura Municipal de Santo André pensa as políticas públicas a partir de estudos baseados na realidade da cidade, possui 704.942 de habitantes, segundo dados do IBGE (2013), destes 52% são mulheres.

No ano de 1997, houve alguns atos imprescindíveis, tais como: constituição da Câmara Regional do Grande ABC, a Frente Regional de Combate à Violência Contra Mulher e o Seminário Regional para a discussão da Violência Doméstica com os parlamentares da Região – CMSA.

Neste mesmo ano, foi criado o Grupo Temático de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher.

Já o Programa Casa Abrigo Regional foi instituído, em 05 de dezembro de 2003, sob a gestão do Consórcio Intermunicipal, para atender a demanda dos municípios de Santo André, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Em 2006, o programa foi ampliado e os municípios de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul foram integrados.

O Programa é compreendido, da seguinte forma (Termo de Convênio – 2007). É um local de moradia com segurança e proteção que oferece atendimento integral às mulheres e seus filhos (as), menores de 18 anos, em situação de risco de morte. É um serviço de caráter sigiloso e temporário (tempo médio de permanência 6 meses).

Neste sentido, o Programa oferece os seguintes apoios:⁷⁷ Assistência Jurídica: acompanhamento dos processos judiciais; Educação: matricular as crianças na rede escolar e incentivar as mulheres a elevarem sua escolaridade; Saúde: tratamento integral: prevenção e promoção do bem-estar da mulher e filhos; Trabalho e Renda: Manutenção no Mercado Formal, Frentes de Trabalho e Programas de Transferência de Renda. Habitação: Programas de Habitação dos Municípios. Assistência Social: Inserção nos Programas de Transferência de Renda. Ex.: Bolsa Família, Renda Cidadã, Segurança Alimentar, dentre outros. Segurança: Garantir a segurança, por meio de serviço de escolta e retaguarda para as equipes dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e equipe técnica.

Os responsáveis pelo programa são: o Consórcio Intermunicipal, por meio do Conselho de Prefeitos; Presidência; e o Conselho Gestor da Casa Abrigo Regional. O programa é mantido pelos sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; a execução técnica é realizada por meio de convênio estabelecido com uma ONG – Organização não Governamental.

⁷⁷ (Programa Regional de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica, ano 2006, p.3).

Em 1998, foi criada a Casa de Apoio à Mulher em Situação de Violência, “Vem Maria”. Hoje, o Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência -“Vem Maria” atua em resposta às reivindicações do movimento de mulheres. Este programa teve como objetivo desenvolver diretrizes de políticas públicas para as mulheres, na Cidade de Santo André.

A Lei nº 8.616, de 03 de maio de 2004, oficializa o Programa “Vem Maria” no âmbito do Município de Santo André, instituído para oferecer apoio e orientação psicossocial e jurídico às mulheres em situação de violência doméstica.

É um serviço que atende mulheres em situação de violência doméstica na perspectiva de gênero, oferece orientações gerais e esclarecimentos sobre violência contra a mulher. O serviço é efetuado por uma equipe multiprofissional, composta por assistente social, psicólogos, auxiliar administrativo e servente geral.

O objetivo maior do “Vem Maria” é desenvolver ações que venham contribuir com a prevenção e combate à violência doméstica contra a mulher. O “Vem Maria” oferece atendimento social e psicológico para as mulheres em situação de violência doméstica, encaminhamentos jurídicos e encaminhamentos aos serviços da rede socioassistencial.

Em 2014, cria-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres, com objetivo de trabalhar duas frentes: a Equidade de Gênero e o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Além dessas duas frentes, foi criada a Assessoria LGBT que vai cuidar das questões inerentes às mulheres trans e as travestis, que também faz parte do objeto da pesquisa. Nessa linha de enfrentamento, temos a questão do trabalho que visa diminuir as desigualdades de gênero e a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, como uma das expressões da questão social.

Com o objetivo de atender às demandas das mulheres trans e as travestis em situação de rua, vamos caracterizar o Centro de Referência à Pessoa em Situação de Rua - Centro Pop - que foi criado em 2005 - com objetivo de atender às demandas da população em situação de rua, em que incluímos as mulheres trans e as travestis. Infelizmente, poucas acessam o serviço, por conta do histórico de preconceitos, inclusive por parte dos próprios usuários e usuárias do serviço e também do não acesso a bens e serviços e às políticas públicas. De acordo com as normativas do SUAS – Sistema Único de Assistência Social -, no sentido de dar garantias de direitos, é que esse serviço foi implantado. Oferta-se serviço de lavanderia coletiva, banho, refeitório, incluindo café da manhã e jantar, o almoço é ofertado por meio do

Bom Prato, um convênio entre a Prefeitura de Santo André e o Governo do Estado de São Paulo. No Centro Pop, as Mulheres Trans e as Travestis fazem uso do banheiro feminino, inclusive para o banho, foi acordado em assembleia entre as mulheres e as mulheres trans e travestis, apesar de alguns usuários e usuárias do espaço não aceitarem esse acordo, a maioria acolheu essa ideia, que está valendo desde o início de 2017. Sendo assim, considera-se um pequeno avanço dentro da política de atenção à população em situação de rua, em especial as travestis e as mulheres trans usuárias do serviço.

Em 2009, o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a população em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. Nesse aspecto, esse segmento da sociedade tem seus direitos garantidos em lei, proporcionando um atendimento que atenda às necessidades básicas de sobrevivência.

Como podemos observar na fala de Castel (1998):

Exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Assim, pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (MARTINS, 1994).

No entanto, pode-se ver que a ruptura dos vínculos familiares é muito forte nesse segmento, pois as relações familiares ficam estremecidas, além do rompimento de vínculo com o mundo do trabalho, acaba comprometendo a participação social, como afirma o autor, terminam sendo vítimas de processos políticos, sociais e econômicos, por fim, se excluem de todo o processo social, em muitos casos, até mesmo do uso do albergue são excluídas, como é o caso de algumas travestis e mulheres trans, simplesmente pelo fato de ter identidade de gênero feminina. Além do Centro Pop, a população em situação de rua conta com os serviços do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidade de Saúde (US), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Conselho Tutelar (CT), Defensoria Pública e os serviços da rede socioassistencial.

Nesse aspecto, essas pessoas contam com políticas universais de direitos, faltando-lhes ainda a garantia de muitos direitos considerados mínimos em nossa

sociedade, como é o caso do uso do banheiro, leito feminino em hospitais e a utilização do quarto feminino no caso dos albergues, para as mulheres trans e as travestis.

Pode-se observar que tanto o movimento feminista quanto o movimento LGBT estão divididos em Ondas, construiremos uma tabela para demonstrar as convergências e as divergências entre os dois movimentos.

Tabela 3 - As Ondas do Movimento Homossexual Brasileiro x Movimento Feminista Brasileiro

Movimento Homossexual Brasileiro	Ações	Movimento Feminista Brasileiro	Ações
Primeira Onda – 1978 a 1983	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo revolucionário • Aliou-se ao movimento feminista e ao movimento negro; • Ambiguidade na relação com o conjunto de bares e boates; frequentados pelos Homossexuais; • Proposta de politização da homossexualidade; • Contraposição às alternativas disponíveis no “gueto” em associações não politizadas; • Polarização entre a defesa de setores de esquerda de uma “luta principal”; • Desentendimentos entre ativistas e fissão entre grupos; • Surgimento do primeiro grupo lésbico a partir de uma cisão no grupo Somos – SP; • Operação Limpeza; • Jornal Lampião da Esquina. • Retirada a homossexualidade do código de doenças do INAMPS, ou seja, a luta pela despatologização. 	Primeira Onda do Feminismo Brasileiro	<p>Defesa da Abolição da Escravat</p> <p>Reivindicação pela educação e emancipação feminina, bem como a instauração da República.</p> <p>Surge o jornal da Senhora, em 1852.</p> <p>Surge o Feminismo “bem comportado”, liderado por Berta Lutz.</p> <p>Surge o Feminismo “mal comportado” liderado por uma gama heterogênea de mulheres intelectuais, anarquistas e socialistas; tinham visão radical a respeito da dominação dos homens sobre as mulheres.</p> <p>As mulheres brasileiras sofreram grande influência das norte-americanas no que tange à questão do voto.</p>
Segunda Onda - 1984 - 1992	<ul style="list-style-type: none"> • É Legal ser Gay; • 1993 – Dissolução do Grupo SOMOS; • Epidemia do HIV/Aids; • Diminuição dos grupos homossexuais; • O movimento de SP se volta ao combate do HIV/Aids; • Aumento da visibilidade 	Segunda Onda do Feminismo -	<p>Ocorreram diversas manifestações de massa entre 1960 e 1964, por conta da politização dos trabalhadores.</p> <p>As mulheres iniciam mudanças no trabalho, na família e na política.</p>

	<p>Pública em SP;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volta do modelo democrático; • Enfraquecimento dos modelos autonomistas vigentes pela primeira onda; • Resposta coletiva para o HIV/Aids pelos ativistas paulistas; • Os movimentos se deslocam entre o eixo Rio de Janeiro e Nordeste; • Vários sujeitos políticos que integram os grupos organizados; • Organização das travestis na década de 1990 - tendo como pauta a questão da violência contra as travestis e a Aids, sendo esta o lado mais visível e exposta da comunidade; • O termo "Orientação Sexual" foi uma articulação do Grupo Triângulo Rosa durante a Constituição de 1988; • As lésbicas são incluídas no movimento apenas em 1993; • Grupos lésbicos ganham impulso com o início da organização dos Seminários Nacionais de Lésbicas. 		<p>Uso da pílula anticoncepcional, possibilitou às mulheres experiência sexual, sem medo de uma gravidez indesejada.</p> <p>Direito de escolha de ser mãe.</p> <p>As mulheres descobriram o prazer do orgasmo.</p> <p>Criação da CAMDE – movimento das mulheres reacionárias.</p> <p>Campanha da mulher pela democracia.</p> <p>Chamamento das mulheres para engrossar a marcha de Deus com a família.</p> <p>As marchadeiras tiveram um papel fundamental no golpe de 1964.</p> <p>As mulheres de esquerda estavam desarticuladas, foram pegas de surpresa, não esperavam essa ação.</p>
<p>Terceira Onda - 1992 até o presente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Brasil começa a dar respostas comunitárias e governamental às questões do HIV/Aids; • Os grupos tiveram um aumento significativo, incluindo várias organizações; • ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas, • Nasce a terceira Onda do movimento LGBT; • 1995 ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis) • Reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede na luta pelas garantias dos direitos das Trans e das Travestis, universo de grande resistências. 	<p>Terceira Onda do Feminismo Brasileiro até o presente</p>	<p>O movimento feminista sofre um refluxo, em cenário de retração dos movimentos sociais.</p> <p>Há uma profissionalização dos movimentos por meio das ONGs. Os direitos das mulheres aparecem nos discursos de candidatos a cargos nos níveis de governo.</p> <p>O interesse a temática, deve-se ao fato de angariar votos, por conta das lutas dos movimentos em períodos anteriores.</p> <p>Pouca participação das mulheres na política, não conseguem cumprir a cota dos 30 % de participação nas bancadas.</p> <p>Implantação das DDMs.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento LGBT teve três Conferências – em 2008 foi realizada a 1ª Conferência LGBT. 		<p>As feministas organizaram outras formas de participação, por meio das ONGs.</p> <p>Surgimento do SOS mulher.</p> <p>Condenação do Brasil pela OEA por ter violado após dez anos da implantação da Lei Maria da Penha, as mulheres brasileiras continuam sofrendo violência sexista no âmbito doméstico.</p>
--	---	--	---

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Pode-se ver que, igualmente ao movimento feminista, o movimento LGBT brasileiro também apresenta três ondas de desenvolvimento enquanto movimento social e acaba se encontrando no decorrer da história.

A princípio, o movimento homossexual brasileiro tem objetivo revolucionário e alia-se ao movimento feminista e ao movimento negro. Dessa forma, acaba indo ao encontro do movimento feminista que tem como uma de suas ações a defesa da abolição da escravatura, sendo que, no processo de luta, acabam se encontrando em vários momentos.

Enquanto o movimento de mulheres tem em seu caminho o surgimento do feminismo “bem comportado”, liderado por Bertta Lutz, e o feminismo “mal comportado”, liderado por uma gama heterogênea de mulheres intelectuais, anarquistas e socialistas, estas tinham a visão radical a respeito da dominação dos homens sobre as mulheres. No movimento LGBT, houve a polarização entre a defesa de setores de esquerda de uma “luta principal”, desentendimentos entre ativistas e separação entre grupos; questão bem parecida ao movimento feminista no que concerne ao feminismo “bem comportado” e “mal comportado”.

Uma das diferenças entre os movimentos é que a primeira onda do feminismo brasileiro ocorre na década de 1930 a segunda onda do feminismo acontece na década de 1970, num momento de crise da democracia. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer, contra a violência sexual, também lutou contra a ditadura militar. Em relação ao movimento homossexual, inicialmente, no Brasil, ele começa a dar respostas comunitárias e governamental às

questões do HIV/Aids. Os grupos tiveram um aumento significativo, incluído várias organizações: ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas, como exposto acima.

A terceira onda foi marcada entre os anos de 1980, que dura até os dias atuais. É nesta fase que o movimento revê suas ações e amadurece discussões anteriores, como a função da mulher na sociedade. As feministas organizaram outras formas de participação, por meio das ONGs, surgimento do SOS mulher; condenação do Brasil pela OEA por ter violado, após dez anos da implantação da Lei Maria da Penha, as mulheres brasileiras continuam sofrendo violência sexista no âmbito doméstico.

Em relação ao movimento homossexual: nasce a terceira Onda do movimento LGBT; em 1995 ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileiras, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis) que, segundo Facchini (2016): “reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede na América Latina”; reafirma a luta pelas garantias dos direitos das Trans e das Travestis, universo de grandes resistências.

As mulheres tiveram sua primeira conferência firmada em 2004, sendo que, já realizaram cinco conferências, o que mostra a força, a luta e resistência dessas mulheres. O movimento LGBT inicia as conferências quatro anos mais tarde em relação às mulheres.

3.10 Caracterização das sujeitas da pesquisa

A caracterização das sujeitas se faz necessário no processo da pesquisa. Desse modo, elas ficaram livres para escolher seus nomes, no sentido de manter o sigilo e a ética na pesquisa, sendo que as participantes mulheres trans e travestis fizeram a opção por utilizarem o nome social, as mulheres que se consideram CIS optaram por usar nome fictício por questão de segurança e a manutenção de sua integridade física. Foram entrevistadas duas travestis, duas mulheres trans e duas mulheres CIS.

Letícia – Travesti, 37 anos - Parda - estudou até a 5ª série – natural do Piauí – reside em Santo André – Trabalha como representante comercial de cosméticos – trabalho Informal – militante movimento LGBT – Presidenta da ONG A Travessa.

Shayane – Travesti, 34 anos – Parda - concluiu o Ensino Médio – natural do Piauí – reside nas ruas de Santo André – Trabalha como profissional do sexo.

Melissa – Mulher Trans, 28 anos – Parda - Ensino médio – natural de Juazeiro do Norte – Ceará, trabalho informal – profissional do sexo.

Heloisa, 26 anos, Mulher Trans – Branca – Ensino Fundamental incompleto – Natural de Santo André - Desempregada.

Valentina, 36 anos - CIS – Branca - Ensino Médio – Trabalha com carteira assinada – reside em casa cedida - Auxiliar Administrativo na ACISA.

Catarina, 34 anos - CIS – Branca - Ensino Superior – Pedagogia, natural de Santo André, desempregada.

3.11 Identificação das Entrevistadas

Observa-se que três das participantes da pesquisa possuem ensino médio completo, uma mulher CIS, uma travesti e uma mulher trans; uma mulher CIS ensino superior completo em Pedagogia, a qual está dentro da classificação dos cursos voltados para o mundo feminino, traduzindo o que majoritariamente assistimos na sociedade, as profissões tidas como femininas, reforçando as questões de gênero em um estado patriarcal. Desse universo da pesquisa em loco, uma participante travesti tem a 5ª série incompleta, sendo a única envolvida politicamente em movimento social, apesar da baixa escolaridade.

Quanto ao quesito cor das mulheres CIS, as duas entrevistadas se declararam brancas e das mulheres TRANS uma se declarou parda e a outra se declarou branca. As duas TRAVESTIS se declararam pardas.

3.11.1 Participação Política

Das mulheres trans e travestis entrevistadas apenas Letícia faz parte de movimento social, sendo a presidenta de uma ONG, a TRAVESSA, isso mostra o pouco envolvimento político e participativo desse segmento e a não consciência política. No caso das mulheres CIS participantes da pesquisa, também não fazem parte de nenhum movimento social, reforçando a hipótese da não participação.

Indo ao encontro dessa hipótese, vemos na fala da Melissa: “Não sou muito do meio LGBT, sou mais do meio hétero, às vezes, o pessoal se engana comigo pensando que sou mulher”, aqui fica claro o quanto a cultura de gênero está presente no cotidiano da população LGBT, e acaba reforçando a não consciência política e participativa e o poder que o patriarcado exerce na sociedade, no que se refere às relações de gênero.

3.11.2 Questão de Classe

Tanto as mulheres CIS quanto as Travestis e as Trans participantes da pesquisa se classificaram sendo de classe “baixa”, mostrando que classe está presente no dia a dia dessas mulheres que mostram ter consciência da classe à qual estão inseridas.

Diante da pergunta: O que motivou você a vir para a cidade de Santo André? Temos a seguinte resposta: “Eu saí do Nordeste com um sonho de me transformar e de uma vida melhor para mim e meus familiares”⁷⁸.

Vê-se nessa fala o quanto está presente a questão de classe, pois, aproxima o que pertence a vida real e ideal, entre o sonho e a realidade, a distância do real concreto ao mundo dos sonhos.

Observa-se na fala de Shayane⁷⁹, outra participante da pesquisa, em que vai dizer: “Vim com intuito de pôr o peito, me dar bem”, fica evidente o desejo de se dar “bem”, o que seria esse “se dar bem”, diante a uma sociedade de classe em que tudo gira em torno do capital/trabalho, vantagem/lucro?

⁷⁸Letícia sujeita da pesquisa.

⁷⁹ Shayane, travesti, sujeita da pesquisa.

3.11.3 Questão do Trabalho

Em relação ao trabalho pode-se observar que das duas mulheres CIS, apenas uma está trabalhando com carteira assinada e, mesmo assim, somente conseguiu esse trabalho porque teve seu currículo encaminhado pelo projeto do emprego apoiado sob a gestão da SPM. A outra mulher CIS encontra-se desempregada; as duas trabalham informalmente sendo que uma é representante de cosméticos, (anteriormente trabalhava como profissional do sexo) e a outra travesti trabalha como profissional do sexo; das duas mulheres trans, uma trabalha como profissional do sexo e a outra declara que trabalha como vendedora.

Quanto às dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho e os maiores desafios encontrados, temos os seguintes depoimentos:

Acho que pra mim é a escolaridade, como estudei até a 5ª série primária a maior dificuldade pra mim é pelo fato de eu ser trans, fica bem difícil. Caramba, o maior desafio é acho que aceitação da população aceitar a gente como a gente é, e eu não sei nem o que falar, triste, é revoltante, também é isso mesmo só. (Revolta...)

Vemos nesse depoimento que apesar da pouca escolaridade Leticia deixa evidente que a maior dificuldade para a inserção no mercado de trabalho ainda é o fato de ser travesti. Na próxima fala vai ficar mais nítido, quando vai dizer que o que mais precisa ser feito é “um estudo sobre a classe LGBT” para que seja quebrado o paradigma de que “travesti anda com gilete na boca”.

Para Catarina mulher, CIS, a maior dificuldade para encontrar trabalho foi:

O preconceito, eh, existe algumas questões que quando outra pessoa, chefe, ou enfim, vê assim, ela é sozinha, sabe, eu ouvia muito dessas questões, assim de horários, sabe, coisas assim, alguns preconceitos, que não é legal, entendeu? Como eu tinha os três filhos e não tinha ninguém, porque eu preciso de qualquer coisa e saí correndo para socorrer um filho meu que caiu, e, muitas vezes, as pessoas não entendem, mas eu venci, devagarzinho estou chegando lá.

Em relação à mesma questão, Valentina, mulher, CIS, vai dizer: “as vezes, as mulheres não têm experiência de trabalhar, aí fica difícil, a falta de experiência, de colocação no mercado de trabalho”.

Shayane, Travesti fala que “a maior dificuldade é “o preconceito”.

O que falta para melhorar a oferta de trabalho?

Ou estuda né, eu acho que primeiro elas precisam estudar, ter um grau de escolaridade apropriado para estar entrando no mercado de trabalho. Sei lá, eu acho que estudar mesmo a classe LGBT, para que o povo tenha mais conhecimento né, de que não são bicho de sete cabeça, as meninas, elas podem ser cidadãs corretas, comuns e tirar aquela imaginação que travesti anda com gilete na boca, que porque eu acho que isso priva muito elas entrarem no mercado de trabalho, as pessoas têm preconceitos. (LETÍCIA)

Como fica evidente na fala de Letícia, o preconceito contra a população trans, principalmente quando da inserção no mundo do trabalho, mesmo no trabalho informal enfrentam grandes dificuldades, mais uma contradição do grande capital.

De que forma se dá a divisão de trabalho entre as mulheres trans e as travestis, enquanto profissionais do sexo?

Existe essa separação sim, devido a travesti ser aquela coisa caricata, aquele homem vestido de mulher, com traços bem fortes mais de homem, tem outras que se adaptam a cirurgias, outras não, já as trans são bem mais femininas, até na voz, o cabelo, a pele, o olhar, elas tomam muito hormônio, então há essa divisão, devido a feminilidade, mais que pra travesti é bem mais difícil, porque no mercado de trabalho vão querer que corta o cabelo, porque tem umas que já não tem mais cabelo, usam perucas, e vai ter que se vestir de homem, para entrar no mercado de trabalho, fica bem mais difícil, né. (LETÍCIA).

De acordo com esse depoimento observa-se que as mulheres trans recorrem a tratamentos hormonais mais intensos em relação às travestis que são mais masculinizadas apesar de sua identidade de gênero ser feminina.

Uma outra travesti tem uma visão diferente da anterior e vai dizer “a gente põe elas no lugar delas, cada uma tem que respeitar” (SHAYANE).

Observa-se na voz de Shayane, quando diz: “o meu sonho era me transformar, colocar o meu peito, é muito difícil emprego para travesti aqui em São Paulo a não ser a prostituição”. Essa sujeita da pesquisa traz com toda a sua simplicidade e clareza que a única opção de trabalho para as travestis ainda é a prostituição, olhando deste ângulo percebe-se que o mercado de trabalho fecha as portas para esse segmento da população e, por outro lado, não temos políticas públicas efetivas para a população

LGBT, esse conjunto de não iniciativas nos mostra o quanto os gestores são ineficientes e descompromissados com esse segmento.

3.11.4. Questão da Violência

Referente à questão da violência, pode-se observar que as mulheres declararam sofrer vários tipos de violência, mas que não tinham consciência da violência sofrida, como vai dizer uma das sujeitas da pesquisa.

Tudo era uma violência, mas eu não sabia que era, mas a assistente social me disse que era violência doméstica, que ele gritava comigo, dizia que meu salário era baixo, ele me humilhava vinte e quatro horas. (VALENTINA).

Por outro lado, pondera-se que a violência doméstica é vivenciada neste âmbito de forma privilegiada, e uma das razões, seria o acesso que o autor da agressão tem a sua vítima, e seu exercício se dá em ambiente adequado à manipulação emocional da pessoa violentada e de seus filhos e filhas.

Assim, Valentina considera que dentre as violências sofridas, a mais grave foi o cárcere privado e a ameaça de morte:

Porque mesmo estando separada há mais de um ano, ele ainda ameaçava de morte [...]. Ele é caminhoneiro e conhece o Brasil todo, e para mim fica difícil. Depois a gente foi embora para o Pernambuco por um ano, foi o pior ano, porque aqui ele era bonzinho, mas depois, chegou lá e mudou completamente. (VALENTINA)

Valentina relata que tomou providência desde a primeira vez que sofreu violência. Ela conta que fez Boletim de Ocorrência (BO), mas o que a motivou fazer a denúncia foi quando descobriu que o ex-companheiro havia abusado de seu filho, que era fruto de outro relacionamento. Ficou evidente a contradição entre a violência sofrida até o momento de denúncia, reforçando mais uma vez que, na maioria dos casos de violência doméstica contra a mulher, o que as motivam fazer a denúncia são os filhos, caracterizando o estado de submissão e sujeição.

No caso das mulheres CIS dessa pesquisa, as duas tomaram a iniciativa por conta dos filhos e não por elas diretamente. Pois na fala de Vanessa também

podemos ver o quanto a presença dos filhos e filhas está diretamente ligada ao momento da denúncia.

Vieram duas viaturas, eu disse, não aconteceu nada não, mas daí veio a terceira viatura e a minha filha desceu e disse pode ir agora mãe porque se você não for eu vou, daí eu falei: eu vou, ele ficou caído no chão bêbado, eu peguei os meninos, as cobertas, aí nem sei, se não fosse a minha filha, eu ia ficar quieta, por, coragem.

Observa-se nessa fala o quanto fica evidente como as mulheres ainda têm medo; falta coragem para denunciar seus agressores, e a decisão acaba sendo tomada por conta dos filhos e filhas, e não por elas próprias, pela consciência, pelo fim do ciclo da violência. As mulheres sofrem por anos a fio, até chegar a esse ponto e, às vezes, não dá tempo a nenhum tipo de intervenção, o feminicídio chega na frente.

Outro ponto a ser considerado e que foi trabalhado é referente à Lei Maria da Penha.

É uma Lei que precisa melhorar algumas coisas, principalmente essas coisas, eu acho que os funcionários, quando você vai na DDM, primeiramente a DDM não funciona, porque na maioria dos casos quando acontece no final de semana, acontece na sexta-feira, daí o camarada tá em casa, chapa um pouco né, ou usa as drogas, daí acontece as “merdas”, entendeu e eu odeio o jogo do Corinthians... (risos), sabe, enfim, nada contra, mas isso me mexe, me dá uma coisa, entendeu, aonde acontece, daí você vai a uma delegacia comum e eles te tratam mal. É uma coisa difícil de falar, para mim.

Veja que essa mulher traz uma denúncia quanto ao tratamento recebido nas delegacias tanto na DDM, quanto nas Delegacias Comuns. Outra questão importante de se frisar é referente ao funcionamento da DDM que, de maneira geral, funciona de segunda a sexta-feira e das 08h00 às 17h00, dificultando o acesso e inibindo a abertura dos Boletins de Ocorrência, uma vez que ao chegar à DC as mulheres são motivadas a desistirem do BO, a seguir registrado na fala de Valentina.

Eu fui na Delegacia Comum e me mandaram para a DDM. Fiz BO depois, pois na Delegacia Comum não consegui. No dia foi conturbado, porque o meu ex-marido chegou lá dizendo que ia relevar e o delegado e os policiais não fizeram nada, principalmente ele ia embora para a minha casa, e eu disse, que não iria mais para a casa, o Delegado não fez nada e ele foi embora, e eu não voltei mais, a assistente social me colocou em um abrigo.

Ficou evidenciado nesse depoimento o quanto as mulheres ainda são vítimas institucionais dessas delegacias e de funcionários comprometidos com o machismo e com essa sociedade patriarcal, transformando as mulheres em “coisas”, objeto de uso e descarte. A mulher acaba perdendo tudo, além de sua própria identidade, uma vez que há necessidade de iniciar a vida do zero, recomeçar, na tentativa de romper com o ciclo da violência e acaba ficando encarcerada, enquanto seu algoz desfruta de plena liberdade, impune na maioria das vezes.

Valentina diz: *“Ele me ameaça de morte, eu me separei há seis anos e mesmo assim ele me ameaça de morte, ainda tenho medo de ele fazer alguma coisa comigo, ou com os meus filhos, pois tenho uma filha com ele, eu penso ele pode usar a desculpa de querer usar a filha para se aproximar de mim”*.

A violência deixa sérias marcas na vida das mulheres que a sofrem, pode-se ver na fala de Valentina o quanto ainda ela está marcada com as sequelas da violência, pois tira a segurança, e o medo fica presente durante todo o tempo, causando desconforto e insegurança.

Quando foi feita a pergunta: Em sua opinião qual é o maior autor de agressão das mulheres, Catarina responde: *“o homem; começa pela família, se eu não der uma educação melhor para o meu filho, ele vai reproduzir a mesma coisa que o pai dele fez”*.

3.11.5 Histórias de Vidas e História Contadas: Quem são e de onde vêm essas mulheres: Possibilidade de Resistência

*Elas estão chegando, pelas portas e janelas,
Avenidas e vielas, elas estão chegando.
(Francisco Esvael).⁸⁰*

Para elucidar a relação com essas pessoas da pesquisa, quero compartilhar algumas experiências da vida cotidiana do meu fazer profissional. Realizei visita domiciliar⁸¹ de campo às mulheres trans e travestis, embaixo de um viaduto, na cidade de Santo André, cheguei ao local no período da tarde, momento em que essas

⁸⁰ Francisco Esvael – autor da letra da música *Elas estão chegando*, é presidente da ONG São Francisco Samaritano – que tem parceria com várias Prefeituras, desenvolvendo trabalho de gestão de Casas Abrigo para Mulheres em Situação de Violência e Risco de Morte.

⁸¹ Considerei domiciliar por entender que o espaço público se tornou privado no momento que acolheu as mulheres trans e as travestis, espaço transformado em moradia.

mulheres estavam em horário de trabalho, sendo que todas ali presentes são profissionais do sexo. No primeiro momento da visita, me identifiquei enquanto assistente social e pesquisadora, fui muito bem acolhida por essas mulheres. O que me surpreendeu nessa ocasião foi que a residência daquelas meninas trans e travestis era no próprio local de trabalho, ou seja, na “rua”, portanto, enquanto eu dialogava com uma travesti, as outras mulheres trans, ali presentes, arrumavam a “casa”, trocavam os lençóis dos colchões e as fronhas dos travesseiros, colocavam um tapete vermelho e organizavam o espaço com cadeiras e me convidavam para sentar com elas em suas casas. O mais impressionante é que as divisórias eram o próprio espaço livre entre o asfalto, os carros, os pedestres, o céu e as paisagens do entorno, não havia divisórias de concretos, gesso, placas, madeiras, vidros etc., havia ali o significado de viver, da vida. Fui recebida e acolhida como se estivesse dentro de qualquer residência convencional em um bairro qualquer. Esse momento ficou marcado, pois nunca havia imaginado que eu seria tão bem recebida, mesmo chegando em um momento em que elas estavam trabalhando, abordando seus “clientes”. Recordo-me que, enquanto eu falava com “Pietra”, ela interagiu comigo ao mesmo tempo em que abordava os “clientes”. Esse processo foi interessante, pois propiciou um momento de grande reflexão, paralelo a isso, suas colegas de trabalho organizavam o local para me receber.

Estabeleci nesse dia uma empatia e um vínculo com essas mulheres trans e travestis, debaixo daquele viaduto e, por outro lado, vi a contradição do capital e as relações de classe, ficando evidente que essas mulheres e as travestis são exploradas por seus cafetões (ãs), são excluídas da sociedade, ficam escondidas nos “guetos” e nas “gaiadas”⁸², como dizem, sem acesso a bens e serviços e, por outro lado, também fazem manutenção do capital, uma contradição da expressão da questão social. É muito perverso esse universo, posto que além de estarem em uma situação de extrema vulnerabilidade por conta das drogas, da fragilidade emocional, física, social, ainda enfrentam o preconceito dessa mesma sociedade machista, sexista e patriarcal, que fazem uso dos “serviços prestados sexualmente” por essas mulheres trans e travestis, e são os mesmos que as violentam, matam, espancam, ameaçam, excluem, é muito cruel o mundo da rua.

⁸² “Gaiadas” - Termo utilizado como local de encontros, onde se escondem para usar e compartilhar drogas e bebidas alcóolicas.

A rua traduz o que é bom e ruim, dado que consegue trazer o gosto da liberdade, da destruição, dos encantamentos, das decepções, das paixões, das desilusões, do abandono, da solidariedade, da resistência, da violência, do preconceito, da discriminação, do fazer, do agir, do ser, da dependência, do vício, da essência do ser humano, da práxis, da ontologia do ser social e da singularidade humana. Isso nos mostra o quanto a materialidade é transformadora, o movimento, a transformação na vida dessas sujeitas é prova viva de que o materialismo histórico dialético está presente no cotidiano.

Nessa perspectiva, vemos que no pensamento de Cisne (2014, p. 17), a identificação de focos de resistência e de sujeitos políticos coletivos contrários ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado, é um fecundo meio para percebermos a existência de aliados políticos que oxigenam nossa luta pela emancipação humana.

Outro aspecto importante de se frisar, que em tempos de capital fetiche – em que são obscurecidos o mundo do trabalho e suas lutas – e de radicalização das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2008). Assim há no seio das contradições dessa sociabilidade desigual, “toupeiras” que resistem na tentativa de corroer as bases do capital e construir uma sociedade substantivamente livre e igualitária. (CISNE, 2014, p. 17).

Destarte, os indivíduos vão humanizando os seus impulsos e emoções de forma a não reprimi-los, passarão a construir-se enquanto ser singular e coletivo, com suas multiplicidades que passarão a compor a sociedade, ou seja, elegemos relações entre indivíduos iguais.

Como vai dizer Heller (1982):

Em um mundo desalienado, não dominado pela tendência à apropriação, os indivíduos deixarão de construir-se como seres particulares. A personalidade individual, até o presente uma exceção, se converterá em típica a sociedade. As normas morais não serão impostas de fora, a uma pessoa fechada em seu particularismo. Os indivíduos serão capazes de humanizar seus impulsos ao invés de reprimi-los [...], serão capazes de humanizar suas emoções. Ao fazer nossa opção frente aos conflitos sociais, optamos simultaneamente por um futuro determinado das relações entre os sexos. Elegemos relações entre indivíduos livres e iguais, relações que, em todos os aspectos da vida humana, realizem-se desprovidas de qualquer tendência à apropriação e se caracterizem por sua riqueza, sua profundidade e sinceridade (HELLER, 1982, p.88-89).

Assim, as relações entre os indivíduos livres e iguais vão acontecendo no cotidiano, e essas mulheres vêm de toda parte do Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, lá estão elas, vêm chegando de mansinho e se instalando na cidade de Santo André, cada uma com sua bagagem cheia de história, história que não querem contar, história para doar, história para compartilhar e, assim, vivem um dia de cada vez.

Ficam principalmente pelo centro, apesar de terem vindo de vários cantos da cidade, das periferias, também chegam de outros municípios ou Estados, por conta de vários fatores familiares, sociais, econômicos, acabam vindo parar nas ruas de Santo André, por ser uma “cidade acolhedora”, diga-se de passagem.

As mulheres em situação de violência doméstica também são oriundas de várias partes do país, uma vez que Santo André fica próximo à capital de São Paulo e a linha do trem metropolitano, facilitando o acesso a outras partes do Estado.

Quanto à participação dessas mulheres no movimento social, pode-se observar em alguns depoimentos que a maioria não tem participação efetiva nesses grupos organizados LGBT, apesar de saberem de sua existência.

Das pessoas entrevistadas apenas uma faz parte do movimento LGBT. Letícia é presidenta da ONG TRAVESSA e fala com determinação: *“Sou presidenta de uma ONG que luta pelos direitos de cidadã das Trans e Travestis”*. Nessa fala é possível ver o grau de consciência dessa sujeita, assim, vai afirmar: *“todos os dias sofremos preconceitos, pelo simples fato de sermos diferentes”*. Fica evidente como o segmento LGBT sofre pelos ataques de homofobia, tanto que não são respeitadas em sua identidade de gênero, como bem definiu a travesti Letícia, quando disse: que sofre com o preconceito apenas *“por ser diferente”*. Essa fala vem ao encontro de tudo que está dentro da “caixinha”, ou seja, se não for de acordo com as normas estabelecidas por essa sociedade patriarcal, machista, sexista, cisgênera, heteronormativa, não pertencem a essa mesma sociedade.

Aqui ficou nítida a importância de saber ouvir cada detalhe, a escuta foi feita durante a entrevista de campo que nos possibilitou ter contato direto com a sujeita da pesquisa, dando vida a cada história contada, com emoções, tristezas, alegrias, contradições, verdades, e/ou inverdades, lágrimas, sorrisos, certezas e incertezas, mas, o mais importante foi a empatia de cada participante, pois esse momento pode-se considerar como ímpar no processo das entrevistas, principalmente por ter proporcionado momentos de reflexão, ou seja, a pesquisadora em contato com a

realidade cotidiana do seu objeto de pesquisa auxiliou no que tange à percepção das expressões da questão social.

Esse momento de aproximação entre a pesquisadora e a sujeita da pesquisa trouxe um momento de reflexão, deixando claro que “quem comanda a narrativa não é só a voz é o saber ouvir” (MARTINELLI, 2016)⁸³.

Por outro lado, temos a resistência individual e coletiva de muitas dessas sujeitas, pois há uma força de sobrevivência extraordinária, elas vivem se protegendo o tempo todo, andam em “bando”⁸⁴ como forma de resistir a tantas violências.

Para elucidar a reflexão anterior, trouxemos a fala da Shayane, *“Sofri violência dos Skinheds, eles vieram para cima de mim e das minhas amigas, vieram para cima delas com pedaço de basebol, fui socorrida pelas próprias amigas”*. Vemos a violência a qual as travestis estão expostas nas ruas das cidades e o descaso. Nesse caso, as travestis sofreram violência por determinado segmento da sociedade, mas que, traduzindo, vai nos remeter aos avanços do reacionarismo e à imposição do patriarcado, que tem classe, raça, etnia, não dá para fazer de conta que é normal ver uma travesti ser violentada e assassinada, tratada como “lixo humano”.

A diferença entre os sexos é construída socialmente, o que quer dizer que nem a anatomia nem a natureza explicam o domínio das mulheres pelos homens, mas que essa dominação social reinterpreta, utiliza, atribui um sentido à diferença biológica, e em particular, à maternidade e à paternidade. (FERRAND, 1987, 61)⁸⁵

A autora vai dizer que, a partir desta reflexão, utilizar a categoria Gênero em análises sociais significa rejeitar, explicitamente, as justificativas biológicas para as desigualdades nas relações sociais entre os sexos e colocar “a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1991, p. 5 e 14)⁸⁶.

Como tecido da realidade, temos o depoimento de uma das travestis entrevistadas, quando perguntamos: Como foi sua adolescência junto à família?

⁸³ Fala da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli, aula na PUC SP, 2016.

⁸⁴ Andar em bando significa, nesse caso, andar em grupo, elas mulheres trans e travestis evitam ficar só.

⁸⁵ FERRAND, Michele. *Relações sociais de sexo, maternidade e paternidade*. Mimeografado, 1987, p. 61.

⁸⁶ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991, p. 5, 14.

Ah! Eu acho que foi normal, até eu me revelar como travesti porque eu fiquei até de maior aparentando ser hétero, depois só depois mesmo que eu não aguentava mais é que eu saí do armário e daí foi bem mais difícil pra mim, pois tem aceitação, tem a transição de se transformar e se parecer mais com mulher, pra poder ser mais aceita pela sociedade e minha família, no entanto, não aceitava assim de boa, mas aí depois começaram a me aceitar, viram que não tinha jeito, que era de mim mesma daí começou ficar melhor. (LETÍCIA)

O papel da família é primordial nas relações, principalmente quando tratamos das questões inerentes à diversidade. Na fala dessa travesti, vemos a importância da família no processo transsexualizador, o quanto a aceitação das pessoas mais próxima faz a diferença no cotidiano das mulheres trans e travestis, continua dizendo:

Aos vinte e dois anos, também tive influência de uma amiga que eu já estava morando sozinha de aluguel, saí da casa da minha mãe, daí eu aluguei uma casa e uma amiga minha foi morar comigo e ela estava nessa transição de se transformar tanto que ela veio para São Paulo, bem, aí a gente tinha uma história bem parecida. (LETÍCIA)

Nessa fala, fica muito presente o apoio de fora do ambiente familiar na construção da identidade travesti, o que parece dar força para continuar.

Quando perguntamos: como foi a construção da sua identidade travesti?

Aí foi complicado né, porque tudo na vida precisa de dinheiro né? E eu tive de vir para São Paulo, com a ajuda de umas cafetinas que eu morei e aí elas colocavam silicone e próteses, o cabelo foi deixando crescer, as roupas eu tinha algumas das minhas irmãs e das minhas amigas, que me arrumavam, daí foi bem interessante mesmo. (LETÍCIA, Travesti, presidenta da TRAVESSA⁸⁷)

De acordo com esse depoimento, pode-se observar que em todo o processo transexualizador, a presença do capital se evidencia, pois, visa lucro e exploração. Tanto as cafetinas quanto os cafetões têm um significado na vida dessas mulheres trans e travestis, profissionais do sexo, mas, na maioria das vezes, a convivência fica tatuada pelo abuso e extorsão, cobram por tudo, desde a alimentação, conta de água e luz, fora o aluguel, da estadia, do espaço ocupado na avenida para execução do trabalho, além das ameaças sofridas e chantagens constantes.

⁸⁷ TRAVESSA - Entidade do Segmento LGBT – Presidido por Letícia, travesti sujeita dessa pesquisa.

Destarte, nota-se na fala da Shayane, quando diz:

Momento que estou hoje, há quatro anos, antes eu ficava na casa da cafetina, depois vem o uso das drogas, a gente fica devendo, apenas comecei a usar drogas com cliente, daí a gente fica derrubada e a clientela cai e a gente fica devendo para a cafetina, a diária está cinquenta reais, aí não tem jeito, mais cem reais de água e luz.

Essa participante deixou evidente que não dá conta de arcar com as despesas e que, por causa de tanta cobrança e do uso abusivo das drogas, não consegue sair da situação a qual se encontra, pois, em outro depoimento, refere-se que está em situação de rua, “*o uso das drogas me levou para a rua*”. Observa-se nessa fala que a dependência química e a exploração sexual por parte da cafetina denotam a apropriação e exploração do capital, reforçando ainda mais a expressão da questão social, que é a situação de rua, a exploração sexual, a dependência química, o preconceito e a violência tatuada nas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o objetivo final da revolução socialista seria não somente a eliminação do privilégio de classe econômica, mas a distinção da classe econômica em si mesma, assim também o objetivo final da revolução feminista deve ser [...] não somente a eliminação do privilégio masculino, mas a distinção de sexo em si mesma: diferenças genitais entre seres humanos não mais importariam culturalmente. (Firestone, 1970.)

As considerações deste trabalho serão tecidas a partir do que foi construído durante o processo da pesquisa. Diante da realidade vivenciada pelas sujeitas aqui apresentadas, num contexto social e materializado nas desigualdades, principalmente no universo das mulheres, mulheres trans e travestis, em situação de violência, no que tange ao mundo do trabalho, em destaque a cidade de Santo André – São Paulo, foi possível observar que o cotidiano dessas sujeitas é marcado pelas negações de direitos impostas em nosso país, uma vez que essa população é estigmatizada socialmente por romper com o modelo heteronormativo e com a cisgeneridade, além de ir ao encontro com o patriarcado frente as múltiplas violências sofridas e vividas.

Desse modo, as mulheres, as mulheres trans e as travestis, por meio da destreza que flui em seus corpos em volta do gênero, da sexualidade e do sexo, desequilibram essa sociedade conservadora e de dominação e, por essa razão, são alvo de ataques desse sistema hegemônico no que se refere à opressão, de imediato, à dominação e ao abuso, produzidas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pela heteronormatividade como sistema ideológico, político e pelo próprio racismo.

As ponderações e reflexões advindas deste estudo tornaram imprescindíveis no que concerne à elucidação crítica desse artefato.

Dessa forma, as análises tornaram-se primordiais no que se refere à divisão sexual do trabalho, às relações patriarcais de gênero e à identidade de gênero inserida no mundo do trabalho, sendo vista e balizada, aqui entendida como uma expressão da questão social.

Faz-se necessário ressaltar os debates para as questões LGBT, principalmente sobre a violência e a inserção no mundo do trabalho. Como ficou registrado na fala da Shayane com “a falta de oportunidade e se tivesse opção para trabalhar, a gente não iria para a prisão”.

Faz-se necessário também pensar em políticas públicas que venham contemplar a população LGBT no mercado de trabalho, redesenhar as políticas e incorporá-las na agenda política, as questões de trabalho para o segmento LGBT, em destaque as mulheres em situação de violência doméstica e risco de morte e as mulheres trans e travestis.

As análises referentes às relações patriarcais de gênero foram necessárias para compreender as desigualdades sociais que as mulheres, as mulheres trans e as travestis enfrentam no mundo do trabalho. As reflexões advindas da análise crítica da produção intelectual de Saffioti (2014) vieram trazer elementos para tornar possível a compreensão desse objeto de estudo.

No âmbito do Serviço Social, pode-se afirmar, sobretudo no exercício profissional, que as profissionais encontram os desafios, as dificuldades, mas, acima de tudo, possibilidades para assegurar as garantias de direito e o acesso aos serviços. Para tanto, dispõem de um projeto ético-político que norteia a sua prática, que propicia um exercício sem preconceitos, discriminação, opressão, exploração e respeito à diversidade sexual.

Nesse sentido, o compromisso das assistentes sociais vai se caracterizar pela apropriação das discussões de gênero e sexualidade, mesmo que na formação tenha ficado algum déficit, mas que venha compreender o processo do capitalismo e como se aproxima das expressões da questão social para se justificar.

Por outro lado, tem-se a superação da cotidianidade em que as assistentes sociais se encontram para lidar com as contradições nos espaços sociocupacionais, sendo que algumas profissionais se utilizam do conservadorismo no atendimento a essas sujeitas, em destaque as mulheres trans e travestis. Boschetti (2015) faz uma análise interessante a respeito da prática profissional, sendo que:

Este é um tema recorrente no campo do Serviço Social, pois não raro, análises conservadoras reiteram que existiria um fosso entre um projeto de formação baseado na teoria crítica marxista e uma prática profissional que não incorporaria essas referências teóricas e incorretas em trabalhos profissionais conservadores e reiterativos.

Diante da reflexão de Boschetti, vemos que a prática conservadora acaba sendo ainda executada por alguns profissionais que não romperam com o conservadorismo. Como exemplo, podemos mencionar que algumas profissionais

executam suas práticas de forma conservadora, quando, no momento do atendimento ou, posteriormente, colocam seus valores e pré-conceitos, tecendo comentários a respeito das intervenções cirúrgicas, do tratamento hormonal, ou até mesmo por serem profissionais do sexo, e quando estão em situação de rua, isto fica mais latente.

Na cidade de Santo André, há algumas políticas voltadas para as mulheres que estão em situação de violência doméstica, como foi mostrado no corpo do trabalho. Tem-se o Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência Doméstica “VEM MARIA” e a “Casa Abrigo Regional” que acolhem as mulheres e seus filhos menores de dezoito anos, que estão em situação de violência doméstica e risco de morte.

Quanto às mulheres trans e as travestis não existem, na cidade de Santo André, políticas específicas de atenção ao segmento LGBT, como um Centro de Referência, ou no que se refere a moradias de apoio ou repúblicas (moradias coletivas compartilhadas estabelecidas em imóveis públicos), pois a atual política de albergue não contempla esse segmento. Em relação ao mundo do trabalho, tanto para as mulheres, quanto para as mulheres trans e travestis, falta uma política voltada ao trabalho, não tendo garantias de inserção e efetivação de vagas para essa população, deixando, assim, uma grande parcela sem acesso a bens e serviços. Uma outra questão a ser colocada seria a ausência de banheiros públicos específicos. Sobre esse assunto, temos o depoimento da Letícia, a qual vai dizer:

Eu já sofri muito porque eu sempre me identifiquei como mulher, uma vez fui barrada por um policial, quando fui usar o banheiro feminino, o qual me disse: esse não é o seu banheiro, vai usar o banheiro dos homens, eu não fui, porque eu já fui estuprada no banheiro dos homens e foi bastante grave, me marcou muito, hoje está mais fácil, tem mais aceitação.

Ao mesmo tempo temos a escolarização, que é outro fator importante a ser considerado na questão do trabalho, pois, temos dentre as seis sujeitas entrevistadas, apenas uma com nível superior, sendo esta mulher CIS, duas com ensino fundamental incompleto - uma mulher trans e uma travesti, três com ensino médio – uma mulher trans, uma travesti e uma mulher CIS, assim esse retrato nos mostra o despreparo para o mercado de trabalho.

Quanto às Trans e Travestis, das quatro entrevistadas, apenas uma travesti trabalha como vendedora de cosméticos, as outras três, travestis e mulheres trans,

encontram-se “desempregadas”, trabalham como profissionais do sexo. Nesse caso, essas travestis e trans não reconhecem o trabalho desenvolvido como trabalho, isso denota, ainda mais, a exploração que sofrem enquanto trabalhadoras do sexo, por parte dos cafetões e cafetinas ou da rede de exploração sexual.

Em relação à violência doméstica pode-se afirmar que tanto as mulheres CIS quanto as mulheres trans e travestis sofrem violência, lembrando que as travestis e as mulheres trans sofrem, além da violência doméstica, a violência urbana e policial e, em alguns casos, a violência institucional, como fica presente na fala de Heloisa:

“Fui tratada muito mal na UPA e mal medicada”. Essa fala denota o descaso e o despreparo dos profissionais no atendimento ao segmento LGBT.

Como estratégias de enfrentamento à violência sofrida pelas mulheres, mulheres trans e travestis, se faz necessário a resistência dos movimentos sociais, tanto dos movimentos LGBT, como das mulheres, e as políticas de combate e enfrentamentos a todas as formas de violência, trazendo campanhas continuadas de não violência. O desafio maior nessa questão da violência são as violências policiais, pensar políticas públicas efetivas, que venham ao encontro dessa demanda e que sejam eficazes.

Referente à Lei “Maria da Penha” e sua efetividade, observa-se na fala de Catarina: “É uma coisa difícil de falar, para mim foi, apesar das dificuldades que eu passei no Fórum, mas foi”. Essa lei e sua efetividade, nesses anos, principalmente se comparada à lei 9099, que tratava a violência doméstica como crime de menor potencial ofensivo, deixando os autores de agressão impunes, ou seja, com a Lei Maria da Penha é bem diferente, pois ela responsabiliza os autores de agressão, chegando estes a serem presos por motivos da violência cometida contra a mulher.

Em relação ao nome social, foi constatado, nessa pesquisa, que há preconceito quanto ao uso do nome social, mesmo sendo garantido em Lei, as pessoas ainda sofrem grande preconceito, pois nos estabelecimentos, de forma geral, exigem o nome civil. Na fala de uma das travestis entrevistadas, ficou evidente isso: “tem lugar que exigem o nome civil, sinto desrespeitada pelo nome social”.

Outro ponto importante a ser destacado como lacuna, no que se refere à literatura, é a pouca produção da temática, e na formação quase inexistente disso. No âmbito do debate da categoria, há necessidade de ampliar a agenda política, para tentar garantir e promover as questões pertinentes à diversidade sexual, ao machismo, à sexualidade e às relações de gênero e de sexo, na formação profissional

no que tange à violência contra as mulheres, mulheres trans e travestis.

O Conjunto CFESS/CRESS vem desenvolvendo ações que têm destaque na categoria, pois realizou campanhas primordiais para o exercício profissional das assistentes sociais e uma prática reflexiva que garantam direitos e digam não ao preconceito.

Pode-se ver, por meio das entrevistas, que das seis sujeitas entrevistadas, apenas uma travesti faz parte de movimento social, as outras sujeitas não participam desse tipo de movimento. Portanto, vemos o quanto se faz necessário a aproximação da população LGBT e mulheres CIS dos movimentos sociais.

Conclui-se, portanto, que esta pesquisa tenha contribuído para mostrar o quanto ainda estamos em débito com esse segmento e que não se esgota aqui a busca por conhecimento acerca das mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência. Por fim, esse tema carece de reflexão, no cerne da formação profissional e nas entidades da categoria, com o objetivo de trazer à luz todas assistentes sociais para que possam romper com o conservadorismo e ter uma prática reflexiva sobre a população LGBT.

Considera-se que o estudo realizado contribuirá para a reflexão dos profissionais e gestores públicos do município de Santo André, na elaboração e execução de políticas para as mulheres, mulheres trans e travestis, diante do desafio da violência e das questões de trabalho que são demandas apresentadas pelas sujeitas da pesquisa. Além disso, se deve levar em conta que a efetividade das políticas e os resultados dependem da mudança de paradigmas de exclusão desse segmento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. *Novo Sindicalismo e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2015.

ALMEIDA, Suely Souza de. *Feminicídio*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *O Sentido do Trabalho*. São Paulo: Editora Cortez.

_____. *Adeus ao Trabalho*. 15. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. SÃO PAULO (ESTADO). *Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010*. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. V. I e II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *O Segundo Sexo: a experiência Vivida*. 2. ed. Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. Brasília, 2006. 8 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/cartaaosusuarios01.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008*. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.803, de 14 de novembro de 2013*. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Ministério da Saúde - Secretaria de Gestão Estratégia e Participativa - Departamento de Apoio à Gestão Participativa. SINPSON. Keila. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, Debbie, Scallon. *Talking About Gender Trouble & Strife*. Tradução Maria da Silva Disponível em: <<http://www.troubleandstrife.org/new-artcles/talking-about-gender>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, Ruth et. al. *Perspectivas antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 35-36.

_____. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *O que é ideologia*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

_____. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

CONCHÃO, Silmara A. Quem Ama Abraça - Fazendo Escola. A Experiência de Santo André. 2016, p. 7-8.

CORREA, Sônia. Caderno Temático 11. *Psicologia e Diversidade*. Psi-Site do CRPSP.

D'ATRI, Andrea. *Pão & Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. São Paulo: Edição Iskra, 2017.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife-PE, v. 5, n. 4, dez., 2011.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FACHINNI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. *Revista Pré Univesp Universo*, n. 61, dez. 2016/jan.2017.

FALQUET, Jules. Os atuais desafios para o feminismo materialista - entrevista com Jules Falquet. BRASÍLIA: ABEPSS, 2014 (Entrevista).

FARIA, Nalu. *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF. Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

FERRAND, Michele. *Relações sociais de sexo, maternidade e paternidade*, 1987, p. 61. (Mimeografado).

GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. 3. ed. São Paulo: Editora Claridade, 2015.

GARCIA, Ivete. *As Operárias do ABC: Reestruturação Produtiva, Relações de Gênero e Participação Sindical Feminina nos Anos 1990*. Santo André, SP: Ed. do Autor, 2007.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Reorganização da Produção e Transformação do Trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 132 p. 595-609, set./dez., 2007. Disponível em: <Scielo.br/paf/c/v37n132/a 0537.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21. ed. São Paulo: Cortez; Celats, 2007.

IBEAC. Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário. Departamento de Promoção dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Direitos Humanos 100%.

JESUS, Jaqueline. G. et al. *Transfeminismo Teorias & Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

_____. *Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos*. Guia Técnico sobre pessoas Transexuais, Travestis e demais Transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Pedagogia da Sexualidade. In: _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2000.

_____. Teoria Queer: uma política pós-identitária para educação. *Estudos Feministas*, n. 9, 2001.

_____. Corpos que escapam. Labrys. *Estudos Feministas*, Brasília/Montreal/Paris, v. 4, 2003.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. IN: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). *Diversidade sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. de textos de José Arthur Giannotti. Tradução José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

MARTINELLI, Maria Lucia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *História Oral: Exercício Democrático da Palavra*.

MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2002.

NAVAS, Kleber M. *Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital*. 2016. 138p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Tibério Lima. *Meu corpo, um campo de batalha: a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital*. 2016. 243f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PANEGHINI, Luciana R. *Vermelho com lilás: militância, formação e trabalho profissional de assistentes sociais feministas socialistas*. 2015. 211f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2015.

PERUCCHI, Juliana; JESUS, Jaqueline G. et. al. *Transfeminismo: Teorias & Práticas*. Prefácio. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

RESOLUÇÃO SS - 124, de 26-11-2013. Institui Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e dá providências correlatas. Diário Oficial Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 27 nov. 2013. Seção 1. Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/

RUBIN, Gayle. *O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*, Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleithi I. B. *Do Artesanal ao Industrial: A Exploração da Mulher*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

_____. *Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade*. In: CORRÊA, M. (Org.). *Gênero e Cidadania*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (Col. Encontros), 2011.

SANTOS, Eliad, Dias. *Assessoria LGBT de Santo André*. São Paulo: SIMPSON, 2016.

SIMPSON, Keila. Travestis entre a atração e aversão. In: VENTURINI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Org.) Diversidade Sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2011.

SOUZA, Elizabeth Lobo. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

YAZBEK. Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

WAILSELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2012: atualização homicídio de mulheres no Brasil. CEBELA, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Sites disponíveis em:

<www.apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>. Acesso em 01 ago. 2015 às 10h00.

<<https://mundoestranho.abril.com.br/historia/o-que-era-a-gestapo/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

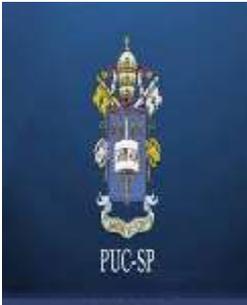
<<https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

https://www.google.com.br/search?q=FOTO+DO+MAPA+DE+SANTO+ANDR%C3%89&rlz=1C1CHZL_p acesso em 05/04/2018.

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/corte-portuguesa.htm> acesso em 20/03/2018
Por Rainer Sousa - Graduado em História - Equipe Brasil Escola disponível em

APÊNDICES

APÊNDICE A



Pesquisador Responsável: Mestranda Léa Gomes da Cruz Soares.
Endereço: Praça IV Centenário – S/N Centro - Santo André São Paulo –
Cep: 09121-560

Fone: 11 – 4427-6207

Email: leagsoares@yahoo.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante:

Você está sendo convidada como voluntária a participar de uma pesquisa qualitativa com a temática "Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade de Santo André: Estratégia de Enfrentamento". Meu nome é Léa Gomes da Cruz Soares e sou pesquisadora/Mestranda do Programa de Serviço Social na Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. Estou desenvolvendo este estudo sob a orientação da Prof^a Dra. Maria Beatriz da Costa Abramides.

Justificativa e objetivos: Neste estudo, pretendemos analisar as experiências dessas mulheres e o que as levam a se afastar do mundo do trabalho e suas transformações. O motivo que nos impulsiona a estudar esse assunto é produzir conhecimentos que possam contribuir para a qualificação de políticas públicas na garantia de direitos das mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André.

Procedimentos: Para realizar este estudo estamos entrevistando mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André, a coleta de informações com você será realizada por meio de entrevista individual, que será gravada, se assim você permitir e, a participação em um grupo focal, com duração aproximada de 02 horas. Também está previsto o registro com fotos, se assim for consentido por você.

As entrevistas poderão ser realizadas no Centro de Referência à Pessoa em Situação de Rua e no Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência, ou, se você preferir, poderá ser realizada em outro local de melhor acesso a você. A participação neste estudo é voluntária e se você decidir não participar, ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Riscos e desconfortos: A participação na pesquisa não oferece riscos a você. Entretanto, caso ocorra algum desconforto, você poderá a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa sem quaisquer prejuízos.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimentos e para o aprimoramento e qualificação das políticas públicas voltadas à cidadania de mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência.

Eu, _____, portador do documento de identidade RG nº _____ fui informada a respeito do objetivo deste estudo, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações.

Declaro que autorizo a utilização dos dados da minha entrevista. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora, fone 4427-6207 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, fone 3670-8526.

Santo André, de _____ de 2017.

Nome da Participante:

Assinatura do Participante: _____

Data: ___/___/___

Nome da Pesquisadora:

Assinatura do Pesquisador: _____

Data: ___/___/___

Nome da Testemunha:

Assinatura da Testemunha: _____

Data ___/___/___

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar a PUC-SP / Campus Monte Alegre – Comitê de Ética em Pesquisa PUC-SP/ Campus Monte Alegre. Rua Monte Alegre, 984, Perdizes – São Paulo – Cep: 05014-901 – Fones: 11 – 3670-8000 (PABX).

APÊNDICE B
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Pesquisa: Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade Santo André: Estratégia de Enfrentamento.

Roteiro de Entrevistas a ser realizado com Mulheres em Situação de Violência Doméstica – atendidas no Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência – “Vem Maria”.

Pesquisadora: Léa Gomes da Cruz Soares

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Beatriz Costa Abramides

Local da coleta de dados:

Santo André, ____/____/_____.

Identificação:

- 1) Qual é o seu nome?
- 2) Qual é a sua idade?
- 3) Qual é a sua Identidade de Gênero?
- 4) Qual é o seu estado civil?
- 5) Qual é a sua cor?
- 6) Você tem filhos (as)?
- 7) Quantos filhos você tem?
- 8) Qual é a idade dos filhos(as)?

9) Qual é a sua escolaridade?

Violência Doméstica:

- 1) Você já sofreu algum tipo de violência doméstica?
- 2) Qual o tipo de violência que você sofreu e que foi mais intensa?
- 3) Por quanto tempo você sofreu violência doméstica?
- 4º Quando foi que você sofreu violência pela primeira vez?
- 4) Qual tipo de ajuda você buscou no momento das agressões?
- 5) Realizou Boletim de Ocorrência - BO?
- 6) Quantas vezes você registrou BO?
- 7) Procurou a Delegacia da Mulher - DDM?
- 8) Como foi o atendimento na DDM?
- 9) Procurou Delegacia comum?
- 10) Como foi o atendimento na DC?
- 11) Procurou algum tipo de ajuda?
- 12) Após o registro do BO voltou para casa ou foi encaminhada para algum serviço?
- 13) Caso tenha sido encaminhada ao serviço especializado, como foi o acolhimento?
- 14) Procurou algum tipo de serviço especializado?
- 15) Encontrou apoio nesse serviço?
- 16) Como foi o acolhimento no serviço especializado?
- 17) Você conseguiu romper com o ciclo da violência?
- 18) Você já sofreu algum tipo de preconceito por ter sofrido violência doméstica?
- 19) Que tipo de preconceito?

- 20) Você acha que as leis brasileiras protegem as mulheres contra os abusos e a violência doméstica?
- 21) O que você acha da Lei Maira da Penha?
- 22) Acredita que a Lei Maria da Penha é eficaz?
- 23) Qual é o tipo de violência contra a mulher que você acha mais grave?
- 24) Qual foi a sua atitude quando sofreu violência pela primeira vez?
- 25) Qual foi sua atitude quando sofreu violência pela última vez?
- 26) Quando foi que você resolveu pedir ajuda e sair da situação de violência?
- 27) Qual foi o seu maior desafio?
- 28) Em sua opinião qual é o maior autor de agressão das mulheres?
- 29) Hoje você se sente fortalecida?
- 30) Você sente-se apoiada pela rede socioassistencial?
- 31) Houve necessidade de ser encaminhada a uma casa de abrigo de proteção à mulher em risco de morte?
- 32) Houve necessidade de mudar de cidade por conta da violência doméstica e ameaças de morte?

Moradia:

- 1) Você reside em casa própria, alugada ou cedida?
- 2) Você mora em comunidade, qual?
- 3) Você mora com quem?
- 4) A sua casa é de alvenaria, madeira, outros etc.?
- 5) Reside em qual cidade?
- 6) Reside em qual bairro?
- 7) A sua casa tem quantos cômodos?

8) Está inscrito em algum programa habitacional?

Escolarização

- 1) Qual é a sua formação?
- 2) Você estuda?
- 3) Você tem desejo de voltar a estudar?
- 4) O que impede você de voltar aos estudos?
- 5) Seus filhos frequentam escola?

Trabalho

- 1) Você encontrou muita dificuldade para encontrar trabalho depois que resolveu sair da situação de violência?
- 2) Qual foi a sua maior dificuldade?
- 3) Sente dificuldades em lidar com o trabalho, casa e filhos?
- 4) Sente-se discriminada?
- 5) Você se sente desrespeitada?
- 6) Já sofreu ou sofre preconceitos por conta da violência doméstica no local de trabalho?
- 7) Você considera que a violência doméstica atrapalha a mulher a conseguir inserção no mercado de trabalho?
- 8) Qual é a maior dificuldade nesse sentido?
- 9) Você está trabalhando atualmente?
- 10) O trabalho é formal com carteira assinada ou informal?
- 11) O Trabalho foi importante para você sair da situação de violência doméstica?

12) Qual o conselho que você deixa para as mulheres que sofrem violência doméstica?

APÊNDICE C
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Pesquisa: Mulheres, Mulheres Trans e Travestis em Situação de Violência na cidade Santo André: Estratégia de Enfrentamento.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS A SER REALIZADO COM MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, ATENDIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA À PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SANTO ANDRÉ – SP.

Pesquisadora: Léa Gomes da Cruz Soares

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Beatriz Costa Abramides

Data:

Local da coleta de dados:

I - Identificação das Entrevistadas

- 1) Qual é seu nome Social?
- 2) Você gostaria de realizar a mudança de nome?
- 3) Qual é a sua cor?
() branca () preta () parda () amarela () vermelha
- 4) Você já sofreu preconceito por conta de sua cor?
- 5) Qual é a sua idade?
- 6) Qual é o seu Estado Civil?
- 7) Tem filhos?
- 8) Qual é a cidade ou o Estado em que você nasceu?
- 9) O que motivou você a vir para a cidade de Santo André?
- 10) Em qual classe social você se identifica?
- 11) Já sofreu preconceito por sua condição social?
- 12) Como foi a sua infância e adolescência junto a sua família?
- 13) Como se deu a construção de sua identidade travesti?

- 14) Como se deu o processo transexualizador?
 - 15) Você tem desejo de fazer a cirurgia de redesignação sexual?
 - 16) Sabe onde realiza esse tipo de cirurgia?
 - 17) Você sofreu preconceito por parte de sua família e/ou amigos?
 - 18) Você participa de algum movimento social? Em caso positivo em qual movimento?
 - 19) Você já sofreu preconceito por ser mulher trans ou travesti?
-

II- Questões de Trabalho

- 1) Você já trabalhou com carteira assinada?
 - 2) Você já trabalhou no serviço público?
 - 3) Qual é a sua profissão?
 - 4) Já trabalhou no mercado informal?
 - 5) Você já contribuiu com a Previdência Social?
 - 6) Atualmente contribui com a Previdência Social?
 - 7) Atualmente você trabalha?
 - 8) Você já trabalhou em algum momento como profissional do sexo?
 - 9) O que levou você a trabalhar como profissional do sexo?
 - 10) Você já se sentiu explorada enquanto profissional do sexo? Por quem?
 - 11) Já sofreu violência no exercício da profissão enquanto trabalhadora profissional do sexo?
 - 12) Você já sofreu preconceito no trabalho por ser travesti ou mulher trans? Que tipo de preconceito?
 - 13) Você já sofreu assédio no local de trabalho?
 - 14) Qual é a maior dificuldade que você encontra na hora de procurar trabalho?
 - 15) Você acha que falta campo de trabalho?
 - 16) Como você vê e avalia as políticas de trabalho e emprego para as mulheres trans e travestis?
 - 17) Quais as maiores dificuldades das travestis e mulheres trans no mundo do trabalho?
 - 18) Qual é o maior desafio no mercado de trabalho em sua opinião?
 - 19) Em sua opinião o que falta para melhorar o espaço e a oferta de trabalho?
-

- 20) No caso das profissionais do sexo, como se dá a relação entre as mulheres trans e travestis?
 - 21) Como se dá a divisão do trabalho entre as mulheres trans e as travestis?
 - 22) Há rejeição por parte das colegas?
-

III- Questão Escolar

- 1) Você frequentou escola?
 - 2) Até que série você estudou?
 - 3) cursou nível superior? Em caso positivo qual curso? Estudou em rede pública ou privada? Em caso negativo por quê?
 - 4) O que levou você a parar de estudar?
 - 5) Você já sofreu algum preconceito na escola?
 - 6) Você possui algum curso profissionalizante?
 - 7) O que fez com que tivesse interesse por esse curso?
 - 8) Em sua opinião o que falta para incentivar as mulheres trans e travestis a voltarem a estudar?
-

IV- Questão social

- 1) Você já teve algum momento em que esteve em situação de rua?
- 2) O que levou você a viver em situação de rua?
- 3) Você já sofreu algum preconceito por viver em situação de rua?
- 4) Já sofreu algum tipo de violência nas ruas?
- 5) Você já sofreu violência por parte da sociedade? Que tipo?
- 6) Na adolescência sofreu algum tipo de violência?
- 7) Já sofreu violência policial? Que tipo?
- 8) Você já sofreu violência institucional? Qual?
- 9) Você já sofreu violência ou discriminação ao fazer uso do Albergue? Em caso positivo, qual tipo?
- 10) Você já registrou algum boletim de ocorrência? Em caso positivo, fez a representação?
- 11) Ao frequentar locais públicos já sofreu preconceito e/ou discriminação?
- 12) Em relação ao uso dos banheiros sofre ou já sofreu algum preconceito ou discriminação?

- 13) Nos serviços da Assistência Social, já sofreu algum tipo de preconceito?
 - 14) Você é respeitado quanto ao uso do nome social?
 - 15) Você tem o desejo de fazer alteração do nome?
 - 16) Você sente falta de Políticas Públicas na cidade de Santo André voltadas para a população LGBT?
 - 17) Você se sente acolhida nos serviços existentes na cidade?
 - 18) O que precisa ser melhorado?
 - 19) Você tem alguma sugestão?
-

V- Sobre a Questão da saúde

- 1) Você tem algum tipo de doença? Qual?
- 2) Faz tratamento? Onde?
- 3) Você faz uso de medicação controlada?
- 4) Você faz uso de medicação de uso contínuo?
- 5) Você faz uso de álcool e/ou outras drogas?
- 6) Faz tratamento?
- 7) Já fez algum tipo de tratamento?
- 8) Já ficou internada para desintoxicação?
- 9) No serviço de saúde já sofreu preconceito ou discriminação? Qual tipo?
- 10) Você já sofreu discriminação no atendimento hospitalar? Qual?
- 11) Você sente falta de leito feminino nos hospitais para as mulheres trans e travestis?
- 12) Já sofreu violência ao fazer uso do hospital por ter uma identidade de gênero feminina?